

Relatório de contas 2025

MOZA

1. Mensagem do Presidente

Caros Accionistas, Clientes, Colaboradores e Stakeholders em geral,

O ano de 2025 decorreu num contexto económico nacional marcado por desafios que exigiram disciplina, prudência e foco estratégico na consolidação da nossa posição no sistema financeiro moçambicano. O Produto Interno Bruto (PIB) registou contracções sucessivas ao longo dos três primeiros trimestres do ano, influenciado pela instabilidade verificada no período pós-eleitoral e por limitações ao nível do acesso a divisas, factores que afectaram sobretudo os sectores da indústria, construção, comércio e transportes. Neste contexto adverso, a economia nacional apresentou uma contracção estimada em cerca de 0,52%, ainda que mitigada por sinais de recuperação gradual no último trimestre do ano.

No plano internacional, verificou-se uma expansão estimada de 3,2% em 2025, num ambiente caracterizado por tensões comerciais persistentes, reconfiguração das cadeias globais de abastecimento e incertezas geopolíticas. A evolução das economias emergentes manteve-se relativamente resiliente, enquanto os mercados de *commodities* registaram volatilidade ao longo do ano, com destaque para a redução média dos preços do petróleo e a valorização significativa dos metais preciosos, num contexto de maior procura por activos de menor risco.

Em Moçambique, a inflação apresentou um comportamento misto ao longo do exercício, tendo atingido um máximo de 4,93% no terceiro trimestre, encerrando o ano em 3,23%. A inflação média anual fixou-se em 4,37%, situando-se abaixo da meta de 7,0% definida no Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) para 2025, reflectindo o impacto das medidas de política monetária adoptadas.

Neste enquadramento, o Banco de Moçambique procedeu a um ajustamento da política monetária, materializado num corte acumulado de 325 pontos base na taxa MIMO (taxa de política monetária), que passou a situar-se em 9,50%. Em linha com esta trajectória, a Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF) registou uma redução acumulada de aproximadamente 390 pontos base, fixando-se em 15,80% no final do ano. Por sua vez, os coeficientes de Reservas Obrigatórias mantiveram-se inalterados para os passivos em Moeda Nacional e em Moeda Estrangeira, em 29% e 29,5%, respectivamente, influenciando as condições de liquidez e o comportamento das taxas no sistema bancário. Neste quadro de política monetária, observou-se uma expansão tímida do Crédito à Economia, que cresceu 1,7% em termos homólogos, com particular incidência ao Crédito à Particulares e ao sector privado nos Transportes e Comunicações.

Perante este enquadramento macroeconómico, o Moza Banco orientou a sua actuação para o reforço da solidez financeira, da qualidade dos activos e da resiliência financeira. Adicionalmente, o Banco manteve a expansão da sua actividade, consolidando a sua presença no sistema financeiro e reforçando a sua presença no mercado.

Ao longo do ano, o Banco privilegiou uma abordagem prudente na gestão do risco de crédito, na consolidação da liquidez e na optimização do seu balanço, assegurando o alinhamento com as melhores práticas prudenciais e com as exigências regulamentares vigentes. Este posicionamento estratégico traduziu-se na adopção de medidas estruturantes destinadas a fortalecer a resiliência da instituição e a consolidar os pilares que sustentam a sua trajectória consistente de crescimento equilibrado e sustentável, reforçando a confiança dos seus Accionistas, Clientes e demais *stakeholders*.

Apesar do contexto desafiante, o Moza Banco manteve uma trajectória de expansão da sua base de clientes, registando um aumento de 43 157 novos Clientes, o que representa uma variação anual de 16,5% face ao período homólogo, passando de 261 894 para 305 051 Clientes, evidenciando a consolidação da sua presença no sistema financeiro nacional.

A nível dos recursos de Clientes, registamos um crescimento de MZN 3,6 mil Milhões face ao exercício transacto, representando uma variação anual de 7,1%, o que nos permitiu atingir um novo patamar e reforçar a confiança dos Clientes e do Mercado em geral.

Paralelamente, evoluímos, de igual modo, na digitalização dos serviços bancários, consolidando o papel dos canais digitais como principais pontos de contacto com os clientes. O número de utilizadores activos das plataformas digitais aumentou 15,6%, acompanhado por um crescimento de 26,3% no volume transaccionado, confirmando a crescente adopção das soluções digitais no dia a dia dos clientes e a materialização dos investimentos realizados na modernização tecnológica.

No âmbito da sua política de gestão prudente do risco, o Banco reforçou significativamente as imparidades de crédito, assegurando níveis adequados de cobertura face aos riscos identificados. Em alinhamento com as melhores práticas de gestão de risco, o Banco procedeu ao saneamento de algumas operações vencidas que se encontravam totalmente cobertas, garantindo o cumprimento dos requisitos regulamentares, nomeadamente o disposto no Aviso n.º 16/GBM/2013 – Regime sobre Provisões Regulamentares Mínimas, bem como a manutenção de rácios prudenciais em níveis confortáveis.

Estas medidas traduziram-se numa melhoria dos indicadores de risco. Observando as directrizes de apuramento do NPL segundo a European Banking Authority (EBA), este indicador registou uma redução de 8,56 pp, fixando-se em 3,94% em 2025, evidenciando o impacto das medidas implementadas na consolidação da qualidade dos activos.

A carteira de crédito registou uma redução de 29,4%, evolução que resulta de uma estratégia consciente de optimização da exposição ao risco. Não obstante este processo de optimização, o Banco manteve o seu compromisso com o financiamento da economia, tendo concedido novos créditos no montante de MZN 1 920,6 Milhões, assegurando a continuidade no apoio a empresas e particulares.

Os rácios prudenciais continuam a evidenciar a solidez financeira do Banco. A 31 de Dezembro de 2025, o rácio de solvabilidade situou-se em 14,46% e o rácio de liquidez em 47,29%, ambos acima dos requisitos regulamentares, demonstrando a capacidade do Banco em assegurar o desenvolvimento da sua actividade de forma sustentável.

O rácio *cost-to-income* atingiu 76,98%, abaixo dos 82,86% registados em igual período de 2024, reflectindo a melhoria na geração de receitas e disciplina na gestão de custos operacionais e de investimento.

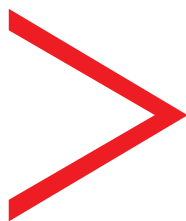
A solidez desta dinâmica ficou evidente na evolução do Resultado Bruto de Exploração, que cresceu 47,6% face ao exercício anterior, atingindo MZN 1 739 Milhões comparativamente a MZN 1 178,4 Milhões registados em 2024, demonstrando a capacidade do Banco para gerar valor operacional de forma consistente e resiliente.

O resultado líquido apurado, embora negativo em MZN 3 920 Milhões, reflecte uma decisão estratégica de reforço estrutural do balanço, consubstanciada no reforço de imparidades e saneamento de exposições, no quadro da política prudencial e de gestão de risco adoptada pelo Banco e em estrita conformidade com o Aviso 16/GBM/2013 – Regime sobre Provisões Regulamentares Mínimas. Esta actuação elevou os níveis de cobertura dos activos e posicionou o Banco numa base mais sólida para os ciclos seguintes.

Este resultado traduz, assim, uma opção consciente e estruturante de fortalecimento da solidez financeira e da sustentabilidade de longo prazo. Mantivemo-nos, assim, firmes no compromisso de crescimento responsável, assente no rigor, na disciplina e na prudência que caracterizam a nossa gestão, consolidando de forma consistente a posição do Banco no mercado.

Em continuidade com o percurso de modernização definido no Plano Estratégico, o Moza Banco deu, em 2025, passos firmes na consolidação da sua agenda de transformação digital, com enfoque na melhoria da experiência do Cliente, no reforço da resiliência operacional e na preparação do Banco para um novo patamar de competitividade no sistema financeiro nacional.

Assim, 2025 ficou marcado pelo lançamento da nova plataforma de Internet e Mobile Banking, concebida para oferecer maior simplicidade, segurança e autonomia aos Clientes. Mais do que uma actualização tecnológica, representa uma afirmação clara do compromisso do Banco com a inovação e com a excelência no serviço ao Cliente.



A transformação digital do Moza continua, contudo, a assentar numa dimensão que ultrapassa a tecnologia. Mantivemos o foco na cultura organizacional e na formação das nossas Pessoas para um modelo de banca mais ágil, colaborativo e orientado para dados, assegurando que cada evolução tecnológica seja acompanhada por um reforço das competências e da responsabilidade institucional.

Num contexto em que a confiança digital se assume como um dos principais activos da banca moderna, o Banco concentrou esforços no fortalecimento dos mecanismos de governação de dados, na melhoria da qualidade da informação e no reforço dos controlos de segurança. Foram aprofundados as políticas e os mecanismos de controlo orientados para a protecção de dados, o respeito pela privacidade e a qualidade da informação, assegurando maior rigor nos processos de recolha, tratamento e utilização de dados. Paralelamente, foram consolidadas iniciativas de automação e optimização de processos, contribuindo para maior eficiência interna, redução de riscos operacionais e melhoria da capacidade analítica da organização.

No domínio da cibersegurança, reforçamos os mecanismos de prevenção e monitoria de riscos tecnológicos, adoptando uma abordagem cada vez mais proactiva na identificação e mitigação de ameaças cibernéticas. O fortalecimento da resiliência operacional e a consolidação de mecanismos de continuidade de negócio permitiram assegurar níveis elevados de disponibilidade e fiabilidade dos serviços prestados aos Clientes.

A consolidação destas dimensões reflecte uma visão clara: a tecnologia, os dados e a segurança não são apenas instrumentos operacionais, mas pilares estruturais de confiança, sustentabilidade e diferenciação competitiva. Assim, o Banco, deu um passo decisivo na maturidade da sua arquitectura digital, posicionando-se de forma robusta para os desafios de um ecossistema financeiro cada vez mais exigente.

Os esforços desenvolvidos na consolidação de uma instituição sólida, inovadora e socialmente responsável, voltaram a merecer reconhecimento externo, reafirmando a posição do Moza Banco como organização de referência no sistema financeiro nacional. Fomos, uma vez mais, distinguidos com o Prémio *Elite Employer Top 10* – Melhor lugar para se trabalhar em Moçambique, reconhecimento que traduz a consistência da nossa estratégia de gestão de Pessoas, o investimento contínuo no desenvolvimento de competências e a construção de uma cultura organizacional assente em mérito, inclusão e integridade.

Para o Moza Banco, a Responsabilidade Social constitui uma expressão dos valores que orientam a nossa actuação, entre os quais se destaca o valor **“Ganhar Juntos”**, que traduz a convicção de que o crescimento institucional só é verdadeiramente sustentável quando é partilhado com as comunidades que servimos.

Em 2025, reafirmámos esse compromisso através de iniciativas com impacto nas áreas da educação e literacia financeira, empreendedorismo, cultura, desporto, sustentabilidade ambiental e inclusão social, consolidando uma actuação orientada para a criação de valor social duradouro. Das várias iniciativas levadas a cabo, pode-se destacar a expansão do programa radiofónico “Conta com o Moza”, levando conhecimento financeiro a milhares de cidadãos nas zonas rurais e o projecto “Sonhar o Amanhã”, uma iniciativa que promove a cultura de poupança, responsabilidade e visão de futuro junto de crianças, jovens e famílias moçambicanas.

Aprofundámos igualmente o apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas, através da plataforma digital de capacitação “Pra Frente”, que ultrapassou as 5.000 empresas inscritas, contribuindo activamente para o fortalecimento do tecido empresarial e para a geração de oportunidades económicas sustentáveis.

O Clube Moza, enquanto braço social do Banco, consolidou o seu papel na promoção de iniciativas de impacto social e ambiental, reforçando o compromisso do Banco com a responsabilidade social, inclusão e sustentabilidade. No âmbito do **“Projecto Ciclo Solidário”** foram desenvolvidas acções de promoção à dignidade menstrual, à igualdade de género e à permanência escolar de raparigas em idade escolar, contribuindo para a redução do absentismo e do abandono escolar. Paralelamente, o Banco associou-se ao evento “Convívio Solidário”, uma iniciativa cujos fundos angariados foram revertidos para apoiar escolas e hospitais.

Num contexto de crescente exigência regulamentar e de intensificação dos desafios climáticos e sociais, o Moza Banco consolidou, em 2025, uma abordagem cada vez mais estruturada à Sustentabilidade, integrando de forma consistente

os critérios de Sustentabilidade, Governança e Responsabilidade Social (ESG), na sua estratégia corporativa, no modelo de gestão de risco e nos processos de tomada de decisão. O aprofundamento da gestão de riscos ambientais e sociais nas operações de crédito reforçou o rigor na identificação, análise e monitoria contínua dos impactos associados aos financiamentos concedidos, bem como na conformidade dos clientes com requisitos ambientais e sociais.

Este posicionamento permitiu fortalecer o acesso a linhas de financiamento estruturadas com enquadramento ESG, com destaque para as linhas do Banco Europeu de Investimento (BEI) e da *African Guarantee Fund (AGF)*, evidenciando a confiança dos parceiros internacionais na nossa arquitectura de risco e no modelo *governance* adoptado.

Paralelamente, mantivemos participação activa na agenda nacional de finanças verdes e inclusivas, em articulação com o regulador e com os principais actores do sector, contribuindo para o desenvolvimento de um sistema financeiro mais resiliente, preparado e alinhado com os desafios climáticos e sociais.

No plano comunitário, através do Clube Moza, promovemos iniciativas de educação e sensibilização ambiental, com destaque para o Tour de Sustentabilidade na Praia da Macaneta, que envolveu actividades de plantio de mangais e preservação costeira, reafirmando o compromisso do Banco com a protecção da biodiversidade e a preservação dos ecossistemas costeiros.

Em 2025, reafirmámos que a principal força do Moza Banco reside nas suas Pessoas. Num ambiente cada vez mais exigente e competitivo, consolidámos uma cultura organizacional assente na valorização do capital humano, assegurando o alinhamento entre o desenvolvimento, cultura e desempenho com a visão da instituição.

Mantivemos foco no bem-estar e na qualidade de vida dos colaboradores, reforçando parcerias estratégicas que asseguram condições preferenciais de acesso a serviços essenciais, saúde, educação e lazer. Promovemos igualmente iniciativas de sensibilização nas áreas da literacia financeira, cidadania e desenvolvimento profissional, incentivando a adopção de práticas responsáveis e uma cultura de aprendizagem contínua.

Privilegiamos políticas que favorecem a conciliação entre a vida profissional e pessoal, reafirmando a cultura de proximidade que caracteriza o Moza e que sustenta o compromisso, a estabilidade e a coesão interna.

Por fim, quero agradecer, em meu nome pessoal e do Conselho de Administração, a todos aqueles que contribuíram com dedicação, esforço e elevado profissionalismo, para a consolidação do percurso do Moza Banco num ano exigente e transformador.

À Comissão Executiva e a todos os colaboradores, manifesto o meu sincero agradecimento pelo empenho, o rigor e o sentido de responsabilidade demonstrados ao longo do ano, factores determinantes para o fortalecimento do nosso Banco e para a afirmação da Cultura Moza. Aos nossos Clientes, deixo uma palavra especial de gratidão pela confiança que diariamente depositam em nós, confiança essa que continua a ser o nosso maior activo e razão da nossa existência. Às Autoridades de Supervisão e Governamentais, expresso o meu apreço pelo espírito construtivo, pela cooperação institucional e pelo papel essencial que desempenham na preservação da estabilidade do sistema financeiro. Finalmente, gostaria de deixar um agradecimento aos nossos Accionistas pelo apoio estratégico, a confiança e compromisso contínuo com a visão que sustenta o nosso crescimento.

Enquanto família Moza, continuamos unidos por um propósito comum e por uma visão partilhada na construção de um Banco mais sólido, resiliente e preparado para o futuro. É na coesão e no compromisso colectivo que fortalecemos, diariamente, a confiança que nos é depositada.

Guiados pela Ambição de crescer, pela Resiliência perante os desafios, pela Integridade que orienta a nossa actuação e pela Colaboração que nos une, prosseguimos na consolidação de um percurso de crescimento responsável e sustentável.

É com esse espírito e determinação que continuaremos a **Fazer Acontecer**, convictos de que é na união de esforços que verdadeiramente conseguimos **Ganhar Juntos**.

Atenciosamente,

Presidente do Conselho de Administração



2. Principais Destaques

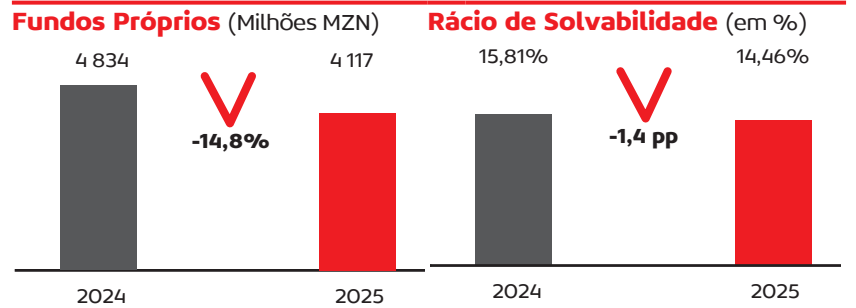
2.1. Principais indicadores

Principais Indicadores	2024	2025	Var,% 2025 - 2024
(em milhares de Meticais)			
BALANÇO			
Activos Totais	64 767 413	64 071 744	-1,07%
Crédito a Clientes (Líquido) ¹	20 871 681	14 744 797	-29,36%
Recursos de Clientes ³	50 196 217	53 782 865	7,15%
Rácio de Transformação (Crédito/Depósitos)	45,3%	30,3%	-15,08 pp
QUOTA DE MERCADO²			
Crédito a Clientes	7,76%	5,55%	-2,21 pp
Depósitos	6,69%	6,69%	0 pp
Activos	6,39%	5,89%	-0,4 pp
RENDIBILIDADE			
Resultado Bruto de Exploração	1178 391	1738 976	47,57%
Resultado Líquido	(103 821)	(3 919 542)	3675 29%
Produto Bancário	4 195 987	4 499 544	7,23%
Rácio da Margem Financeira ⁵	8,22%	8,87%	0,64 pp
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	-1,06%	-50,06%	-48,9 pp
Rendibilidade dos Activos Produtivos Médios (ROA)	-0,17%	-6,08%	-5,91 pp
LIMITES PRUDENCIAIS			
Tier I - Capital	17,95%	16,35%	-1,60 pp
Rácio de Solvabilidade	15,81%	14,46%	-1,35 pp
Rácio de Liquidez	37,14%	47,29%	10,15 pp
QUALIDADE DOS ACTIVOS			
Imparidade do Crédito	1 889 283	1 533 168	-18,85%
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a Clientes	12,76%	6,93%	-5,83 pp
Crédito Vencido/Credito total	28,10%	16,51%	-11,59 pp
Rácio Crédito em Incumprimento (NPL - BdM) ⁷	34,24%	29,21%	-5,02 pp
Rácio NPL - EBA ⁸	12,50%	3,94%	-8,56 pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	79,27%	426,12%	346, pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido Total	64,85%	303,37%	238,5 pp
Imparidade do Crédito/Crédito a Clientes	8,30%	9,39%	1,08 pp
EFICIÊNCIA			
Custos Operacionais	3 715 315	4 011 390	7,97%
Outros gastos operacionais	1 276 092	1 372 130	7,53%
Gastos com Pessoal	2 029 393	2 099 866	3,47%
Amortizações	409 830	539 394	31,61%
Custos/Activos Totais (%)	5,74%	6,26%	0,52 pp
Cost-to-Income ⁶	82,86%	76,98%	5,87 pp
Outros gastos operacionais/Produto Bancário	30,41%	30,49%	0,08 pp
Gastos com Pessoal/Produto Bancário	48,37%	46,67%	-1,69 pp
INDICADORES DE NEGÓCIO			
Agências Bancárias ⁴	63	61	-3,17%
Nº de ATMs	103	100	-2,91%
Nº de POS	3,001	3,009	0,27%
Nº de Colaboradores no final do Período	971	949	-2,27%
Nº de Clientes	261 894	305 051	16,48%
Nº de Cartões na Rede	143 617	156 906	9,25%

1. Carteira de crédito deduzido das imparidades
 2. Informação estatística do Banco de Moçambique, Dezembro de 2024 e 2025
 3. Recursos de Clientes = Depósito de clientes + obrigações corporativas
 4. Inclui centro de negócio *Private, Corporate* e Institucionais
 5. Rácio da Margem Financeira = margem financeira / activos produtivos médios
 Activos produtivos = Aplicações em Instituições Crédito + Crédito + Títulos
 pp = pontos percentuais
 6. Cost-to-income = Custos Operacionais/Rendimento
 7. Crédito em incumprimento (NPL - BdM): calculado com base no normativo do Banco de Moçambique (Crédito Vencido, incluindo prestações vincendas), ao abrigo do Aviso 16/GBM/2013 de 31 de Dezembro
 8. Rácio NPL - EBA: www.eba.europa.eu

2.2. Principais destaques

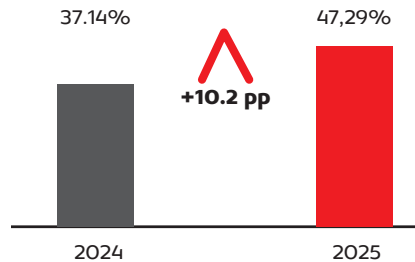
SOLIDEZ



Os Fundos Próprios fixaram-se em MZN 4 117 Milhões em 2025 (-14,8% face a 2024), reflectindo o resultado líquido negativo de MZN 3 919,5 Milhões, parcialmente compensado pela redução do gap de provisões em MZN 2 765,7 Milhões.

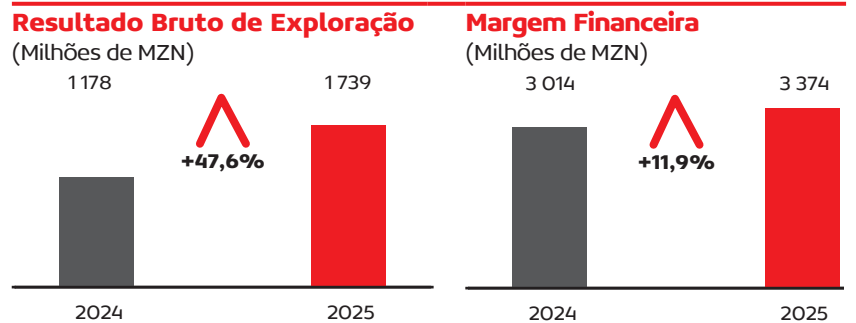
O Rácio de Solvabilidade situou-se em 14,46% em 2025, permanecendo acima do mínimo regulamentar, o que evidencia a adequada capacidade de capitalização do Banco para suportar a sua actividade.

Rácio de Liquidez (em %)



O Rácio de Liquidez do Banco fixou-se em 47,29%, acima do limite regulamentar mínimo de 25%, evidenciando uma posição sólida de liquidez e adequada capacidade de resposta às necessidades de financiamento da actividade.

RENDIBILIDADE



O Resultado Bruto de Exploração atingiu MZN 1 739 Milhões em 2025, registando um crescimento de 47,6% face ao período homólogo, suportado pela melhoria na geração de receitas e pela gestão disciplinada dos custos operacionais,

A Margem Financeira ascendeu a MZN 3 373,5 Milhões em Dezembro de 2025, registando um crescimento de MZN 359,6 Milhões (+11,9%) face ao período homólogo, impulsionado pelo bom desempenho das aplicações financeiras e pela optimização da carteira de activos.

3. Moza Banco

3.1.1. Breve Descrição

O Moza Banco é uma instituição bancária de referência no Sistema Financeiro Moçambicano, posicionando-se entre os cinco maiores bancos nacionais e assumindo relevância sistémica no sector. Opera como um banco universal de retalho, com capital maioritariamente moçambicano.

Desde a sua fundação, em 2008, tem desempenhado um papel activo no desenvolvimento do sector bancário, disponibilizando um conjunto abrangente de soluções financeiras dirigidas a Particulares, Pequenas e Médias Empresas (PMEs), clientes Institucionais e *Corporate*.

Com a terceira maior rede de agências do país, o Moza Banco reafirma o seu posicionamento de proximidade com o cliente, mantendo um compromisso sólido com a inovação e sustentabilidade. A sua actuação orienta-se pela missão de contribuir diariamente para o progresso de Moçambique, promovendo os valores

de ambição, integridade, resiliência e colaboração, expressos no lema: “Faz Acontecer”.

Os nossos valores

Os valores institucionais do Moza banco constituem a base da sua identidade e orientam a sua actuação no mercado, promovendo um serviço de excelência e relações de confiança com clientes, colaboradores e demais partes interessadas,

- > **Ambição** – incentiva a proactividade e a superação contínua de expectativas, impulsionando a inovação e o crescimento
- > **Resiliência** – define-o pela capacidade de agir com um compromisso inquestionável, pronto para ultrapassar desafios e resolver problemas com foco e convicção,
- > **Integridade** – assenta na transparência, no respeito e no rigor, assegurando elevados padrões éticos de forma inabalável
- > **Colaboração** – valoriza a empatia e o trabalho conjunto, fortalecendo relações de proximidade e promovendo resultados colectivos,

3.1.2. Marca Moza

Em 2025, o Moza Banco assinalou o seu 17º aniversário, consolidando um percurso marcado pelo compromisso com o desenvolvimento do mercado moçambicano. Desde a sua fundação, afirma-se como a instituição financeira de referência, alinhada com as necessidades e aspirações dos seus clientes.

Ao longo dos anos, tem-se distinguido pela proximidade e valorização das conquistas dos seus clientes, acompanhando os seus desafios e sucessos. Sob o lema “Faz Acontecer”, posiciona-se como parceiro de crescimento, promovendo iniciativa, resiliência e o dinamismo. Enquanto instituição de referência no sector financeiro, mantém foco na inovação, serviço de excelência e no desenvolvimento sustentável, contribuindo activamente para o progresso das comunidades e para o futuro do país.

3.1.3. Principais Eventos 2025

- > Participação no *World Financial Innovation Series*
- > Participação na 17ª Reunião Anual do Conselho Consultivo Internacional da Fundação Dom Cabral
- > Reconhecimento do Moza, pelo 4º ano consecutivo, como uma das melhores instituições para se trabalhar em Moçambique
- > Lançamento do cartão de Crédito MozaNext Signature
- > 6ª Edição do Prémio Literário Fernando Leite Couto
- > Participação na 8ª Edição do CFO Fórum
- > Participação na 3ª edição da maior Conferência do Sector bancário, Serviços financeiros e Seguros – BFSI 2025,”
- > Lançamento da campanha institucional “Faz Acontecer” versão “3,0”,
- > Premiação Selo FaMoza
- > Lançamento dos Novos Canais (Internet e Mobile Banking)
- > Lançamento de obras literárias de Mía Couto e Abdul Julai
- > Natal solidário

3.1.4. Prémios/Distinções

Uma das melhores instituições para se trabalhar em Moçambique

Em 2025, pelo quarto ano consecutivo, o Moza Banco foi reconhecido como uma das melhores instituições para se trabalhar em Moçambique, reforçando a sua capacidade de atrair e reter os melhores profissionais do sector em que actua, Com base nesta avaliação, a *Tempus Global* atribuiu ao Banco a certificação “Elite Employer”, após análise de quatro aspectos basilares essenciais: Compensação e Benefício; Ambiente de Trabalho; Carreira e Cultura,

4. Estrutura Accionista e Órgãos Sociais

4.1 Estrutura Accionista

À data de 31 de Dezembro de 2025, o capital social do Moza Banco manteve-se em 7 020 750 000 MT (sete mil e vinte Milhões, setecentos e cinquenta mil Meticais), integralmente subscrito e realizado, conforme ilustra a tabela abaixo:

Accionistas	Número de Acções	Valor Nominal (Em Meticais)	Percentagem do Capital
Kuhanha S,A	927 822	4 639 110 000	66,0771%
Arise B,V,	431 296	2 156 480 000	30,7158%
Moçambique Capitais, S,A	45 032	225 145 000	3,2069%
Moza Banco	1 404 150	7 020 750 000	100%

A distribuição geográfica dos accionistas em 2025, manteve a predominância de accionistas moçambicanos, representando 69,2842% do total de acções, Esta distribuição, sublinha o Moza Banco como uma entidade financeira com forte raiz nacional, consolidando a sua posição como uma instituição financeira de referência nacional,

Origem	Percentagem do Capital
Moçambique	69,2842%
Holanda	30,7158%
Total	100,0000%

4.2 Órgãos Sociais e Modelo de Governação

O Moza Banco dispõe de uma estrutura de governação, composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comissão Executiva, órgãos responsáveis pela supervisão, orientação estratégica e cumprimento regulamentar, assegurando a salvaguarda dos interesses dos *Stakeholders*,

Na Assembleia Geral realizada em 29 de Abril de 2025, foi nomeado interinamente, o Sr, Manuel Jorge Mendes Soares como Presidente do Conselho de Administração, sucedendo ao Sr, João Filipe de Figueiredo Júnior, Adicionalmente, com efeitos à 5 de Dezembro de 2025, a Sra, Ruth Moisés da Pátria renunciou ao cargo de Administradora não Executiva do Moza Banco,

Assembleia Geral

Presidente da Mesa	Lourenço Joaquim da Costa Rosário
Vice-Presidente da Mesa	Maria Violante Jeremias Manuel
Secretária da Mesa	Carmen Patrícia Varinde G, Moreira Gonçalves

Conselho de Administração

Presidente	Manuel Jorge Mendes Soares
Administrador	Adérito José Manso de Sousa
Administrador	Angélica Macave
Administrador	Devan Hassad Bai Manmoandas

Conselho Fiscal

Presidente	Irene Luzidia Maurício
Vice-Presidente	Anastácia Sebastião Chamusse Cuna
Vogal	Nuno Gonçalo Gomes Domingues
Suplente	Isaltina José Franco Mahumane Nhabinde

Administrador	Gomes do Rosário Zita
Administrador	Pedro Manuel Maldonado de Matos N, Correia

4.3. Modelo de Governação

A Assembleia Geral constitui o órgão máximo da sociedade, representando a universalidade dos accionistas, cujas deliberações, quando tomadas nos termos legais e estatutários, vinculam todos accionistas e a sociedade,

O modelo de governação do Moza Banco, atribui ao Conselho de Administração a responsabilidade pela condução estratégica, delegando a gestão corrente da actividade à Comissão Executiva, cabendo a função de fiscalização ao Conselho Fiscal,

Em 2025 manteve-se a estrutura da Comissão Executiva, cuja composição, nomeação e atribuições foram deliberadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada a 28 de Abril de 2023:

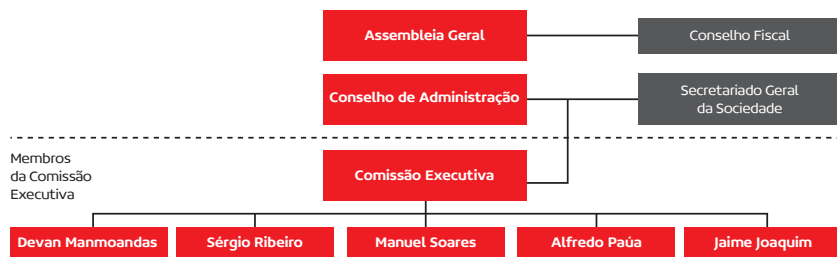
Comissão Executiva

Presidente	Manuel Jorge Mendes Soares
Membro	Sérgio Eduardo Ribeiro
Membro	Devan Hassad Bai Manmoandas
Membro	Alfredo José Paúa
Membro	Jaime de Jesus Joaquim

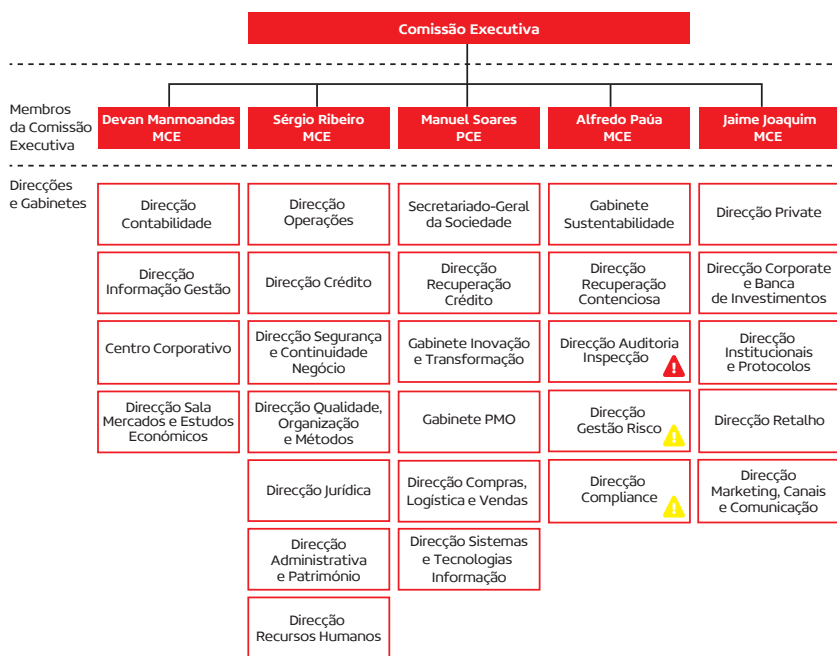
O Secretário da Sociedade, designado pelo Conselho de Administração, assegura o apoio e a orientação aos Órgãos Sociais em matérias de governação corporativa, legalidade e administração, bem como o suporte às respectivas reuniões,



A estrutura organizativa do Moza Banco, para o final do exercício de 2025, apresentava a seguinte composição:



No que concerne à repartição de competências e responsabilidades entre os Membros da Comissão Executiva pelas diversas Direcções do Banco, à 31 de Dezembro de 2025, as mesmas encontravam-se segregadas da seguinte forma:



- ⚠** A Direcção Auditoria e Inspeção, ao nível do Modelo de Governo de Gestão de Riscos do Banco, reporta hierarquicamente à Comissão de Auditoria, sendo que a sua dependência à Comissão Executiva, é de âmbito meramente administrativo.
- ⚠** O responsável da Direcção Gestão Risco e o da Direcção Compliance, tem acesso ao Conselho de Administração do Banco por via da Comissão de Avaliação de Risco (presidida por um Administrador Não Executivo).

5. Responsabilidade Social e Sustentabilidade

5.1 Responsabilidade Social

Para o Moza Banco, a Responsabilidade Social assenta no pilar ético que constitui a base da sua actuação, afirmando-se simultaneamente como um eixo estratégico fundamental orientado pelo princípio de “Ganhar Juntos” e pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.

Em 2025, o Banco reafirmou o seu papel como agente transformador em Moçambique, consolidando a sua actuação focada na geração de valor compartilhado e no fortalecimento das comunidades, contribuindo de forma concreta para um crescimento mais inclusivo e sustentável.

5.1.1. Educação e Literacia Financeira

A estratégia do Banco na promoção da educação e da literacia financeira manteve-se como uma prioridade estruturante, através da consolidação e expansão de programas orientados para o desenvolvimento humano e capacitação das novas gerações:

- > **Programa “Sonhar o Amanhã”**
Esta iniciativa continuou a afirmar-se como uma iniciativa estratégica focada

na promoção do conhecimento, da poupança e da educação financeira junto de crianças e jovens.

No âmbito das celebrações do Dia Mundial da Poupança, o programa foi expandido às comunidades de Estével (Escola Básica 19 de Outubro, Boane) e Chókwè (Escola Santa Luísa de Marillac), reforçando o seu alcance territorial e impacto educativo.

Destaca-se igualmente a apresentação da peça interactiva teatral “Saber Sonhar o Amanhã”, dirigida a diferentes públicos, incluindo filhos de colaboradores e parceiros. Através de uma abordagem pedagógica e lúdica, a iniciativa promoveu a consciencialização precoce sobre a importância da poupança e da adopção de práticas financeiras responsáveis.

- > **Programa de Apoio ao estudo na Escola Santa Luísa de Marillac**
Em parceria com a Associação Um Pequeno Gesto, uma Grande Ajuda (UPG), o Banco manteve o apoio à Escola Santa Luísa de Marillac, no distrito de Chókwè, com o objectivo de incentivar a permanência escolar e mitigar factores de vulnerabilidade social.

A cooperação estratégica permitiu:

- Optimizar o desempenho escolar de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade;
- Fomentar hábitos de estudos conscientes;
- Contribuir para a mitigação da insegurança alimentar diária, promovendo maior assiduidade escolar.

Ainda no contexto da parceria, realizou-se um concurso de redacção subordinado ao tema da poupança, com a participação de mais de 50 alunos da 5.ª e 6.ª classes, tendo o pódio sido integralmente composto por raparigas.

- > **Workshop Sobre Literacia Financeira**
Na semana Global de Empreendedorismo, a Agência de Desenvolvimento e Empreendedorismo (ADE) em parceria com Banco promoveu o **Workshop sobre literacia financeira e empreendedorismo** com o objectivo de abordar temas essenciais sobre o sistema bancário e gestão de finanças pessoais, com foco especial no desenvolvimento do espírito empreendedor.

5.1.2. Empreendedorismo, capacitação e desenvolvimento empresarial

- > **Programa “Pra Frente”**
No contexto da parceria com o programa “Pra Frente” (plataforma digital de capacitação empreendedora), o Moza, em parceria com Fundação Dom Cabral (FDC) disponibiliza gratuitamente a plataforma às MPMEs, reforçando o seu compromisso institucional de desenvolver o tecido empresarial moçambicano, e apoiar a agenda nacional de inclusão financeira e produtiva.

Ao longo de 2025, a plataforma registou mais de 5 000 empresas inscritas, consolidando assim a relevância do “Pra Frente” como uma oportunidade para o desenvolvimento dos negócios das MPME e reafirmando o contributo do Moza Banco para o progresso económico e social do país.

- > **Apoio ao crescimento e sustentabilidade das PMEs**
O Banco reforçou o seu envolvimento institucional em iniciativas de promoção do empreendedorismo e formalização empresarial, participando e apoiando eventos que visaram:
 - Criar um espaço de networking que promova a ligação entre empreendedores, parceiros estratégicos, fornecedores e potenciais clientes, fortalecendo o ecossistema empresarial;
 - Contribuir para o crescimento das PMEs, incentivando a formalização, inovação e a geração de emprego.

Em 2025 destacaram-se também os seguintes eventos:

- Sessões de *networking* com PMEs em todo o país em parceria com o Instituto de Promoção de Pequenas e Médias Empresas (IPEME);
- VI Edição da Feira Económica da Província de Nampula (FENA) e *Workshop* “Acelerando as Exportações da Província de Nampula”;
- *Workshop* de Comércio Internacional e Acesso a Financiamento para Exportações.

5.1.3. Cultura, Literatura e Desporto

- > **Parceria com a Fundação Fernando Leite Couto**
O Moza Banco mantém desde 2019, uma aliança estratégica com a Fundação Fernando Leite Couto, reforçando o seu compromisso com a valorização da arte e cultura moçambicana. Esta parceria foca-se na concretização de várias

iniciativas que esta entidade tem concebido e implementado no domínio da arte e literatura.

Em 2025 destacaram-se as seguintes iniciativas:

- Prémio literário “Fernando Leite Couto”;
- Publicação e lançamento de obras de autores renomados como Mia Couto, Zacarias Nguenha e Abdul Julai;
- Eventos literários (Tertúlias e saraus literários, recitais de poesia, palestras, debates e conversas);
- E rodas de conversa com figuras de proa nas áreas de artes e cultura, dentre as quais Mia Couto e a cantora Mingas.

Ainda no domínio cultural, o Banco apoiou o lançamento do álbum de estreia do músico **Arnaldo Manhice**, reconhecido como melhor voz masculina no Ngoma Moçambique, edição 2025. O apoio ao artista sublinha o compromisso do Moza com componentes que valorizam a identidade cultural.

5.1.4. Desporto e Bem-Estar

O Clube Moza, enquanto braço social do Banco, desenvolveu, ao longo do exercício, actividades desportivas regulares e eventos de promoção do bem-estar, reconhecendo o desporto como instrumento de saúde, integração e coesão social.

No âmbito dos Jogos comemorativos dos 50 anos do Banco de Moçambique, o Moza Banco obteve os seguintes resultados:

- Medalha de Ouro em Natação
- Medalha de Bronze em Bilhares. Foram igualmente atribuídas distinções relacionadas com espírito de equipa e *fair play*, em linha com os valores institucionais do Banco.

5.1.5. Solidariedade

Ciente que o seu papel transcende a actividade financeira, o Moza Banco mantém o compromisso genuíno com a solidariedade e com o apoio aos mais vulneráveis, contribuindo de forma positiva para a vida das pessoas e das comunidades.

Em 2025, o Banco intensificou a sua presença por meio de acções de apoio a comunidades e instituições sociais pelo país. Dentre as principais iniciativas, destacam-se:

> Projecto Ciclo Solidário

Iniciativa social estruturante focada na dignidade menstrual, através da disponibilização de *kits* de higiene menstrual reutilizáveis, bem como acções de sensibilização sobre saúde menstrual, tendo beneficiado 650 raparigas nas províncias de Gaza (Escola Secundária Eduardo Mondlane e Escola Primária Salvador Allende) e Manica (Escola Secundária de Gondola).

- > As doações de *kits* de material escolar às crianças vulneráveis;
 - > As celebrações do Dia da Criança e do Dia da Família junto de crianças órfãs e vulneráveis e de doentes.
- O Banco associou-se igualmente ao evento “Convívio Solidário”, iniciativa da Fundação Dei Campi, cujos fundos angariados reverteram a favor do Hospital Psiquiátrico de Infulene e da reabilitação da Escola Primária Muchambutane, em Maputo.

5.1.6. Sustentabilidade

Enquanto braço social do Moza Banco, o Clube Moza promoveu uma edição especial do **Tour de Sustentabilidade** na Praia da Macaneta, destinada à imersão dos Embaixadores de Sustentabilidade no ecossistema do mangal. Durante o evento, os participantes realizaram o plantio de mangais e uma jornada de limpeza da praia, contribuindo directamente para a preservação do ecossistema costeiro e para a sensibilização ambiental prática. Esta acção enquadra-se no compromisso do Banco com a educação ambiental, a promoção do voluntariado e a protecção da biodiversidade, através de iniciativas de impacto concreto junto das comunidades.

5.2. Patrocínios e Parcerias

Em 2025, o Moza Banco consolidou o seu posicionamento enquanto parceiro institucional activo no fortalecimento do ecossistema económico e social moçambicano, através do apoio a iniciativas que promovem o empreendedorismo, a inovação, a inclusão, a sustentabilidade e a valorização cultural.

A estratégia de patrocínios e parcerias esteve orientada para a geração de impacto estruturante, privilegiando iniciativas alinhadas com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e com as prioridades estratégicas do Banco.

Dando continuidade a este compromisso com a capacitação e o networking, destacam-se as seguintes acções:

1. **Workshop de Comércio Internacional e Exportações** – O Banco apoiou acções de capacitação dirigidas às Pequenas e Médias Empresas (PMEs), em parceria com a ExportaMoz, incluindo a participação na VI Edição da Feira Económica da Província de Nampula (FENA), reforçando o compromisso com a promoção do comércio internacional e da competitividade empresarial.
2. **Semana Fintech e 3.ª Conferência Internacional do Sector Bancário, Financeiro e de Seguros** – A participação nestes fóruns evidenciou o envolvimento do Banco no debate sobre inovação tecnológica e inclusão financeira digital, contribuindo para a modernização do sector financeiro nacional.
3. **3.ª Edição do COMARP Fórum e iniciativas da Câmara de Comércio Moçambique – Estados Unidos** – O apoio a estes eventos reforçou o compromisso institucional com o fortalecimento das relações empresariais e a criação de oportunidades de investimento e cooperação económica.
4. **3.ª Conferência Marinha** – O apoio a esta iniciativa reafirmou o compromisso do Banco com a conservação da biodiversidade marinha e com a promoção de práticas sustentáveis.
5. **Apoio à Associação dos Cegos e Amblíopes de Moçambique (ACAMO)** – O Banco contribuiu para a promoção da mobilidade e autonomia de cidadãos com deficiência visual, através da disponibilização de bengalas brancas.
6. **Apoio às festividades Gwaza Muthini e celebrações culturais** – O Banco manteve o seu apoio a iniciativas de valorização da tradição, identidade cultural e diversidade moçambicana.
7. **Apoio à educação e capacitação académica** – O Banco prestou apoio logístico à Aula Inaugural 2025 da Universidade Save (UNISAVE), apoiou iniciativas de promoção da leitura e participou na 60.ª Edição da FACIM, reforçando o compromisso com o desenvolvimento de competências.

5.3. Sustentabilidade

O exercício de 2025 consolidou a abordagem estratégica do Banco à Sustentabilidade. O Banco demonstrou uma maturidade crescente na integração dos princípios ESG na sua actuação, fortalecendo a capacidade técnica para enfrentar os desafios crescentes associados à sustentabilidade no sector financeiro.

5.3.1. Principais Acções Desenvolvidas

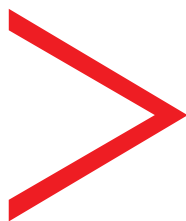
Durante o exercício, destacam-se as seguintes práticas e iniciativas:

- > **Consolidação do enquadramento estruturado de reporte de sustentabilidade**, no qual foram sistematizados os princípios orientadores da abordagem ESG, os critérios de classificação de risco de sustentabilidade e os mecanismos de integração no modelo de risco e de negócio
- > **Integração da gestão de risco ambiental e social nas operações de crédito**, assegurando a identificação, análise e acompanhamento de potenciais impactos ambientais e sociais associados aos financiamentos concedidos;
- > Desenho, no âmbito do Plano Estratégico do Banco, das seguintes estratégias: Eficiência Energética; Eficiência Hídrica; Redução do Consumo de Papel.
- > **Articulação institucional com o Banco de Moçambique, através da Associação Moçambicana de Bancos (AMB)**, no desenvolvimento de abordagens relacionadas com finanças verdes, inclusivas e sustentáveis.
- > **Cooperação com entidades públicas nacionais**, na incorporação de critérios de sustentabilidade face aos impactos das alterações climáticas em Moçambique.

5.3.2. Resultados Alcançados e Impacto Gerado

As iniciativas desenvolvidas traduziram-se nos seguintes resultados:

- > Aprovação e integração das medidas associadas às estratégias de eficiência energética, hídrica e redução do consumo de papel no Plano Estratégico do Banco;
- > Estruturação interna para a implementação das Directrizes de Gestão de Riscos Climáticos e Ambientais, nos termos do Aviso n.º 6/GBM/2024 do Banco de Moçambique;
- > Preparação para a implementação das Directrizes sobre Acesso Equitativo a Serviços Financeiros, nos termos do Aviso n.º 7/GBM/2024;
- > Reforço dos mecanismos de controlo do risco ESG nas operações do Banco, incluindo a monitorização do cumprimento de cláusulas contratuais associadas



a financiamentos sustentáveis;

- > Acesso a linhas de financiamento com requisitos ESG, incluindo a Linha do Banco Europeu de Investimento (BEI) e a Linha AGF;
- > Integração do Banco em grupos de coordenação sectorial em matéria de sustentabilidade, no âmbito da Associação Moçambicana de Bancos.

6. Enquadramento Macroeconómico

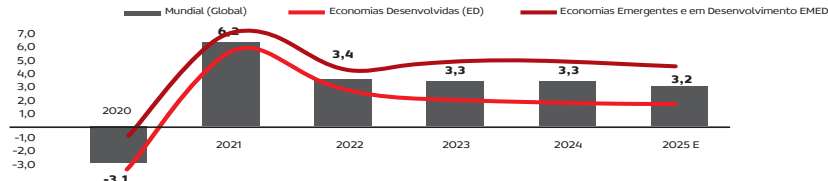
6.1 Economia Internacional

Crescimento Económico

A economia global demonstrou resiliência em 2025, mesmo num contexto marcado por tensões comerciais e alguma incerteza nos cenários político e de investimento. O crescimento fixou-se em 3,2%, ligeiramente abaixo de 2024, mas acima das projecções iniciais de 3,0% a 3,1%, mantendo o ritmo de recuperação após a recessão de 2020.

Ainda assim, persistem alguns desafios, nomeadamente ao nível da política comercial, das tensões geopolíticas e das dinâmicas tecnológicas, que continuam a exigir acompanhamento e adaptação por parte dos agentes económicos.

Crescimento Económico Global (%)



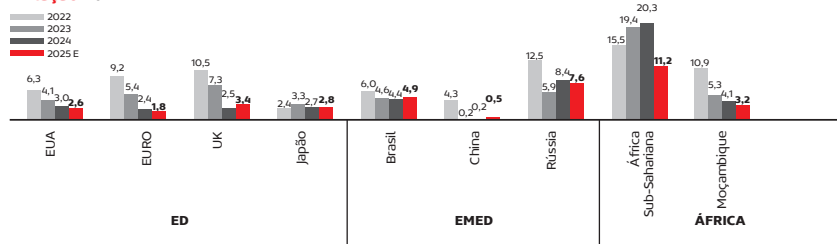
Nota: E - Estimativa

Fonte: FMI - *World Economic Outlook, October 2025*

Evolução da Inflação

O nível geral de preços manteve a tendência de desaceleração, em linha com o observado nos últimos anos, fixando-se a nível global em 3,6%, face a 4,9% em 2024, reflectindo dinâmicas diferenciadas entre regiões que, no seu conjunto, se compensam. As previsões de inflação foram revistas em alta nos Estados Unidos e em baixa em diversas outras economias, em consonância com a expectativa de que alterações no panorama do comércio internacional possam gerar um choque de oferta no país que impõe tarifas e um choque de procura nos países afectados por essas medidas.

Inflação %



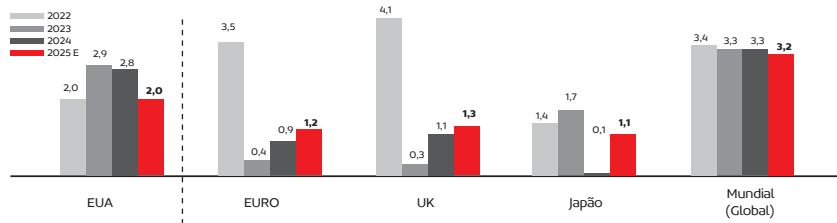
Nota: INE - índice de preços ao consumidor, Dezembro 2025

Fonte: FMI - *World Economic Outlook, October 2025*

Economias Desenvolvidas

A actividade económica nas economias desenvolvidas em 2025 manteve-se resiliente, apesar da escalada das tensões comerciais e do aumento da incerteza política. As pressões associadas à política comercial revelaram-se menos disruptivas do que o inicialmente esperado, reflectindo:

Crescimento Económico das Economias Desenvolvidas %



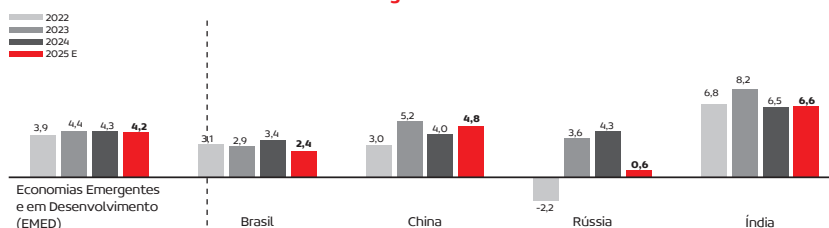
Nota: ED - Economias Desenvolvidas, E - Estimativa

Fonte: FMI - *World Economic Outlook, October 2025*

Economias Emergentes e em Desenvolvimento

Em 2025 as economias emergentes e em desenvolvimento (EMDE) apresentaram maior resiliência, demonstrando um crescimento mais forte do que o esperado. O sector do comércio, especialmente as exportações, apresentou um desempenho melhor do que o previsto, não obstante as elevadas tarifas e a crescente incerteza, enquanto a actividade de serviços permaneceu resiliente, auxiliada pela flexibilização das condições financeiras globais, em parte relacionada à desvalorização do dólar americano, que sustentou o crescimento constante do crédito e a confiança do consumidor. No geral, em 2025, as EMDEs cresceram a um ritmo estimado de 4,2%.

Crescimento Económico das Economias Emergentes e em Desenvolvimento %



Nota: EMED - Economias Emergentes e em Desenvolvimento, E - Estimativa

Fonte: Banco Mundial - *Global Economic Prospects, January 2026*

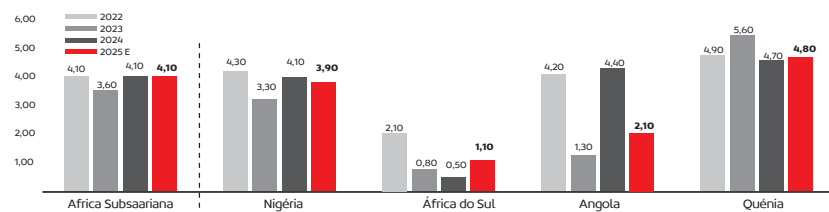
6.2 Economia Regional – África Subsaariana

A região da África Subsaariana (SSA) registou em 2025 um crescimento económico de 4,1%, mantendo-se inalterado quando comparado com o registado em 2024, reflectindo a moderação da inflação, enquanto os preços das commodities se posicionaram acima do esperado, particularmente do ouro, outros metais preciosos e do café, impulsionando a melhoria das balanças comerciais em vários países.

De uma forma individual, as economias da SSA apresentaram no ano passado um crescimento misto, com o ritmo de crescimento a acelerar em cerca de metade delas e a abrandar nas restantes. O crescimento divergiu entre as três maiores economias da região, consolidando-se na Nigéria e na África do Sul, mas moderando-se na Etiópia.

Contudo, ainda persistem desafios como a dívida elevada, a pobreza e a necessidade de mais empregos, exigindo reformas contínuas e apoio internacional para sustentar o desenvolvimento.

PIB das Maiores Economias da África Subsaariana %



Fonte: FMI - *World Economic Outlook, October 2025*

Commodities

Os mercados de commodities em 2025 passaram por uma volatilidade significativa, com os preços gerais reduzindo em relação às altas registadas no meio do ano devido à forte oferta e à tímida procura, especialmente no petróleo, não obstante os efeitos das tarifas. Adicionalmente, os metais preciosos como o ouro atingiram máximos históricos e os metais básicos apresentaram resultados mistos. No sector agrícola, observaram-se oscilações associadas a factores climáticos.

A cotação do petróleo reduziu em média cerca de 16% ao longo de 2025. Os preços da commodity permaneceram estáveis, entre US\$ 60 e US\$ 70 desde o anúncio das tarifas pelos EUA no início de Abril. Estes anúncios induziram a uma diminuição nas expectativas de procura global e coincidiram com o início de um cronograma de produção acelerado de petróleo pela OPEP+ (Organização dos Países Exportadores de Petróleo mais alguns países não membros, incluindo a Rússia).

Os preços do gás natural caíram, reflectindo também as tarifas e a oferta abundante. Os preços de negociação na Europa caíram cerca de 32% em 2025, para USD9,48/MMBtu, tendo registado um aumento temporário em Junho, em meio à guerra entre Israel e Irão. Os preços reduziram devido à menor procura de energia, em resposta a incerteza comercial induzida pelas tarifas, e por uma menor procura concorrente da Ásia. Adicionalmente, os preços do gás natural liquefeito asiático seguiram a tendência de queda dos preços europeus, caindo 13%.

Em 2025, a procura por refúgios seguros impulsionou os metais preciosos, num cenário em que a imposição de tarifas conduziu à redução dos preços dos metais básicos. De acordo com o Banco Mundial, o índice de preços dos metais variou positivamente em cerca de 40% no ano em referência. Esse aumento foi impulsionado pelos metais preciosos, com o ouro subindo 63% e atingindo níveis recordes acima de USD 4 000/onça, em meio à crescente incerteza geopolítica, conduzindo os bancos centrais a aumentarem as suas reservas de ouro.

A nível dos alimentos, de acordo com os dados divulgados pela FAO no seu Índice de Preços dos Alimentos, os preços aumentaram em cerca de 4,3% ao longo de 2025, impulsionados principalmente pelos óleos vegetais, carnes e produtos lácteos. Esta tendência pode ser justificada pelo aumento da procura internacional em carnes bovinas, associada ao aumento da incerteza do mercado relacionada a surtos de doenças animais e tensões geopolíticas.

Evolução dos Preços das Commodities (2022 - 2025)

Commodities	Real				Δ Anual (%)	
	Dez-22	Dez-23	Dez-24	Dez-25	Dez-24	Dez-25
Petróleo Bruto Brent (USD/Barrel)	80,9	77,9	73,8	62,7	-5%	-15%
Petróleo Bruto WTI (USD/Barrel)	76,5	72,1	69,8	57,9	-3%	-17%
Alumínio (USD/MT)	2 401,7	2 182,4	2 541,0	2 875,5	16%	13%
Ouro (USD/Onça)	1 797,6	2 026,2	2 648,0	4 309,2	31%	63%
Gás (USD/Milhões de UTB)	5,5	2,5	3,0	4,3	20%	41%
Carvão Térmico (USD/MT)	215,0	108,8	105,5	90,9	-3%	-14%
Milho (USD/MT)	302,3	206,5	202,6	205,7	-2%	2%
Trigo (USD/MT)	386,3	291,1	252,2	242,8	-13%	-4%
Arroz (USD/MT)	467,0	644,0	527,0	424,0	-18%	-20%
Açúcar (USD/Kg)	0,8	0,9	0,8	0,7	-8%	-10%
Algodão (USD/Kg)	2,2	2,0	1,8	1,6	-12%	-7%
Tabaco (USD/MT)	4 399,3	5 461,8	6 458,3	6 047,1	18%	-6%

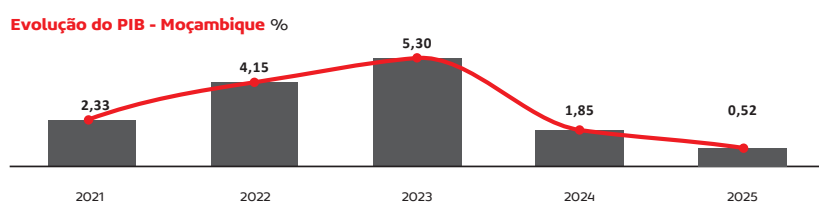
Nota: Preços baseado em médias anuais
Fonte: Banco Mundial - Commodity Price Data, January 2026

6.3 Economia Nacional

Evolução do PIB

O desempenho económico do País em 2025 foi marcado pelo registo de recessão técnica nos primeiros três trimestres, em -3,92% no 1º, -0,94% no 2º e -0,85% no 3º, tendo o Produto Interno Bruto contraído devido à instabilidade pós-eleitoral de 2024, que condicionou a movimentação de pessoas e bens, conduzindo ao fraco desempenho dos sectores secundário (indústria, construção, energia) e terciário (comércio, transportes, hotelaria), e às restrições cambiais que tem vindo a penalizar as importações.

Todavia, observou-se no último trimestre do ano uma recuperação do crescimento da economia que apresentou um crescimento de cerca de 4,67%, influenciado pelo desempenho positivo do sector extractivo. Este desempenho, conduziu a um crescimento real negativo de 0,52%.



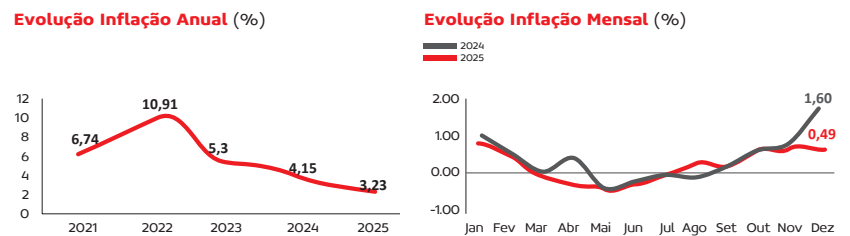
Fonte: - Instituto Nacional de Estatística, Contas Nacionais de Moçambique (III Trimestre 2025)

Inflação

A inflação ao longo de 2025 apresentou um comportamento misto, tendo acelerado até ao máximo de 4,93% no terceiro trimestre, reduzindo para 3,23% no último trimestre. Este posicionamento reflecte o impacto das medidas de política monetária e cambial, que se traduziram em parte na estabilidade cambial,

assim como na contenção da inflação global. O nível de preços manteve-se controlado e dentro da meta definida pelo Banco de Moçambique, de 1 dígito.

A inflação média anual fixou-se em 4,37%, posicionando-se abaixo da meta de 7,0% estabelecida pelo Governo no Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2025.



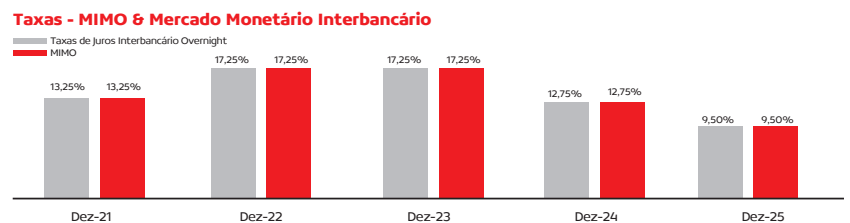
Fonte: INE - Índice de Preços ao Consumidor, Dezembro 2025
Nota: E - Estimativa

Mercado Monetário

A Autoridade Monetária procedeu a uma redução acumulada de 325 pontos base na taxa de juro de política monetária (MIMO), que se fixou em 9,50%, em linha com o objectivo do Banco de Moçambique de a conduzir para níveis de um dígito. Contudo, de acordo com o Banco de Moçambique, os riscos e incertezas associados às projecções de inflação agravaram-se nos últimos meses do ano, com destaque para o atraso no pagamento dos instrumentos da dívida pública interna do Estado.

Os coeficientes de reservas obrigatórias para passivos em moeda nacional e estrangeira mantiveram-se inalterados ao longo do ano em 29% e 29,5%, respectivamente.

A taxa de referência para créditos às famílias e empresas (Prime Rate do Sistema Financeiro - PRSF) acompanhou o movimento da MIMO, ao longo do ano, tendo se fixado em 15,80%, uma redução anual de cerca de 390 pb.



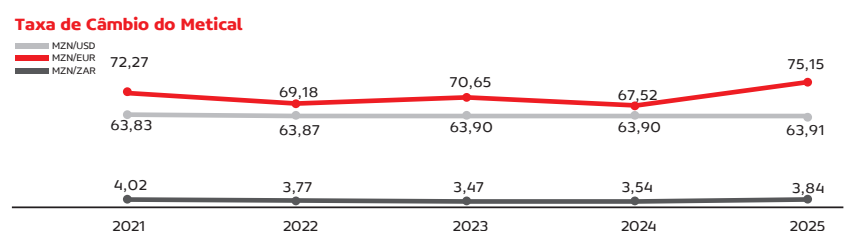
Mercado Cambial

Em 2025, a taxa de câmbio USD/MZN manteve-se relativamente estável, apresentando uma média anual de cerca de 63,91 meticais por dólar, no mercado oficial.

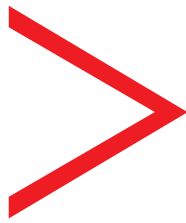
Contudo, observou-se no mercado uma escassez de divisas, o que conduziu o Banco de Moçambique a implementar um conjunto de medidas destinadas a reforçar a disponibilidade de divisas e a estimular a actividade económica, incluindo:

- > Aumento temporário da taxa de conversão das receitas de exportação de bens e serviços e rendimentos de investimento no exterior, de 30% para 50%, por um período de 18 meses;
- > Conversão integral das receitas provenientes da reexportação de produtos petrolíferos por parte dos bancos intermediários;
- > Estabelecimento de um regime excepcional aplicável aos limites de posição cambial das instituições de crédito, definindo limites para a Posição Cambial Global e para posições individuais por moeda estrangeira, em percentagem dos fundos próprios..

Por outro lado, o metical depreciou contra o Euro e contra o Rand Sul Africano em cerca de 11% e 8%, respectivamente, influenciado pela valorização das moedas no mercado internacional, apoiada pelo aumento da confiança dos investidores nos países de referência, associado a um aumento das exportações de metais preciosos.



Fonte: Banco de Moçambique - Dezembro 2025



entre Israel e Irão. Os preços reduziram devido à menor procura de energia, em resposta a incerteza comercial induzida pelas tarifas, e por uma menor procura concorrente da Ásia. Adicionalmente, os preços do gás natural liquefeito asiático seguiram a tendência de queda dos preços europeus, caindo 13%.

Em 2025, a procura por refúgios seguros impulsionou os metais preciosos, num cenário em que a imposição de tarifas conduziu à redução dos preços dos metais básicos. De acordo com o Banco Mundial, o índice de preços dos metais variou positivamente em cerca de 40% no ano em referência. Esse aumento foi impulsionado pelos metais preciosos, com o ouro subindo 63% e atingindo níveis recordes acima de USD 4 000/onça, em meio à crescente incerteza geopolítica, conduzindo os bancos centrais a aumentarem as suas reservas de ouro.

A nível dos alimentos, de acordo com os dados divulgados pela FAO no seu Índice de Preços dos Alimentos, os preços aumentaram em cerca de 4,3% ao longo de 2025, impulsionados principalmente pelos óleos vegetais, carnes e produtos lácteos. Esta tendência pode ser justificada pelo aumento da procura internacional em carnes bovinas, associada ao aumento da incerteza do mercado relacionada a surtos de doenças animais e tensões geopolíticas.

Evolução dos Preços das Commodities (2022 – 2025)

Mercado Monetário

A Autoridade Monetária procedeu a uma redução acumulada de 325 pontos base na taxa de juro de política monetária (MIMO),

6.4 Perspectivas Económicas para 2026

a) Economia Global

O risco geopolítico e a incerteza política continuam a pesar sobre a economia global que, segundo o Fundo Monetário Internacional, deverá crescer a uma média anual de 3,1% em 2026, representando uma desaceleração face à estimativa de crescimento em 2025 (3,2%). Esta projecção reflecte a resiliência económica em diversas economias, contudo, ainda representa o ritmo de crescimento mais lento desde a pandemia. O risco de erros políticos mantém-se elevado neste ambiente de mudanças rápidas e crises geopolíticas. Embora a perspectiva de que as taxas de juro globais de curto prazo continuem a reduzir, as projecções de inflação tornam-se imprevisíveis influenciadas pelo cenário instável das tarifas dos EUA e as Potenciais respostas dos seus parceiros Comerciais.

Embora se espere que a desaceleração em 2026 seja relativamente generalizada em todas as economias, prevê-se que a mesma se concentre nas economias avançadas, sendo que 76% delas poderão registar um crescimento mais lento em comparação com 44% das economias emergentes e em desenvolvimento.

As perspectivas mantêm uma inclinação para o lado negativo, embora também existam alguns factores de sucesso, tais como os investimentos orientados pela tecnologia e os ganhos de produtividade.

Destacam-se os seguintes riscos e incertezas:

1. Tensões comerciais e incertezas face a política comercial

Apesar de progressos pontuais nas negociações comerciais entre os Estados Unidos de América e os países mais afectados pelas tarifas, o grau de incerteza permanece elevado. Diversos acordos apresentam enquadramento ainda indefinido, o que pode gerar reactivação de tensões caso os compromissos assumidos não sejam plenamente concretizados.

O recurso crescente a tarifas e a outros instrumentos de política comercial, frequentemente associados a preocupações estratégicas e de segurança nacional, aumenta o risco de novas restrições ao comércio internacional. Barreiras comerciais persistentes poderão limitar o crescimento da produtividade, restringindo a difusão tecnológica transfronteiriça.

2. Condições financeiras globais mais restritivas

Ao longo do último ano, os spreads sobre activos de maior risco, nomeadamente títulos de dívida soberana, atingiram níveis historicamente baixos em resposta às acções tarifárias norte-americanas. Este facto poderá contribuir para uma redução do apetite pelo risco e provocar quedas acentuadas nos preços dos activos. Assim, uma restrição das condições financeiras implicaria uma pressão negativa sobre o crescimento global e poderia conduzir a uma fuga de capitais dos mercados emergentes e em desenvolvimento, especialmente naqueles com notações de crédito mais baixas.

O apetite pelo risco também pode diminuir se as políticas dos principais bancos centrais forem mais restritivas do que o previsto em resposta a uma inflação mais forte, seja devido a novas pressões sobre os preços dos bens relacionadas com barreiras comerciais ou outros factores imprevisíveis.

3. Conflitos e tensões geopolíticas

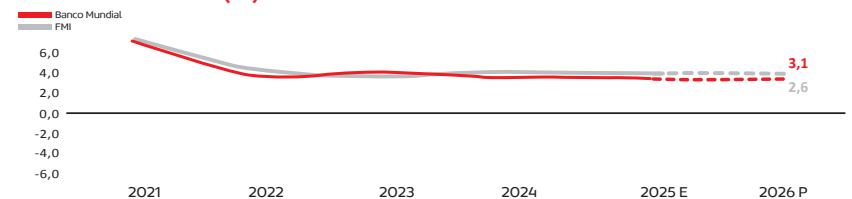
A década de 2020 tem sido caracterizada por um aumento acentuado das tensões geopolíticas a nível global e pelo aumento de conflitos violentos. Os choques acumulados como a guerra entre a Rússia e Ucrânia e o conflito no Médio Oriente perturbaram as relações comerciais e alimentaram a incerteza geopolítica. Uma eventual escalada adicional destes conflitos ou prolongamento da instabilidade poderá gerar impactos adversos sobre a actividade económica nos países directamente envolvidos e, indirectamente, a nível global.

Estimativas empíricas sugerem que conflitos de intensidade média-alta têm sido associados a uma redução média do PIB per capita de cerca de 13% após cinco anos nos países directamente envolvidos (Banco Mundial 2025P).

4. Desastres naturais e crises de saúde pública

A frequência e a gravidade dos desastres relacionados ao clima como ondas de calor, chuvas extremas, secas e inundações costeiras tem estado a aumentar. Embora a incidência dos desastres naturais afecte de diferentes formas os países, dependendo de suas geografias e estruturas económicas, as economias emergentes e em desenvolvimento são geralmente as mais vulneráveis a tais eventos (Banco Mundial 2025P). Estes fenómenos podem causar danos macroeconómicos substanciais por meio de vários canais, incluindo destruição de infra-estruturas, perdas agrícolas e aumentos nos preços das commodities. Esses choques também podem representar desafios para a política monetária, afectando a inflação e, potencialmente, a transmissão da política monetária, ao mesmo tempo em que podem criar riscos nos balanços patrimoniais das instituições financeiras (Lagarde 2024).

PIB da Economia Global (%)



Nota: E – Estimativa, P – Projecção

Fonte: Banco Mundial – *Global Economic Prospects, January 2026*
FMI – *World Economic Outlook, October 2025*

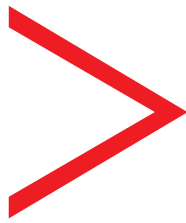
b) Economia Nacional

Após o registo de 3 recessões consecutivas em 2025 e a estimativa de um crescimento real positivo no último trimestre, perspectiva-se que o país registe em 2026, um crescimento económico de cerca de 2,42%, apoiado por potenciais reformas com o objectivo de assegurar maior confiança e estabilidade social, pelos desenvolvimentos em torno do sector de gás natural, pela retoma da actividade no projecto de GNL da Área 1 da TotalEnergies, e a eventual Decisão Final de Investimentos por parte da Exxon Mobil, ainda este ano. Estes desenvolvimentos poderão garantir maior geração de divisas, alocação e acesso à moeda estrangeira por parte das empresas e famílias, aumentar o volume de exportações e reforçar as reservas de divisas.

A estabilidade macroeconómica assegurada e controlada com a gestão dos níveis de preços no país também são factores que poderão sustentar as perspectivas económicas para 2026.

Em meados de Abril de 2025, Moçambique e o FMI cancelaram as duas últimas revisões (a quinta e a sexta) do programa *Extended Credit Facility* (ECF). É expectável que o governo de Moçambique e o FMI cheguem a um novo acordo em 2026. O mesmo exigirá uma gestão fiscal mais rigorosa. Ainda, com o novo programa do Fundo, espera-se que o governo mantenha uma política fiscal e monetária controlada para manter a estabilidade macroeconómica até começar a beneficiar-se das receitas das futuras exportações de gás natural liquefeito (GNL).

Perspectiva-se a manutenção da tendência de níveis de preços controlados em 1 dígito para 2026, reflectindo o comportamento dos preços das mercadorias no mercado internacional, aliado à estabilidade da taxa de câmbio para o par dólar/metical, não obstante as pressões sobre a produção local após as cheias que se vislumbaram no início de 2026, o que irá impactar directamente nos preços domésticos. Estima-se que o nível de preços acelere para 5,09% em 2026.



Em resposta à evolução dos níveis de preços na economia nacional e a perspectiva de sua manutenção em 1 dígito, espera-se que a Autoridade Monetária mantenha a taxa MIMO nos actuais níveis ao longo do ano. Contudo, regista-se no início do ano um ligeiro agravamento dos riscos e incertezas associados às projecções da inflação a médio prazo. A sua materialização dependerá do desempenho do potencial plano de recuperação económica que o executivo poderá implementar para impulsionar a actividade produtiva após as cheias observadas no primeiro mês do ano em referência.

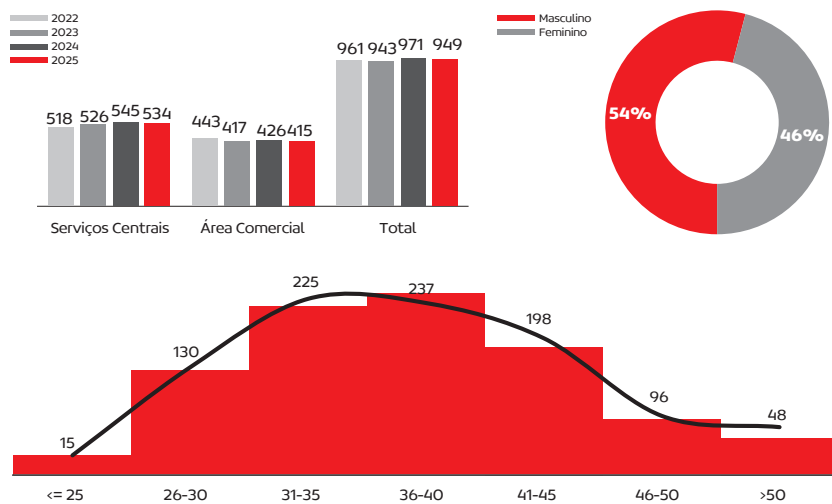
Ainda no âmbito monetário, é espectável que a PRSF mantenha a postura da taxa MIMO. Estima-se que se mantenha nos 15% nos finais de 2026, mantendo todos os outros factores, determinantes para o apuramento deste indicador, constantes.

Todavia, persiste na gestão macroeconómica do país o risco cambial, que se manifesta na tensão entre uma aparente estabilidade do metical e a escassez crónica de divisas no mercado formal. Este tem gerado atrasos nas importações, interrupção de cadeias produtivas e aumento de preços.

7. Actividades de Suporte ao Negócio

7.1 Gestão de Pessoas

Em 2025, o Moza Banco registou uma redução moderada no seu quadro de pessoal, com o número de colaboradores a passar de 971 para 949, representando uma variação de 2%.



O Banco mantém um quadro de colaboradores predominantemente jovem, com uma média de idade de 37 anos. As faixas etárias compreendidas entre 31-35 e 36-40 anos representam, cumulativamente, cerca de 49% do total de colaboradores, evidenciando uma estrutura etária equilibrada.

Formação e Capacitação

No âmbito do compromisso com a valorização e capacitação contínua dos seus colaboradores, o Moza Banco deu continuidade ao reforço do seu programa de formação, privilegiando uma abordagem digital e integrada.

O Banco assegurou uma maior abrangência e eficácia nas acções formativas através da plataforma interna de e-learning e do recurso a soluções externas especializadas, promovendo a actualização permanente de competências e o alinhamento com as exigências do sector financeiro.

Em 2025, foram realizadas 388 acções de formação, totalizando 25 311 horas de capacitação e abrangendo 14 506 participações.

Destacam-se formações nas áreas de:

- > Conformidade regulamentar;
- > Gestão de risco operacional;
- > Prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;
- > Ética e conduta;
- > Gestão de denúncias;
- > Segurança cibernética;

- > Formações técnicas especializadas e de actualização para diversas funções críticas.

Através do Clube Moza, o Banco reforçou o seu compromisso com o desenvolvimento de competências técnicas e linguísticas, reconhecendo a formação como instrumento de competitividade e internacionalização.

Destaca-se a parceria com a *Perfectly Spoken* (Londres), no âmbito da qual foram disponibilizadas 110 bolsas de formação em língua inglesa, contribuindo para o reforço das competências de comunicação profissional e institucional, tanto no seio do Banco como junto de parceiros estratégicos.

Adicionalmente, foram aprofundadas parcerias com instituições académicas nacionais e internacionais, permitindo o acesso a programas de graduação, pós-graduação e MBA nas áreas de Gestão, Direito e Finanças, em condições preferenciais. Estas iniciativas reforçam o posicionamento do Banco como agente activo na qualificação do capital humano.

Desenvolvimento Competências

No âmbito do fortalecimento da gestão de pessoas e do alinhamento entre estratégia organizacional e desenvolvimento do capital humano, o Banco deu continuidade à implementação de iniciativas estruturantes orientadas para a valorização dos colaboradores e para a sustentabilidade do talento no médio e longo prazo.

Estas iniciativas visam promover maior clareza nos percursos de carreira, reforçar a objectividade dos mecanismos de avaliação de desempenho, consolidar a cultura organizacional e assegurar a preparação atempada de sucessão em funções críticas.

Durante o exercício, destacaram-se avanços no plano de gestão de carreiras, na revisão e modernização do modelo de avaliação de desempenho, na realização de instrumentos de auscultação interna e na actualização das directrizes de sucessão, reforçando a transparência, a meritocracia e a continuidade organizacional.

Acções de Natureza Social

Reconhecendo a importância do bem-estar dos colaboradores, o Moza Banco manteve uma abordagem integrada que abrange dimensões como saúde, qualidade de vida e cidadania.

No decurso de 2025, foram implementadas iniciativas orientadas para a promoção da saúde e equilíbrio pessoal e profissional, incluindo o reforço de parcerias com prestadores de serviços de saúde e a realização de acções de sensibilização em matérias relevantes para o desenvolvimento pessoal e profissional.

O Banco manteve igualmente iniciativas destinadas a facilitar o acesso dos colaboradores e seus familiares a serviços essenciais, promovendo maior comodidade e eficiência.

No âmbito da política de benefícios, foram mantidos incentivos orientados para o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, em linha com as práticas adoptadas em exercícios anteriores.

Gestão Administrativa

Em 2025, prosseguiu o processo de modernização administrativa, com enfoque na digitalização e simplificação de processos internos, visando melhorar a eficiência operacional e controlo processual.

As iniciativas desenvolvidas permitiram reforçar a integração de processos, reduzir redundâncias e promover maior agilidade na gestão interna, contribuindo para uma estrutura organizacional mais eficiente e alinhada com os objectivos estratégicos do Banco.

Este esforço integra a estratégia mais ampla de racionalização de recursos, fortalecimento das boas práticas de governação interna e melhoria da experiência do colaborador.

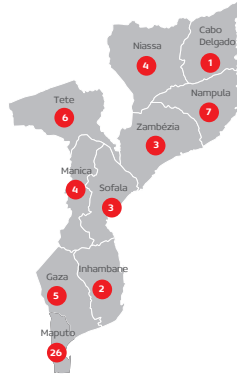


7.2 Rede de Distribuição

No final do ano de 2025, a rede de distribuição do Moza Banco era composta por um total de 61 Unidades de Negócio, distribuídas da seguinte forma:

- > 58 Agências,
- > 1 Centro *Private*,
- > 1 Centro *Corporate*
- > 1 Centro Institucional.

Neste sentido, a cobertura geográfica do parque de Unidades Negócio Moza apresentava-se distribuída conforme detalhado a seguir:



7.3 Actividade Comercial

Em 2025, a actividade comercial do Moza Banco decorreu num contexto macroeconómico desafiante, tendo sido orientada para o reforço das relações com a base de clientes existente, a captação de novos segmentos e o aumento da transaccionalidade.

A estratégia comercial privilegiou a fidelização, o aumento da taxa de equipamento, o reforço do *cross-selling* e a consolidação da domiciliação de salários, visando assegurar crescimento sustentável e melhoria da rentabilidade por cliente.

Neste enquadramento, o Banco manteve uma abordagem de proximidade e acompanhamento estruturado junto de empresas e particulares de todos os segmentos, reforçando o conhecimento das necessidades dos clientes.

Ao nível dos segmentos de negócio em que o Banco actua, destacam-se:

- > **Segmento Corporate:** No segmento *Corporate*, a estratégia comercial esteve orientada para a consolidação das relações com empresas de maior dimensão, privilegiando a captação de tesouraria, materializada através da domiciliação de salários, pagamentos a fornecedores e operações cambiais. Foi igualmente reforçada a integração das cadeias de valor empresariais, através da massificação da Solução + PME (Conteúdo Local), promovendo sinergias com a Banca de Retalho. A optimização da rede de POS e o reforço das acções de recuperação de crédito venceram contribuíram para a melhoria da eficiência comercial e para o fortalecimento da qualidade da carteira empresarial.
- > **Segmento Institucional:** O Segmento Institucional concentrou-se no reforço da presença do Banco junto de Organizações Não Governamentais (ONG) e outras entidades institucionais, promovendo relações de médio e longo prazo baseadas em protocolos estruturados. A estratégia privilegiou o aumento da activação da carteira e a consolidação de contas salário, reforçando a vinculação institucional.
- > **Segmento PME:** No segmento PME, o foco manteve-se no apoio ao crescimento sustentável das pequenas e médias empresas, reconhecidas como um dos pilares do desenvolvimento económico nacional. A dinamização da Conta + Negócios e da Solução + PME (Conteúdo Local) permitiu reforçar a integração das cadeias de valor associadas a clientes *Corporate*, promovendo maior articulação comercial e captação de fluxos empresariais. No âmbito da parceria com o Banco Europeu de Investimento (BEI), foi disponibilizada uma linha de financiamento orientada ao investimento produtivo e ao reforço de tesouraria, contribuindo para a sustentabilidade das empresas, a criação de emprego e o fortalecimento do tecido empresarial nacional.
- > **Segmento Private Banking:** O Banco privilegiou o aprofundamento da relação com clientes de maior património, com enfoque na domiciliação de rendimentos e na captação de decisores empresariais, em articulação com os diversos segmentos da instituição. Foi reforçada a oferta de soluções de investimento, incluindo instrumentos do mercado de capitais, bem como produtos diferenciadores como o cartão de crédito Signature, leasing e seguros de viagem, promovendo a diversificação da proposta de valor e o aumento da fidelização dos clientes.
- > **Segmento Retalho Affluent Particular:** No segmento Retalho *Affluent Particular*, a estratégia esteve orientada para o aumento da taxa de equipamento e da utilização dos meios e canais, bem como para a captação de novas contas salário (ao abrigo de acordos comerciais e da oferta Mulher). A dinamização do cartão de crédito Signature e a comercialização de soluções de crédito e leasing

contribuíram para o reforço da fidelização da carteira e para o aprofundamento do relacionamento comercial.

- > **Segmentos Mass Market:** No segmento Mass Market, a prioridade incidiu no alargamento da base de clientes e no reforço da inclusão financeira, promovendo maior acesso aos serviços bancários por parte de diferentes camadas da população. A dinamização de soluções como USSD, cartões de débito e seguros contribuiu para o aumento da utilização dos meios de pagamento e para uma maior activação da carteira.

7.3.2 Resultados obtidos pelos Meios de Pagamento e Canais

- > **Meios e Canais de Pagamento:** Em 2025, o Banco alcançou avanços estruturantes na sua transformação digital, com impacto directo na experiência do cliente e na competitividade do negócio.

Entre os marcos do ano, destacam-se o lançamento do Cartão de Crédito Moza NEXT (*Visa Signature*), a integração da solução *Host-to-Host* (*Moza Connect*) com empresas estratégicas e a entrada em produção da nova plataforma de Internet e *Mobile Banking*, reforçando o posicionamento tecnológico e a consolidação do Banco no sistema financeiro nacional.

O crescimento registado tanto em número como em volume de transacções ao longo do ano, reflectiu a capacidade de adaptação do Banco nos canais digitais e meios de pagamento tradicionais, inovando num ambiente cada vez mais competitivo através de soluções ajustadas às necessidades específicas de cada cliente e da melhoria contínua da experiência do cliente.

- > **Cartões** - O negócio de cartões apresentou um desempenho positivo em 2025, registando, face ao período homólogo de 2024, um crescimento de 21,0% no volume e de 20,4% no número de transacções, reflectindo a estabilização das infra-estruturas e sistemas de pagamento, bem como pelo lançamento do Cartão de Crédito Moza NEXT (*Visa Signature*), direccionado aos segmentos *Affluent* e *Private*. A colaboração estratégica entre o Moza Banco e a Visa revelou-se determinante para a definição da estratégia e para o lançamento bem-sucedido do Cartão Moza NEXT (*Visa Signature*), contribuindo para o reforço da oferta diferenciada do Banco, ampliando a sua proposta de valor junto de segmentos *Private* e *Affluent*.
- > **POS** - Os POS registaram um crescimento sólido, com aumentos de 23,5% no volume e de 22,7% no número de transacções. A estratégia de optimização do parque de POS, incluindo a realocação de equipamentos para comerciantes com maior potencial, foi determinante para este desempenho. Adicionalmente, as comissões registaram um crescimento acumulado de 24,6%, reflectindo o impacto da estratégia de optimização do parque de POS, bem como das acções de dinamização comercial, orientadas para uma maior utilização dos POS Moza por parte dos comerciantes.
- > **ATM** - As ATMs mantiveram um desempenho modesto em 2025. O volume de levantamentos registou um crescimento moderado de 4%, reflectindo a manutenção da relevância deste canal, embora se observe uma tendência gradual de migração dos clientes para meios electrónicos e canais digitais. Esta evolução está alinhada com a estratégia do Banco de promover soluções digitais mais convenientes e eficientes, acompanhando as mudanças estruturais no comportamento dos clientes.
- > **Canais Digitais** - Os canais digitais registaram uma *performance* robusta em 2025, sustentada pelos investimentos na infra-estrutura tecnológica e pela nova plataforma de Internet e *Mobile Banking*, que proporcionou maior rapidez, fiabilidade e melhorias significativas na experiência do cliente. No acumulado até Dezembro de 2025, destacaram-se os seguintes crescimentos:
 - **Internet e Mobile Banking:** 18,5% no volume e 27,9% no número de transacções;
 - **USSD e AZAPP:** 16,2% no volume e 21,8% no número de transacções.

Com o lançamento da nova plataforma, observou-se, no final do exercício, um aumento de 48,5% no número de utilizadores activos, em comparação com o 2024, representando um marco relevante na adopção dos novos canais digitais pelos clientes. Adicionalmente, as comissões registaram crescimentos acumulados de 21,9% no Internet e Mobile Banking e de 19,7% no USSD e AZAPP, consolidando um modelo de negócio mais sustentável e alinhado com a estratégia de digitalização.

7.4 Estratégias de Inovação e Transformação Digital

Em 2025, o Moza Banco deu continuidade ao seu percurso de inovação e transformação digital, reforçando uma abordagem progressivamente mais estruturada, pragmática e orientada a impacto. Num contexto marcado pela consolidação dos serviços financeiros digitais, pela crescente relevância das Instituições de Moeda Electrónica e por uma agenda nacional focada na inclusão financeira e na digitalização dos serviços públicos, o Banco concentrou esforços na execução disciplinada de iniciativas prioritárias, estruturando modelos sustentáveis para os ciclos seguintes.

A actuação do Banco ao longo do exercício esteve orientada para três grandes objectivos:

- > Reforçar a resiliência e estabilidade da plataforma tecnológica;
- > Desenvolver parcerias e modelos de integração que ampliem o ecossistema de serviços financeiros;
- > Preparar o Banco para uma adopção responsável e escalável de novas tecnologias, com particular enfoque na gestão da mudança, na automação e na Inteligência Artificial.

Contexto de Mercado e Inclusão Financeira

O ano de 2025 foi marcado pela aceleração gradual da digitalização dos serviços financeiros em Moçambique, impulsionada pelo crescimento dos pagamentos electrónicos, pela expansão de soluções digitais e pela maior interligação entre bancos, operadores tecnológicos e entidades institucionais. Persistem, contudo, desafios estruturais ao nível da infra-estrutura digital, da literacia financeira e da inclusão efectiva em determinadas geografias.

Neste enquadramento, a inovação assume um papel cada vez mais relevante na estratégia do Banco, exigindo maior disciplina na priorização de iniciativas e uma articulação contínua entre as áreas de negócio, tecnologia e conformidade regulamentar.

Principais Iniciativas Desenvolvidas em 2025

Ao longo do exercício, foram consolidadas iniciativas com impacto directo na estabilidade, integração e eficiência operacional da plataforma tecnológica do Banco.

Destacam-se:

- > **Optimização da estabilidade e desempenho dos sistemas**, garantindo melhoria da disponibilidade dos serviços e redução dos tempos de processamento da informação;
- > **Reforço da infra-estrutura tecnológica**, assegurando maior resiliência operacional e protecção da informação, alinhadas com boas práticas internacionais;
- > **Consolidação e modernização dos canais digitais**, proporcionando maior robustez, segurança e melhoria da experiência do cliente;
- > **Reforço das capacidades de integração entre sistemas**, promovendo maior interoperabilidade e eficiência nos processos internos e externos.

Entre as iniciativas materializadas, assume particular relevância a consolidação do Moza Connect, plataforma de integração tecnológica orientada para clientes empresariais e institucionais, que viabilizou a automatização de pagamentos em massa e a optimização de processos de reconciliação, reforçando a proposta de valor do Banco junto deste segmento.

O exercício foi igualmente marcado pela continuidade do programa de transformação organizacional, orientado para a gestão da mudança e para o desenvolvimento de um *mindset* digital transversal, assegurando alinhamento entre estratégia, tecnologia e execução.

7.4.2 Inovação

No domínio da inovação, o Moza Banco manteve uma actuação alinhada com as melhores práticas, privilegiando o diálogo contínuo com o regulador. Iniciativas desenvolvidas em articulação com operadores de carteiras móveis foram enquadradas em ambientes de *sandbox*, permitindo testar novos modelos de integração e prestação de serviços, salvaguardando simultaneamente os requisitos de segurança, conformidade e protecção do cliente.

Neste âmbito, foram consolidados modelos de integração *host-to-host*, criando condições para uma maior interoperabilidade com clientes institucionais e parceiros. Estas integrações contribuíram para o reforço da fiabilidade dos serviços, para a simplificação de processos operacionais e para a melhoria dos mecanismos de reconciliação e reporte.

7.4.3 Tecnologias e Capacidades Introduzidas ou Reforçadas

A estratégia de inovação do Banco privilegiou o reforço de capacidades tecnológicas com impacto transversal. O foco incidiu na integração de sistemas e plataformas como elemento estruturante para a eficiência operacional, a escalabilidade dos serviços e a melhoria da proposta de valor ao cliente.

Paralelamente, o Banco iniciou a preparação institucional para a adopção gradual de soluções assentes em cloud e Inteligência Artificial, assegurando enquadramento adequado em termos de governação tecnológica, conformidade regulamentar e sustentabilidade operacional.

7.4.4. Abordagem do Banco à Digitalização e Modernização dos Serviços

A transformação digital é entendida como uma mudança estrutural e cultural abrangente, que exige um *mindset* ágil e uma gestão da mudança eficaz para garantir a competitividade. Para assegurar uma transição eficiente e sustentável, o foco continuou a incidir nas **PESSOAS**, consolidando iniciativas estratégicas destinadas a preparar os colaboradores para este novo paradigma digital, promovendo novas formas de trabalhar, baseadas na colaboração, flexibilidade e inovação contínua.

Esta abordagem integrada assegura coerência entre ambição estratégica e capacidade efectiva de execução, consolidando a competitividade do Banco num ecossistema financeiro progressivamente mais digital.

7.5 Compliance, Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa

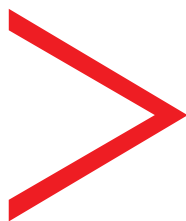
Em 2025, a função *Compliance* prosseguiu a sua missão voltada para a promoção e garantia do cumprimento das exigências legais, regulamentares, estatutárias, normativas, éticas e de boas práticas bancárias nacionais e internacionais aplicáveis, no quadro do ambiente de controlo e supervisão institucional, definido pelas entidades reguladoras competentes e o normativo legal vigente.

Ao longo do exercício, o Banco procedeu à revisão e actualização de políticas e normativos internos, bem como à divulgação de novas directrizes legais e regulamentares, com o objectivo de fortalecer os mecanismos internos de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

> **Reforço dos Processos de Controlo e Conformidade:** O Banco reforçou os seus processos de conformidade, assegurando a transparência e integridade das suas operações. Foram implementadas medidas rigorosas no processo de abertura de contas, incluindo a identificação e monitorização de Beneficiários Efectivos e **Pessoas Politicamente Expostas** (PEP's), em conformidade com a Lei nº 14/2023, de 28 de Agosto. Paralelamente, foram desenvolvidas acções de fiabilização e actualização de dados de clientes, promovendo a regularização documental e a adequada gestão de contas inactivas com potencial exposição a risco. No relacionamento com Bancos Correspondentes e outras Instituições Financeiras, foram fortalecidos os procedimentos de *"Know Your Customer"* (KYC), assegurando a actualização da informação institucional em plataformas especializadas e reforçando os mecanismos de filtragem e monitorização de entidades e transacções, no âmbito da prevenção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo (BCFT), consolidando a confiança dos *stakeholders* na instituição.

> **Colaboração com Entidades Externas:** O Banco manteve uma colaboração estreita com as autoridades competentes, assegurando a prestação de informação processual e transaccional nos termos da legislação aplicável, evidenciando o compromisso institucional com a transparência, a cooperação e o cumprimento rigoroso das obrigações legais.

> **Formação sobre Temáticas de Prevenção e/ Combate ao Branqueamento de Capitais e de Compliance:** Em 2025, o Moza Banco reforçou o seu investimento na capacitação dos colaboradores, alinhado com a estratégia de excelência no serviço ao cliente e com os mais elevados padrões de ética e conformidade. Neste contexto, foram promovidas acções



de formação direccionadas para a prevenção e combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa, assegurando que os colaboradores actuam em conformidade com os requisitos legais e regulamentares.

Estas iniciativas reforçaram a cultura organizacional de *Compliance*, abrangendo temas atinentes ao Código de Ética e Conduta, a gestão de Conflitos de Interesses, prevenção de corrupção, os mecanismos de Denúncia e a importância do cumprimento rigoroso das normas e regulamentos aplicáveis. O reforço contínuo destas competências contribuiu para a mitigação de riscos, a integridade institucional e a confiança dos clientes e *stakeholders* no Banco.

Identificação e Verificação de Clientes e Contrapartes

No âmbito da consolidação da cultura de *Compliance* e do reforço da abordagem baseada no risco, foram implementadas melhorias nos processos e procedimentos internos, com enfoque na componente de *Customer Due Diligence*, com o objectivo de flexibilizar a interacção com os Bancos Correspondentes. Estas iniciativas visam otimizar a gestão do risco, reforçar a eficácia dos mecanismos de controlo e, simultaneamente, melhorar a experiência do cliente, assegurando um equilíbrio entre rigor regulatório e eficiência operacional.

Monitoria de Clientes e Vigilância Contínua

Em 2025, o Banco reforçou os seus mecanismos de monitorização contínua de clientes e transacções, no quadro da consolidação da abordagem baseada no risco.

Foram introduzidas melhorias nos processos de análise de alertas gerados pelos sistemas de monitoria transaccional, permitindo maior eficiência, consistência e tempestividade na tomada de decisão. Esta evolução contribuiu para o reforço da capacidade de detecção de operações atípicas e para a consolidação dos mecanismos internos de reporte às autoridades competentes.

No âmbito da gestão do risco associado a operações com o exterior, foi intensificada a análise de transacções realizadas fora do País, incluindo operações efectuadas através de cartões, com vista à identificação de padrões atípicos e mitigação de potenciais exposições.

Adicionalmente, foram implementadas melhorias nos processos de reporte regulamentar, promovendo maior automatização, qualidade da informação e alinhamento com os requisitos técnicos definidos pelas entidades competentes.

O aumento do rigor na vigilância contínua traduziu-se no reforço dos critérios de análise e na consolidação dos mecanismos internos de comunicação de operações suspeitas, em estrito cumprimento das obrigações legais.

Conformidade Regulamentar

Análise Legal

Com vista a assegurar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, o Banco acompanhou de forma contínua as actualizações dos dispositivos legais, divulgando a respectiva implementação e assegurando os ajustamentos necessários a nível de processos, políticas e normativos.

Pareceres Comerciais e sobre Produtos do Banco

No âmbito da criação, revisão e optimização de produtos e serviços, foi assegurada a emissão de pareceres de conformidade, garantindo que as soluções disponibilizadas pelo Banco permanecessem alinhadas com a legislação aplicável e com as melhores práticas do sector.

Esta actuação permitiu assegurar o equilíbrio entre inovação, competitividade e mitigação de riscos, reforçando a solidez e sustentabilidade das iniciativas comerciais.

Elaboração Revisão e Validação de Políticas/Normativos e Documentos
Neste contexto, no âmbito do fortalecimento da cultura de *Compliance* foram revistos e actualizados normativos essenciais no domínio da gestão de risco legal, conduta ética, prevenção de conflitos de interesse, mecanismos de denúncia, prevenção de corrupção e políticas de identificação e verificação de clientes e contrapartes.

Foram igualmente reforçados os mecanismos internos de comunicação e sensibilização sobre matérias estratégicas de conformidade, promovendo maior transparência e rigor institucional.

No domínio da gestão de conflitos de interesse e tratamento de denúncias, foram consolidados procedimentos internos de identificação, análise e mitigação,

reforçando a cultura organizacional assente na integridade, responsabilidade e cumprimento das normas éticas e regulamentares aplicáveis.

8. Gestão do Risco

8.1 Introdução

A Gestão de Risco é considerada um dos principais pilares estratégicos do Moza Banco e compreende todas as actividades que afectam o seu perfil de risco. Deste modo, o Moza Banco encontra-se permanentemente atento às vulnerabilidades que caracterizam a sua actividade, o contexto económico em que se insere e potenciais perdas no Capital, Rentabilidade e Liquidez que podem ocorrer, em resultado do impacto de eventos não esperados nas suas actividades ou no seu negócio.

Nessa perspectiva, a Gestão de Risco assume uma importância acrescida, onde se privilegiam os princípios de boa Governança Corporativa através da implementação de políticas, processos e procedimentos que respeitem as boas práticas de Gestão de Risco.

A definição, acompanhamento e implementação da política de Gestão de Riscos no Moza Banco conta com o envolvimento de todas as áreas, no sentido de apoiar os Órgãos de Administração do Banco.

O Moza Banco identifica, mensura, controla e acompanha os principais riscos de forma que a sua mitigação seja efectiva e em linha com o seu apetite ao risco, criando parâmetros que permitam um equilíbrio entre o risco assumido e o retorno esperado.

Visando uma melhor combinação entre o risco e os resultados, o Moza Banco actua de forma prudente na gestão dos riscos financeiros e não financeiros, em linha com os regulamentos impostos pela Entidade Reguladora e em harmonia com as melhores práticas internacionais, de onde resultam a concepção de políticas, princípios, procedimentos, metodologias e definição de limites de risco, que conduzem a actividade do Banco para a sua esfera de actuação nos vários segmentos de negócio.

Para assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos definidos e o perfil de risco a que o Banco se encontra exposto, a condução da gestão é efectuada de acordo com o modelo de Gestão de Risco aprovado na Instituição, a partir do qual são identificados os riscos inerentes. Este processo de Gestão de Risco inclui a identificação, a medição, o controlo e o acompanhamento dos riscos, bem como a determinação do impacto (positivo ou negativo) desses riscos nos resultados e/ou no capital.

A taxonomia de riscos do Moza Banco engloba 16 tipologias de risco primário, nomeadamente: Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Financiamento, Risco de Taxa de Juro, Risco de Mercado, Risco Cambial, Risco Imobiliário, Risco de Alavancagem Excessiva, Risco Operacional, Risco de *Compliance*, Risco de Tecnologias de Informação e Comunicação, Risco de Estratégia e Modelo de Negócio, Risco de Reputação, Risco de Conduta, Risco de Modelo, Risco de Governo Interno e Risco de Sustentabilidade Ambiental, Social e Governo (ESG).

Nesta taxonomia de riscos inclui-se o Risco de Concentração, transversal a alguns riscos primários. A sua gestão é regulada pelo Banco de Moçambique, através da Circular n.º 3/SCO/2013, de 31 de Dezembro.

De um modo geral, a gestão de risco é efectuada de forma contínua através de:

- > Adopção de um modelo de Governance, que permite o acompanhamento pelos Órgãos de Administração e Gestão de Topo, através da Comissão de Avaliação de Risco e do Comité de Controlo de Risco;
- > Monitoria contínua do cumprimento do apetite ao risco, aprovado pelo Conselho de Administração;
- > Definição e divulgação de políticas, procedimentos e limites que resultam das boas práticas internacionais e em conformidade com a Regulamentação emanada pelo Banco de Moçambique;
- > Implementação de sistemas de monitoria e acompanhamento regular da informação de gestão;
- > Actualização da taxonomia de riscos e metodologias de avaliação de processos críticos.

8.2. Estrutura de funcionamento da Gestão de Risco

Cabe à Direcção de Gestão de Risco (DGR), a responsabilidade de coordenar os processos de Identificação, Mensuração, Controlo e Acompanhamento dos principais riscos inerentes à actividade do Banco, assim como apoiar na definição e implementação dos controlos que permitam reforçar o ambiente de controlo interno, das áreas de negócio ou áreas de suporte.

Em termos de linhas de reporte e comunicação, a DGR presta suporte e reporte à Comissão de Avaliação de Risco, ao Comité de Controlo de Risco e à Comissão Executiva, em linha com as orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração. No âmbito do modelo de *Governance* de Gestão de Risco do Banco, o Responsável da DGR tem acesso directo e privilegiado ao Conselho de Administração para discutir de forma independente assuntos relativos à gestão de risco.

A Comissão de Avaliação de Risco, que emana do Conselho de Administração, é presidida por um Administrador não Executivo, que dedica especial atenção à gestão de riscos do Banco, com especial enfoque no acompanhamento da evolução dos diferentes riscos e no cumprimento das políticas, regulamentos e limites de apetite de risco aprovados pelo Conselho de Administração.

O Comité de Controlo de Risco, que emana da Comissão Executiva, reúne mensalmente para monitorar os principais indicadores de risco e avaliar os planos de acção propostos ou desenvolvidos para garantir a melhoria dos indicadores de risco.

8.3. Perfil de Risco do Banco

A evolução do sistema financeiro e as constantes transformações tecnológicas obrigam à adopção de técnicas mais sofisticadas de mitigação de risco, consubstanciadas nas boas práticas internacionais e na observância dos princípios emanados pelo Órgão Regulador do Sistema Bancário. Para o efeito, o Moza Banco procura, de forma constante, dotar-se de ferramentas e procedimentos ajustados aos riscos a que a actividade do Banco se encontra potencialmente exposta.

No âmbito do acompanhamento dos diversos riscos, o Moza Banco tem presente os riscos considerados materialmente relevantes que constituem o seu perfil de risco, cuja gestão é considerada essencial para garantir o desenvolvimento, rentabilidade e sustentabilidade do negócio assim como da actividade do Banco e simultaneamente assegurar a conformidade com os requisitos regulatórios e legais.

O Moza Banco controla de forma contínua e prudente o seu perfil de risco, assegurando o cumprimento dos limites definidos pelo Conselho de Administração em relação aos riscos materiais associados à sua actividade.

Não obstante a responsabilidade pela gestão dos riscos e do cumprimento dos limites de apetite ao Risco ser da DGR, cabe ao Conselho de Administração a responsabilidade global pela gestão do risco no Banco, exercida através do seu papel de supervisão. Este, por sua vez, delega determinadas responsabilidades de gestão de risco na Comissão de Avaliação de Risco, conforme definido nas políticas internas do Banco.

8.4. Principais actividades desenvolvidas e intervenções mais relevantes da Gestão de Risco

Para dar resposta ao ambiente macroeconómico e regulatório cada vez mais adverso e visando estar em linha com as melhores práticas, em 2025 o Banco desenvolveu uma série de acções no âmbito da gestão de risco, das quais destacam-se:

- > Reforço das capacidades de gestão de liquidez, assegurando uma monitoria mais tempestiva e rigorosa dos níveis de liquidez, em linha com os princípios de Basileia III;
- > Consolidação dos instrumentos de apoio à decisão de crédito, incluindo o desenvolvimento de modelos e ferramentas de pricing, contribuindo para uma avaliação mais rigorosa do perfil risco-retorno;
- > Fortalecimento dos controlos e da segurança dos sistemas de avaliação de risco de crédito, com a implementação de soluções tecnológicas que asseguram maior fiabilidade e integridade dos processos;
- > Optimização dos modelos de comportamento e retenção de depósitos, permitindo uma gestão mais eficiente da base de financiamento;
- > Automatização de processos críticos de monitoria, nomeadamente no acompanhamento de créditos reestruturados e no controlo de limites de contraparte, aumentando a eficiência e tempestividade da gestão de risco;

- > Definição de novas metodologias de apuramento dos Requisitos de Capital para a cobertura do Risco Estratégico e Reputacional, no âmbito do exercício de ICAAP/Testes de Esforço;
- > Actualização dos factores de Risco (PDs, LGDs e BMs) aplicados ao Modelo de Imparidade do Banco, em linha com as melhores práticas internacionais sobre a matéria;
- > Implementação de Programas de formação abrangentes em matérias relacionadas com controlo interno e riscos, onde foram abordados tópicos essenciais, como gestão de riscos de crédito e risco operacional;
- > Revisão de normas internas relativas à gestão de riscos, bem como a participação em projectos estratégicos, que fortalecem a estrutura organizacional e a capacidade de resposta aos riscos.

Governo da Gestão de Risco e Linhas de Defesa

O Moza Banco adopta o modelo de 3 (três) linhas de defesa para a gestão dos diferentes riscos, o que garante segregação e transparência sobre as responsabilidades atribuídas a cada uma das partes envolvidas na gestão de risco, desta forma assegura-se que:

1. Na primeira linha de defesa encontram-se as **Unidades de Negócio e as Unidades que geram as exposições aos Riscos** (tomadores de risco), que têm como principais responsabilidades: identificar, acompanhar e mitigar os riscos de negócio, mantendo os controlos eficientes.
2. Na segunda linha de defesa consideram-se as seguintes Direcções:
 - **Direcção de Gestão de Risco (DGR)**, que tem como principais funções: assegurar a protecção do capital da Instituição, no que se refere ao controlo do nível de exposição do Banco aos diferentes riscos inerente à sua actividade, verificando a todo o momento se o risco do Banco se mantém dentro dos limites de apetite de risco definidos pelo Conselho de Administração, operando em conjunto com as diferentes Unidades Orgânicas a fim de garantir que a primeira linha de defesa identifica, avalia e reporta os riscos das suas actividades de forma tempestiva e completa.
 - **Direcção de Compliance**, que tem como missão principal assegurar que o Moza Banco cumpra com as suas exigências legais, regulamentares, estatutárias, éticas, de boa conduta e boas práticas bancárias nacionais e internacionais aplicáveis, através do controlo e supervisão institucional definido pela entidade reguladora e normativos internos (incluindo questões relacionadas com a Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa).
3. Na terceira linha de defesa consideram-se a **Direcção de Auditoria**, que é responsável por rever, de forma independente, os controlos internos em vigor, através de auditorias aos processos de negócio, de suporte e/ou de controlo, identificando as áreas de maior risco através da avaliação da eficácia, eficiência e regularidade dos procedimentos implementados nos vários processos do Banco..

9. Análise Financeira

9.1 Nota Introdutória

Como temos vindo a referir, a actividade económica de 2025 decorreu num contexto macroeconómico exigente em Moçambique, marcado por um crescimento económico moderado e por desafios estruturais associados ao ambiente pós-eleitoral e às restrições no acesso a divisas. Ainda assim, a inflação manteve-se controlada e a política monetária adoptada pelo Banco de Moçambique contribuiu para preservar a estabilidade do sistema financeiro.

Neste contexto, o Banco de Moçambique procedeu a uma redução acumulada de 325 pontos base na taxa MIMO, que passou de 12,75% para 9,50% ao longo do exercício, mantendo inalterados os coeficientes de Reservas Obrigatórias em 29,0% para moeda nacional e 29,5% para moeda estrangeira.

Não obstante o contexto desafiante, o Banco alcançou, em 2025, um novo patamar da sua história em Recursos de Clientes, que registaram um crescimento de 7,1%, fixando-se em MZN 53 782,9 Milhões, face aos MZN 50 196,2 Milhões registados no ano anterior. Este desempenho reflecte a confiança sustentada dos clientes e a capacidade do Banco em captar aproximadamente MZN 21 805,3 Milhões em novos depósitos, fortalecendo a sua posição competitiva no sector financeiro.

Neste enquadramento, o Moza Banco manteve uma abordagem prudente na gestão da sua actividade, reforçando significativamente as imparidades de crédito, assegurando níveis adequados de cobertura face aos riscos identificados em alinhamento com as melhores práticas de gestão de risco.

Em 2025, a carteira de Crédito a clientes fixou-se em MZN 14 744,8 Milhões, reflectindo uma redução de MZN 6 126,9 Milhões (29,4%), resultante do saneamento de algumas operações vencidas que se encontravam totalmente cobertas por provisões e imparidades, garantindo o cumprimento dos requisitos regulamentares e manutenção de rácios prudenciais confortáveis.

Não obstante a esta redução, o Banco concedeu cerca de MZN 1 920,6 Milhões em novos créditos, reafirmando o seu contínuo compromisso em apoiar os agentes económicos, em alinhamento com o perfil de risco de cada operação.

O rácio de crédito em incumprimento (NPL) regulamentar reduziu-se de 34,24% para 29,21% em 2025. Todavia, observando as directrizes de apuramento do NPL segundo a European Banking Authority (EBA), este indicador registou uma redução de 8,56 pp, fixando-se em 3,94%, evidenciando o impacto das medidas implementadas na consolidação da qualidade dos activos.

Por sua vez, o rácio de transformação global, medido pela relação entre a carteira de crédito bruto sobre o total de recursos de Clientes, fixou-se em 30,3% no final de 2025, uma melhoria de 15 pp face ao período homólogo, explicado pelo incremento dos Recursos de Clientes, bem como pela estratégia de optimização do balanço e postura mais prudente adoptada na concessão de crédito.

Actividade e Resultados

Em 2025, o Banco obteve um resultado bruto de exploração positivo, mantendo a tendência observada nos anos transactos, reflexo de um aumento na geração de receitas, impulsionado por uma maior proximidade junto dos Clientes assegurando assim, um maior nível de fidelização e envolvimento dos mesmos. Adicionalmente, contribuíram para esta evolução um maior controlo e racionalização de custos operacionais e de investimentos, bem como a estratégia de optimização do Balanço.

Apesar do contexto económico desafiante, em 2025 o Moza continuou a registar uma melhoria na geração de receitas, tendo o Produto Bancário Comercial atingido MZN 4 499,5 Milhões, um crescimento de 7,2% face ao ano anterior (2024: MZN 4 196 Milhões).

Assim, o Resultado Bruto de Exploração registou um incremento de 47,6% face ao exercício anterior, fixando-se em MZN 1 739 Milhões, reflectindo a melhoria na geração de receitas e um controlo adequado dos custos operacionais.

O Activo do Banco totalizou MZN 64 071,7 Milhões, reflectindo uma ligeira redução homóloga de 0,7%, derivado da estratégia de optimização do balanço, num contexto de maior prudência na concessão do crédito, não obstante uma evolução positiva de carteira de aplicações em MZN 9 200,1 Milhões, resultantes da aplicação do excedente de liquidez disponível.

O Passivo do Banco apresentou um incremento, comparativamente a igual período de 2024, passando de MZN 54 912,0 Milhões para MZN 58 266,4 Milhões, em resultado do incremento significativo dos recursos de clientes, evidenciando a contínua confiança depositada pelos clientes no Banco, bem como a eficácia das iniciativas de fidelização e a adequação da oferta de produtos e serviços às necessidades dos diversos segmentos.

Em termos de indicadores prudenciais, o Moza Banco destacou-se pela sua prudência e solidez, com o Rácio de Solvabilidade a situar-se em 14,46% e o Rácio de Liquidez em 47,29%, ambos acima dos mínimos regulamentares, evidenciando uma estrutura financeira sólida, coerente com as melhores práticas de gestão de risco e com os requisitos regulamentares em vigor.

9.2 Análise de Rendibilidade

Resultado Bruto de Exploração

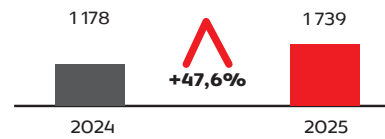
Em 2025, o Moza manteve a consistência na geração de resultado bruto de exploração positivo, tendo atingido MZN 1 739 Milhões, uma evolução positiva face ao período homólogo de 47,6%, influenciada pela melhoria na geração de receitas conjugada pela consolidação de boas práticas na gestão e racionalização dos custos operacionais.

Todavia, este resultado foi absorvido pelas imparidades constituídas ao longo

do exercício, face à necessidade de reforço da cobertura do risco associado às exposições vencidas, enquadrada na abordagem prudente adoptada pelo Banco na gestão do risco de crédito e no reforço da qualidade do seu balanço.

Resultado Bruto de Exploração

(Milhares de MZN)



Resultado Líquido (em %)



Demonstração de Resultados

	2024	2025	Var.
Juros e rendimentos similares	6 308 488	5 970 954	-5%
Juros e gastos similares	-3 294 561	-2 597 450	-21%
Margem Financeira	3 013 927	3 373 504	12%
Serviços e comissões líquidas	519 962	505 922	-3%
Operações financeiras líquidas	662 098	620 118	-6%
Produto Bancário	4 195 987	4 499 544	7%
Gastos com pessoal	-2 029 393	-2 099 866	3%
Outros gastos operacionais	-1 276 092	-1 372 130	8%
Outros ganhos operacionais	287 889	711 428	147%
Resultado Bruto de Exploração	1 178 391	1 738 976	48%
Depreciações e Amortizações	-409 830	-539 394	31,6%
Imparidade e Provisões do exercício	-478 606	-4 609 105	863,0%
Resultado Antes do Imposto	289 955	-3 409 523	-1 276%
Imposto	-393 776	-510 019	30%
Resultado Líquido	-103 821	-3 919 542	3 675%

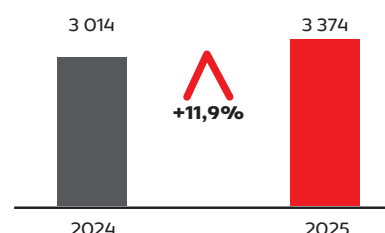
Margem Financeira

A margem financeira ascendeu a MZN 3 373,5 Milhões em Dezembro de 2025, registando um crescimento de MZN 359,6 Milhões (+11,9%) face ao período homólogo, impulsionado pelo incremento dos proveitos resultantes do investimento em instrumentos alternativos do mercado financeiro.

Este desempenho assume particular destaque num contexto de redução das taxas directoras. Com efeito, a Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF) registou uma redução de 390 pontos base, situando-se em 15,80% em Dezembro de 2025. Ainda assim, o Banco demonstrou resiliência na optimização da sua carteira de activos financeiros e na preservação da rentabilidade operacional.

Margem Financeira

(Milhões de MZN)

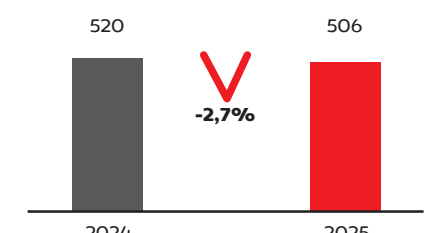


Comissões Líquidas

As comissões líquidas fixaram-se em MZN 505,9 Milhões, registando uma redução de 2,7% face ao período homólogo, essencialmente influenciada pelo aumento nos encargos com serviços e comissões, associado ao crescimento dos custos de intermediação e aos encargos associados às redes Visa e MasterCard.

Comissões Líquidas

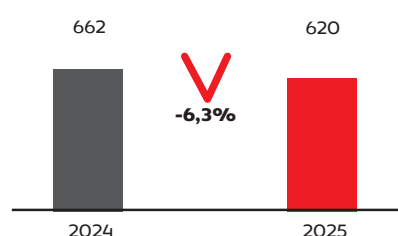
(Milhões de MZN)



Operações Financeiras Líquidas

As operações financeiras líquidas, que agregam os resultados cambiais, fixaram-se em MZN 620,1 Milhões, representando uma redução de MZN 41,9 Milhões (6,3%) face ao período homólogo, refletindo, sobretudo, o impacto da escassez de divisas no mercado, que condicionou os volumes transaccionados e as margens das operações cambiais ao longo do exercício.

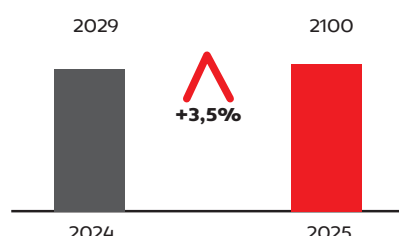
Operações Financeiras Líquidas (Milhões de MZN)



Gastos com Pessoal

Os Gastos com Pessoal registaram um crescimento de 3,5% em 2025, atingindo MZN 2 099,9 Milhões, face aos MZN 2 029,4 Milhões verificados no ano anterior. Este incremento reflecte o impacto da actualização anual da tabela salarial, bem como o compromisso contínuo do Banco com a valorização e desenvolvimento das suas Pessoas, assegurando a sustentabilidade da sua estrutura de capital humano.

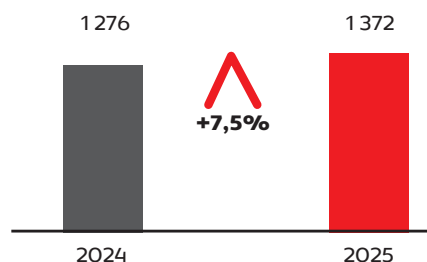
Gastos com Pessoal (Milhões de MZN)



Outros Gastos Operacionais

Os outros gastos operacionais totalizaram MZN 1 372,1 Milhões em 2025, representando um aumento de 7,5% face ao período homólogo. Destaque para o aumento de custos com manutenção e serviços especializados e despesas com honorários profissionais

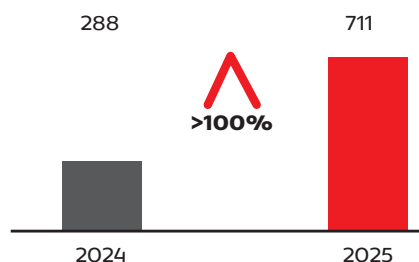
Outros Gastos Operacionais (Milhões de MZN)



Outros Ganhos Operacionais

Durante o exercício económico de 2025, os Outros Ganhos Operacionais apresentam um aumento significativo de MZN 423,5 Milhões, face ao ano transacto explicado em grande parte, pela recuperação de crédito associada a operações anteriormente saneadas, no âmbito das iniciativas de gestão e recuperação de activos do Banco.

Outros Ganhos Operacionais (Milhões de MZN)



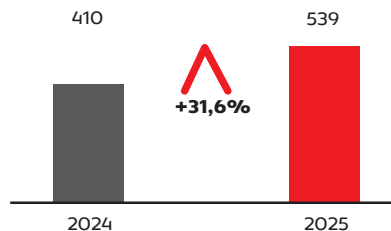
Depreciações e Amortizações

As Depreciações e amortizações registadas ao longo do exercício totalizaram MZN 539,4 Milhões, representando um aumento de MZN 129,6 Milhões (31,6%) face aos MZN 409,8 Milhões apurados em 2024. Esta evolução reflecte essencialmente a entrada em produção de activos anteriormente registados como activos em curso, passando a ser objecto de amortização. Trata-se de um efeito de natureza não recorrente, associado ao ciclo de investimento do Banco.

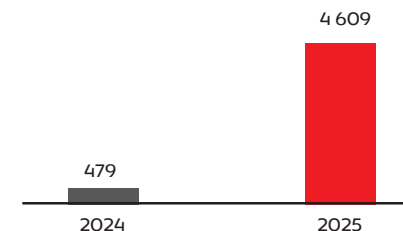
Imparidades e Provisões

As dotações para imparidades e provisões registaram um acréscimo de MZN 4 130,5 Milhões (+863,0%) em comparação ao período transacto, reflectindo reforço das imparidades de crédito, com o objectivo de assegurar níveis adequados de cobertura das exposições de crédito, incluindo crédito vencido, em linha com uma abordagem prudente de gestão de risco num contexto macroeconómico desafiante.

Depreciações e Amortizações (Milhões de MZN)



Imparidades e Provisões (Milhões de MZN)

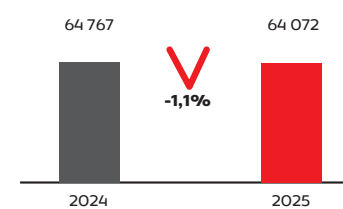


9.3 Análise do Balanço

Activo Total

O Activo Total do Banco, em Dezembro de 2025, fixou-se em MZN 64 071,7 Milhões, representando uma redução de 1,1% face ao exercício anterior. Esta evolução resulta, sobretudo, da redução de 29,4% na rubrica de Créditos a Clientes, compensada pelo aumento significativo dos Activos Financeiros, que cresceram 61,4%, atingindo MZN 24 975,5 Milhões, reflectindo a estratégia de optimização do balanço e de gestão da liquidez do Banco.

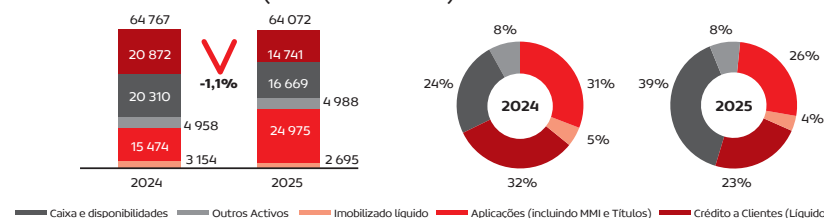
Activo Total (Milhões de MZN)



A dinâmica em 2025, considerando o contexto macroeconómico, conduziu a uma maior apetência do Banco na aplicação do excesso de tesouraria em activos de menor risco, em paralelo com a manutenção de uma liquidez robusta com vista a estabilidade e a sustentabilidade financeira do Banco. Nesse sentido, verificou-se uma reconfiguração da estrutura do balanço, evidenciada pelo reforço do peso dos Activos Financeiros, que passaram a representar 39,0% do total do Activo. Este montante, correspondente a MZN 24 975,5 Milhões, traduz-se num aumento de 15,1 pp face ao período homólogo.

Por outro lado, o Crédito a Clientes diminuiu a sua proporção, passando a constituir 22,9% do total do activo, face aos 32,2% registados em 2024. Esta evolução reflecte uma postura mais prudente na alocação de recursos, privilegiando instrumentos financeiros líquidos e de menor risco, em linha com a estratégia de optimização do balanço e reforço da qualidade dos activos do Banco.

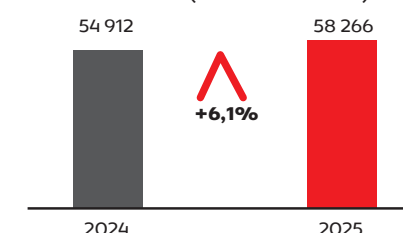
Estrutura do Activo (Milhões de MZN)

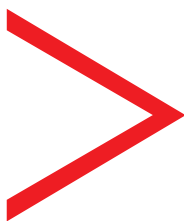


Passivo total

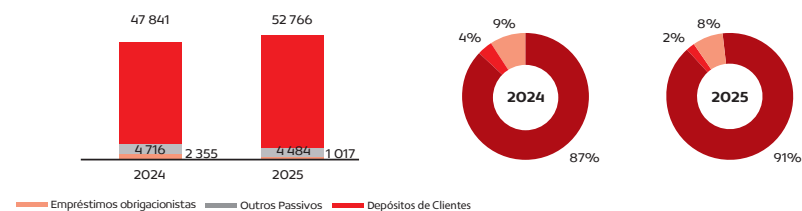
Em 2025, o Passivo total do Banco atingiu MZN 58 266,4 Milhões, representando um acréscimo de 6,1% em comparação com o ano de 2024, impulsionado pelo aumento dos Recursos de Clientes (+7,1%), evidenciando a contínua confiança dos depositantes no Banco.

Passivo Total (Milhões de MZN)





Estrutura do Passivo (Milhões de MZN)

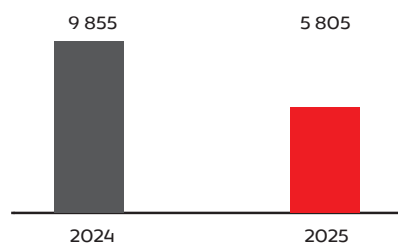


No período em análise, os Recursos de clientes mantiveram-se como a principal fonte de financiamento da actividade do Banco, representando 92,3% do total do passivo e atingindo MZN 53 782,9 Milhões, o que se traduz num aumento de 0,9% em comparação com 2024. Este desempenho evidencia a confiança sustentada dos clientes no Moza Banco e a solidez da sua base de financiamento. Os restantes passivos ascenderam a MZN 4 483,5 Milhões, uma redução de 4,9% em comparação com os MZN 4 715,8 Milhões registados no período transacto, sendo que estes incluem os recursos consignados, passivos de locação, impostos correntes e diferidos, bem como outras responsabilidades.

Capitais Próprios

Os capitais próprios em 2025 registaram uma redução de 41,1% face ao ano anterior para um total de MZN 5 805,3 Milhões, impactados pelo resultado negativo do exercício de MZN 3 919,5 Milhões, associado sobretudo ao reforço de imparidades realizado com vista a assegurar níveis robustos de cobertura do risco da carteira, em linha com a abordagem prudente de gestão de risco adoptada pelo Banco.

Capitais Próprios (Milhões de MZN)



Adequação do Capital

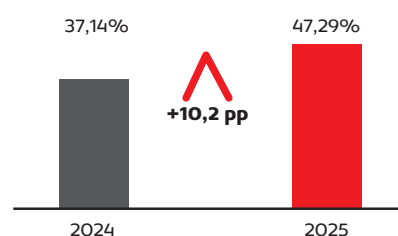
Milhões de Meticais	2024	2025	Var.
Total de Fundos Próprios Regulamentares	4 834	4 117	-14,8%
Fundos Próprios de Base	5 489	4 656	-15%
Fundos Próprios Complementares	4	-84	-2 210%
Outras Deduções	-804	-497	-38%
Activos Ponderados pelo Risco	30 574	28 469	-7%
Rácio Core Capital (Tier I)	17,95%	16,35%	-1,6 pp
Rácio de Solvabilidade	15,81%	14,46%	-1,35 pp

Durante o exercício de 2025, os Fundos próprios regulamentares do Moza Banco registaram uma redução de 14,8% em relação a 2024, fixando se em MZN 4 117,0 Milhões, resultante do impacto do Resultado líquido negativo apurado no período de MZN 3 919,5 Milhões, entretanto, compensado pela redução do gap de provisões em MZN 2 765,7 Milhões, passando a situar-se em MZN 605,2 Milhões.

Liquidez

No final de 2025, o rácio de liquidez do Moza Banco situou-se em 47,29%, acima do mínimo regulamentar de 25%, evidenciando a manutenção de uma posição confortável de liquidez, permitindo ao Banco fazer face aos compromissos e aos riscos inerentes à sua actividade.

Liquidez (em %)



10. Proposta de Aplicação de Resultados

Proposta de Aplicação de Resultados

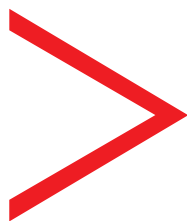
O exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2025, originou resultados negativos, após impostos, no montante de **3 919 542 015** (três mil novecentos e dezanove Milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e quinze meticais), considerando tal facto assim como as disposições legais e estatutárias em vigor, vem desta forma o Conselho de Administração do Moza Banco, SA propor, para aprovação da Assembleia Geral, a seguinte aplicação do resultado do exercício:

- > 100% do Resultado negativo do exercício económico de 2025, no montante de **3 919 542 015** (três mil novecentos e dezanove Milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e quinze meticais), seja aplicado em resultados transitados.

Assim, e após aplicação de resultados acima proposta, a estrutura do capital próprio será a seguinte:

Descrição	Saldo em 31.12.2025 Antes da aplicação do resultado	Proposta		Saldo em 31.12.2025 Após aplicação do resultado
		Reserva Legal	Utilização do Prémio de Emissão / Resultados Transitados	
Capital	7 020 750 000	-	-	7 020 750 000
Reserva legal	4 719 441 040	-	-	4 719 441 040
Prémio de emissão	1 993 740 399	-	-	1 993 740 399
Reserva de justo valor	14 392 051	-	-	14 392 051
Resultados Transitados	(4 023 438 418)	-	(3 919 542 015)	(7 942 980 433)
Resultados do exercício	(3 919 542 015)	-	-	3 919 542 015
	5 805 343 057			5 805 343 057

(em Meticais)



Declaração de responsabilidade dos Administradores

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das Demonstrações Financeiras do Moza Banco, S.A, que compreendem a demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro de 2025, a demonstração de resultados, a demonstração do resultado integral, a demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às Demonstrações Financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os Administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas Demonstrações Financeiras que estão livres de distorções materiais devidas, quer a fraude, quer a erros, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema eficaz de gestão de risco.

Os Administradores procederam a uma avaliação da capacidade do Banco continuar a operar com a devida observância do pressuposto de continuidade, não tendo encontrado motivos para não acreditar que o Banco continuará a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar se as Demonstrações Financeiras estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de Março de 2026 e vão assinadas em seu nome, por:

- Presidente do Conselho de Administração

Administrador do Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2025

(em milhares de Meticais)

	Notas	2025	2024
Juros e rendimentos similares	5	5 970 954	6 308 488
Juros e gastos similares	5	(2 597 450)	(3 294 561)
Margem financeira	5	3 373 504	3 013 927
Rendimentos de serviços e comissões	6	917 661	891 181
Encargos com serviços e comissões	6	(411 739)	(371 219)
Resultado de Serviços e comissões	6	505 922	519 962
Resultado de Operações financeiras	7	620 118	662 098
Rendimentos operacionais		4 499 544	4 195 987
Imparidade líquida do exercício	8	(4 503 664)	(521 573)
Rendimentos operacionais líquidos		(4 120)	3 674 414
Gastos com pessoal	9	(2 099 866)	(2 029 393)
Depreciações e amortizações	22,23,24	(539 394)	(409 830)
Outros gastos operacionais	10	(1 372 130)	(1 276 092)
Outros ganhos operacionais	11	711 428	287 889
Provisões do exercício	12	(105 441)	42 967
Resultado antes de imposto		(3 409 523)	289 955
Imposto sobre rendimento			
IRPC- Taxa liberatória	13	(510 019)	(393 776)
Lucro/prejuízo do exercício		(3 919 542)	(103 821)
Resultados por acção			
Básicos	14	(2,83)	0,07
Diluídos	14	(2,83)	0,07

Contabilista Certificado

A Administração

OCAM n.º 888/CC/OCAM/2013

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

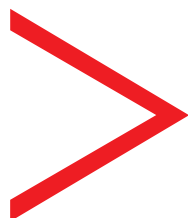
(em milhares de Meticais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(3 919 542)	(103 821)
	(3 919 542)	(103 821)
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para resultados		
Reserva de justo valor dos activos financeiros	21 165	210 700
Impostos diferidos (32%)	(6 773)	(65 788)
	(3 905 150)	41 091

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (em milhares de Meticais)

Activo	Notas	2025	2024
Caixa e disponibilidades em Banco Central	15	16 188 624	19 789 350
Disponibilidades sobre instituições de crédito	16	480 111	521 055
Aplicações em instituições de crédito	17	2 573 275	2 271 529
Activos financeiros	18	22 402 211	13 202 142
Empréstimos e adiantamentos a clientes	19	14 744 797	20 871 681
Outros activos	20	2 819 723	3 157 204
Activos não correntes detidos para venda	21	1 301 277	835 634
Propriedades de Investimento	22	221 913	227 096
Activos tangíveis	23	2 103 633	2 301 509
Activos intangíveis	24	591 161	852 469
Impostos correntes	25	550 019	642 744
Impostos diferidos	26	95 000	95 000
Total do activo		64 071 744	64 767 413
PASSIVO			
Recursos de instituições de crédito	27	667 184	736 368
Depósitos e contas correntes	28	52 765 959	47 841 485
Recursos consignados	29	872 207	641 169
Provisões	30	490 195	396 887
Outros passivos	31	2 378 008	2 778 480
Empréstimos obrigacionistas	32	1 016 906	2 354 732
Impostos correntes	33	69 170	97 100
Impostos diferidos	26	6 773	65 788
Total do passivo		58 266 402	54 912 009
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	34	7 020 750	7 020 750
Reserva legal e outras reservas	35	4 733 833	4 864 353
Prémio de emissão	35	1 993 740	1 993 740
Resultados transitados	35	(4 023 439)	(3 919 618)
Resultado do exercício		(3 919 542)	(103 821)
Total do capital próprio		5 805 342	9 855 404
Total do capital próprio e passivo		64 071 744	64 767 413





DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

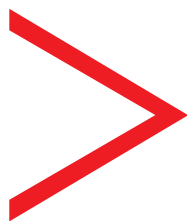
	Capital social (nota 34)	Reserva legal (nota 35)	Outras Reservas (nota 35)	Prémio de emissão (nota 35)	Resultados transitados (nota 35)	Lucro/ prejuízo do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2024	7 020 750	4 688 884	(3 476)	1 993 740	(3 990 917)	101 855	9 810 836
Resultados líquidos de 2023	-	-	-	-	-	(101 855)	(101 855)
Aplicação de resultado de 2023	-	30 557	-	-	71 299	-	101 856
Reserva de justo valor	-	-	215 811	-	-	-	215 811
Imposto diferido	-	-	(67 423)	-	-	-	(67 423)
Resultado do período	-	-	-	-	-	(103 821)	(103 821)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	7 020 750	4 719 441	144 912	1 993 740	(3 919 618)	(103 821)	9 855 404
Resultados líquido de 2024	-	-	-	-	-	103 821	103 821
Aplicação de resultado de 2024	-	-	-	-	(103 821)	-	(103 821)
Reserva de justo valor	-	-	(189 535)	-	-	-	(189 535)
Imposto diferido	-	-	59 015	-	-	-	59 015
Lucro do período	-	-	-	-	-	(103 821)	(3 919 542)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	7 020 750	4 719 441	14 392	1 993 740	(4 023 439)	(3 919 542)	5 805 342

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Lucro antes de imposto		(3 919 542)	(103 821)
Ajustamentos de:			
Depreciações e amortizações	22,23,24	539 394	409 830
Perdas por imparidade de crédito		4 503 664	521 573
Provisões		105 441	(42 967)
Acréscimos e diferimento de juros		(245 863)	(132 323)
Reserva de justo valor através de outro rendimento integral		(130 520)	148 389
		852 574	800 682
Movimentos em:			
Empréstimos e adiantamentos		2 299 359	162 880
Activos financeiros		(9 586 259)	(720 010)
Outros activos		77 192,00	(1 374 508)
Activos não correntes disponíveis para venda		(842 206)	(103 787)
Recursos de instituições de crédito		(69 088)	(832 330)
Depósitos e contas correntes		5 246 530	7 180 057
Outros passivos		(220 493)	(238 510)
Passivo de locação		(85 437)	68 464
Pagamento de impostos		(27 930)	33 341
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		(2 355 758)	4 976 278
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	23	(244 009)	(372 034)
Aquisição de activos intangíveis	24	168 982	(578 092)
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		(75 027)	(950 126)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Recursos consignados	29	285 261	(49 616)
Passivo de locação	31	121 000	186 525
Empréstimos obrigacionistas	32	(1 315 400)	33 201
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento		(909 139)	170 110
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(3 339 924)	4 196 262
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		22 581 934	18 385 672
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	15,16,17	19 242 010	22 581 934

Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam-se como se segue:

		2025	2024
Caixa e disponibilidades em Banco Central	15	16 188 624	19 789 350
Disponibilidades sobre Instituições de crédito	16	480 111	521 055
Aplicações em instituições de crédito	17	2 573 275	2 271 529
		19 242 010	22 581 934



1. Introdução

O Moza Banco, S.A. (doravante designado Moza Banco) é um Banco Comercial Universal de Retalho, criado em 2008, com sede social em Maputo, tendo como accionistas a KUHANHA-Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique, ARISE B.V e Moçambique Capitais, S.A.

O Banco presta serviços financeiros orientados para clientes empresas e individuais, com especial incidência para os segmentos Retalho, *Corporate* e Institucionais.

Durante o exercício económico de 2025, o Banco registou um resultado líquido negativo de 3.919.542 milhares de meticals, influenciado essencialmente pelo reforço de imparidades durante o ano, reflexo de uma política prudente e em cumprimento do Aviso nº16/GBM/2013 do Banco de Moçambique que estabelece a necessidade de saneamento de exposições de crédito em situação de incumprimento para além dos limites previstos no referido aviso.

Actualmente o Banco possui 61 Unidades de Negócios e 109 ATM's distribuídas ao longo de todas as províncias de Moçambique (2024: 63 Unidades de Negócios), importa ainda salientar que 17 dessas agências localizam-se em zonas rurais e as remanescentes em zonas urbanas.

1.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adoptando o princípio da contabilidade na base do acréscimo. Conforme este princípio, o reconhecimento dos efeitos de transacções e outros eventos ocorre quando estes acontecem, independentemente do recebimento ou pagamento de caixa ou seus equivalentes.

O Conselho de Administração aprovou a emissão das Demonstrações Financeiras no dia 26 de Março de 2026. As Demonstrações Financeiras do Moza Banco, S.A para o ano findo a 31 de Dezembro de 2025, foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de Abril de 2026.

1.2. Moeda funcional e de apresentação

O Metical é a moeda funcional do Banco e as Demonstrações Financeiras são preparadas e apresentadas nesta moeda, arredondada a milhares de Meticals, excepto quando mencionado em contrário.

1.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração usou julgamentos, estimativas e premissas que afectam a aplicação das políticas contabilísticas do Banco e os valores reportados dos activos, passivos, réditos e despesas. Os resultados apurados podem diferir dos reais.

As estimativas e premissas subjacentes são revistas continuamente e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais estimativas e julgamentos contabilísticos são analisados como se seguem:

i) Julgamentos

O Banco usa julgamento no estabelecimento dos critérios para: (i) determinar se o risco de crédito sobre um activo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, (ii) a metodologia a incorporar na informação prospectiva para mensuração da perda de crédito esperada (ECL- *expected credit loss*), (iii) selecção e aprovação dos modelos utilizados para mensurar a ECL.

> **Nota 2 (b) (ii)** - classificação dos activos financeiros: avaliação do modelo de negócio dentro do qual os activos são mantidos e avaliação se os termos contratuais do activo financeiro são SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest*) sobre o valor principal em aberto.

> **Nota 4.1** - estabelece os critérios para determinar se o risco de crédito de um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, determinando a metodologia

ii) Pressupostos

Imparidade dos instrumentos financeiros - determinada através dos inputs no modelo de mensuração da perda de crédito esperada (ECL), incluindo a incorporação de informações prospectivas;

Activos por impostos diferidos - reconhecimento dos activos por impostos diferidos através da disponibilidade dos rendimentos tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais reportáveis. Durante o exercício económico de 2025, o Banco reconheceu activo por impostos diferidos sobre a Reserva de justo valor dos activos financeiros.

As informações sobre premissas e incertezas de estimativas na data das demonstrações financeiras que tenham um risco significativo de resultar em um ajustamento material nos valores dos activos/passivos estão incluídos nas seguintes notas:

> **Nota 2 (g)** - Imparidade de instrumentos financeiros;

- > **Nota 2 (f)** - Mensuração do justo valor;
- > **Nota 2(s) (ii)** - Reconhecimento de imposto diferido;

2. Sumário das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras têm sido consistentes ao longo dos exercícios, sendo descritas como se segue:

a) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com base na taxa de câmbio à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data do relato.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2025	2024
Dólar Norte-Americano	63,91	63,91
Euro	75,33	66,79
Rand Sul Africano	3,85	3,41

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros, imparidades e pagamentos efectivos durante o ano e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano. Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas em lucros ou prejuízos.

b) Activos e Passivos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Banco toma uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo justo valor acrescido, para um item não registado ao Justo Valor através de Lucros ou Prejuízos, dos custos de transacção que são directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

O justo valor de um instrumento financeiro é geralmente o preço da transacção.

ii) Classificação

Activos financeiros

No reconhecimento inicial, um activo financeiro é classificado como: custo amortizado, justo valor através de outro rendimento integral ou justo valor através de lucros ou prejuízos.

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer simultaneamente as condições seguintes e não for designado pelo justo valor através de lucros ou prejuízos:

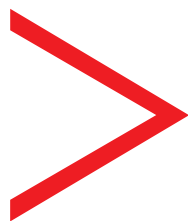
- > o activo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é manter activos para recolher fluxos de caixa contratuais; e
- > os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são SPPI.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral somente se satisfizer ambas as condições a seguir e não for designado pelo justo valor através de lucros ou prejuízos:

- > o activo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é alcançado tanto pela recolha de fluxos de caixa contratuais como pela venda de activos financeiros; e
- > os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são SPPI.

No reconhecimento inicial de um investimento de capital que não seja detido para negociação, o Banco pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no justo valor em Outro Rendimento Integral. Esta decisão é feita numa base de investimento por investimento.





Todos os outros activos financeiros que não se enquadrem nas classificações anteriores são mensurados ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode designar irrevogavelmente um activo financeiro que, de outra forma, satisfaça os requisitos a serem mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de lucros ou prejuízos se isso elimina ou reduz significativamente uma incompatibilidade contabilística que de outra forma surgiria.

iii) Modelo de avaliação empresarial

O Banco faz uma avaliação do objectivo de um modelo de negócios no qual um activo é mantido na carteira, considerando que reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações que são fornecidas à gestão.

A informação considerada inclui:

- > as políticas e objectivos declarados para a carteira e o funcionamento dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da gestão se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil específico de taxa de juro, combinando a duração dos activos financeiros com a duração dos passivos que estão a financiar esses activos ou a realizar fluxos de caixa através da venda dos activos;
- > como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à gestão do Banco;
- > os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e a sua estratégia de como esses riscos são geridos;
- > como os gestores dos negócios são compensados (por exemplo, se a remuneração é baseada no justo valor dos activos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos); e
- > a frequência, o volume e a época das vendas em períodos anteriores, as razões para tais vendas e suas expectativas sobre a actividade de vendas futuras. No entanto, as informações sobre a actividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral de como o objectivo declarado do Banco para gerir os activos financeiros é alcançado e como os fluxos de caixa são realizados.

As actividades da banca de Retalho e de *Corporate* do Banco incluem principalmente empréstimos a clientes que são detidos para cobrança de cash-flows contratuais. Na banca de Retalho os empréstimos compreendem os destinados à habitação, ao consumo, descobertos e facilidades de cartão de crédito.

Os títulos de dívida são mantidos pelo Banco numa carteira separada para rendimentos de cash-flow ao longo da sua maturidade. O Banco considera que esses títulos são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é:

- i) colectar fluxos de caixa contratuais até à maturidade – enquadram-se nesta classificação os Bilhetes de Tesouro;
- ii) colectar fluxos de caixa contratuais e através de venda – enquadram-se nesta classificação as Obrigações de Tesouro;
- iii) colectar fluxos de caixa contratuais através de venda – enquadram-se nesta classificação as acções detidas pelo Banco junto de terceiros;

Activos financeiros que são detidos para negociação e cujo desempenho é avaliado com base no justo valor são mensurados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, considerando que não são mantidos para recolher fluxos de caixa contratuais.

iv) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros

Para fins desta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. “Juros” são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do capital em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são SPPI (*Solely payments of principal and interest*), o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o activo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não satisfaça a essa condição. Ao fazer a avaliação, o Banco considera:

- > eventos contingentes que mudariam o valor e a época dos fluxos de caixa;
- > outros recursos;
- > pré-pagamento e condições de extensão;

- > termos que limitam a reivindicação do Banco a fluxos de caixa de activos específicos (por exemplo, empréstimos sem recurso); e
- > recursos que modificam a consideração do valor do dinheiro no tempo (por exemplo, redefinição periódica das taxas de juros).

O Banco detém uma carteira de empréstimos a taxa variável para os quais tem a opção de propor a revisão da taxa de juro em datas de redefinição periódicas. Estes direitos de reposição estão limitados à taxa de mercado no momento da revisão.

O Banco determinou que os fluxos de caixa contratuais destes empréstimos são SPPI (*Solely payments of principal and interest*), porque a opção pode fazer variar a taxa de juro considerando que a mesma é uma forma de remuneração do valor do dinheiro no tempo, risco de crédito, outros riscos básicos de empréstimos e custos associados ao montante do capital pendente. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são SPPI (*Solely payments of principal and interest*), o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o activo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não satisfaça a essa condição. Ao fazer a avaliação, o Banco considera:

- > eventos contingentes que mudariam o valor e a época dos fluxos de caixa;
- > outros recursos;
- > pré-pagamento e condições de extensão;
- > termos que limitam a reivindicação do Banco a fluxos de caixa de activos específicos (por exemplo, empréstimos sem recurso); e
- > recursos que modificam a consideração do valor do dinheiro no tempo (por exemplo, redefinição periódica das taxas de juros).

O Banco detém uma carteira de empréstimos a taxa variável para os quais tem a opção de propor a revisão da taxa de juro em datas de redefinição periódicas. Estes direitos de reposição estão limitados à taxa de mercado no momento da revisão.

O Banco determinou que os fluxos de caixa contratuais destes empréstimos são SPPI (*Solely payments of principal and interest*), porque a opção pode fazer variar a taxa de juro considerando que a mesma é uma forma de remuneração do valor do dinheiro no tempo, risco de crédito, outros riscos básicos de empréstimos e custos associados ao montante do capital pendente.

c) Reclassificações

Após o reconhecimento inicial os activos financeiros não são reclassificados, excepto no período após o Banco ter alterado o modelo de negócios para gestão de activos financeiros.

d) Desreconhecimento

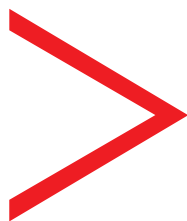
i) Activos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais associados aos fluxos de caixa do activo financeiro expiram, ou transfere os direitos para receber os fluxos de caixa contratuais numa transacção na qual substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não detém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada do activo (ou a quantia escriturada alocada para a parte do activo desreconhecido) e a soma (i) da contraprestação recebida (incluindo qualquer novo activo obtido menos qualquer novo passivo assumido) e (ii) qualquer ganho ou perda cumulativo que tenha sido reconhecido em Outro Rendimento Integral é reconhecido nos Lucros ou Prejuízos.

Qualquer ganho/perda cumulativo reconhecido em Outro Rendimento Integral em relação a títulos de investimento de capital designados pelo justo valor através de Outro Rendimento Integral não é reconhecido nos lucros ou prejuízos no desreconhecimento desses títulos. Qualquer participação em activos financeiros transferidos que se qualifiquem para desreconhecimento criado ou retido pelo Banco é reconhecida como um activo ou passivo separado.

O Banco realiza transacções pelas quais transfere activos reconhecidos na sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou de uma parte deles. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Exemplos de tais transacções são empréstimo de títulos e transacções de venda e recompra.



Quando os activos são vendidos a um terceiro com uma taxa de retorno total concorrente nos activos transferidos, a transacção é contabilizada como uma transacção de financiamento garantido semelhante a transacções de venda e recompra, considerando que o Banco retém todos ou substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade de tais activos.

Em transacções em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro e retém o controlo sobre o activo, o Banco continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão ao qual está exposto a alterações no valor do activo transferido.

Um activo ou passivo é reconhecido para o contrato de serviço se a taxa de serviço for mais do que adequada (activo) ou for menos que adequada (passivo) para a execução do serviço.

ii) Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são liquidadas ou canceladas, ou quando expiram.

e) Modificações de activos e passivos financeiros

i) Activos financeiros

Se os termos de um activo financeiro forem modificados, o Banco avalia se os fluxos de caixa do activo modificado são substancialmente diferentes. Se os fluxos de caixa forem substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro original são considerados vencidos. Nesse caso, o activo financeiro original é desreconhecido e um novo activo financeiro é reconhecido pelo justo valor acrescido de quaisquer custos de transacção elegíveis.

Quaisquer honorários pagos como parte da modificação são contabilizados como se segue:

- > custos que são considerados na determinação do justo valor do novo activo e os custos que representam o reembolso de custos de transacção elegíveis são incluídos na mensuração inicial do activo; e
- > outros custos são incluídos nos lucros ou prejuízos como parte do ganho ou perda no desreconhecimento.

Se os fluxos de caixa forem modificados quando o mutuário estiver com dificuldades financeiras, o objectivo da modificação é geralmente maximizar a recuperação dos termos contratuais originais em vez de originar um novo activo com termos substancialmente diferentes. Se o Banco pretender modificar um activo financeiro de uma maneira que resultaria em perdão dos fluxos de caixa, o Banco considera inicialmente se uma parte do activo deve ser abatido antes que a modificação ocorra (vide abaixo a política de abates). Esta abordagem afecta o resultado da avaliação quantitativa e significa que os critérios de desreconhecimento não são geralmente satisfeitos nesses casos.

Se a modificação de um activo financeiro mensurado ao custo amortizado ou Justo Valor através de Outro Rendimento Integral não resultar no desreconhecimento do activo financeiro, então o Banco recalcula inicialmente a quantia escriturada bruta do activo financeiro utilizando a taxa de juro efectiva original do activo e reconhece o ajustamento resultante como ganho ou perda de modificação nos lucros ou prejuízos. Para activos financeiros de taxa flutuante, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou a perda de modificação é ajustada para reflectir os termos actuais de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos ou taxas incorridas e taxas recebidas como parte da modificação ajustam a quantia escriturada bruta do activo financeiro modificado e são amortizados pelo prazo remanescente do activo financeiro modificado. Se tal modificação é efectuada devido a dificuldades financeiras do mutuário, o ganho ou custo é apresentado em conjunto com os custos de imparidade. Noutros casos, é apresentado como proveitos dos juros calculados através do uso do método da taxa de juro efectiva.

ii) Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo justo valor. A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a retribuição paga é reconhecida nos lucros ou prejuízos. A retribuição paga inclui activos não financeiros transferidos, se houver, e assunção de passivos, incluindo o novo passivo financeiro

modificado. Se a modificação de um passivo financeiro não for contabilizada como desreconhecimento, então o custo amortizado do passivo é recalculado pelo desconto dos fluxos de caixa modificados à taxa de juro efectiva original e o ganho ou a perda resultante é reconhecido nos lucros ou prejuízos. Para os passivos financeiros com taxa flutuante, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou a perda da modificação é ajustada para reflectir as condições actuais de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos e taxas incorridas são reconhecidas como um ajustamento na quantia escriturada do passivo e amortizado durante o prazo remanescente do passivo financeiro modificado pelo novo cálculo da taxa de juro efectiva sobre o instrumento.

iii) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, o Banco tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente. Os rendimentos e custos são apresentados líquidos apenas quando as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) o permitirem, ou para rendimentos e custos provenientes de transacções similares do Banco na sua actividade operacional.

f) Mensuração do justo valor

“Justo Valor” é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para liquidar um passivo numa transacção ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração do principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Banco tem acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de não desempenho.

Quando um activo está disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado “activo” se as transacções para o activo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Se não houver preço cotado num mercado activo, o Banco usa técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado levariam em consideração ao estabelecer o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço de transacção, ou seja, o justo valor da contrapartida dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico, nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer “inputs” não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor, ajustado para diferir a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da transacção. Subsequentemente, essa diferença é reconhecida nos lucros ou prejuízos numa base adequada ao longo da vida do instrumento, mas não depois de a avaliação ser totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transacção ser encerrada.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tiver um preço de oferta e um preço de venda, então o Banco mensura os activos e posições longas a um preço de oferta e passivos e posições curtas a um preço de venda.

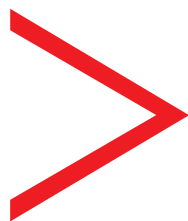
As carteiras de activos financeiros e passivos financeiros que estão expostas ao risco de mercado e ao risco de crédito que são geridos pelo Banco com base na exposição líquida ao risco de mercado ou de crédito, são medidas com base num preço que seria recebido para vender uma posição comprada líquida (ou paga para transferir uma posição líquida vendida) para a exposição de risco particular. Ajustamentos no portfólio - por exemplo ajustamento de ofertas ou ajustamentos de risco de crédito que reflectem a mensuração com base na exposição líquida - são alocados aos activos e passivos individuais com base no ajustamento de risco relativo de cada um dos instrumentos individuais na carteira.

O justo valor de um passivo financeiro com um recurso de demanda (por exemplo, um depósito à ordem) não é menor do que o valor pagável à ordem, descontado da primeira data em que o valor poderia ser exigido.

O Banco reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do justo valor no final do período de relato durante o qual a mudança ocorreu.

g) Imparidade de instrumentos financeiros





O Banco reconhece as provisões respeitantes à Perda de Crédito Esperada nos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados pelo Justo Valor através de Lucros ou Prejuízos:

- > Activos financeiros que são instrumentos de dívida;
- > Locações a receber;
- > Contratos de garantia financeira emitidos; e
- > Compromissos de empréstimos emitidos.

O Banco mensura as provisões para perdas num montante igual à perda esperada de crédito ao longo da vida, para o qual elas são mensuradas como perda esperada de crédito de 12 meses, da seguinte forma:

- > garantias de investimento da dívida que são determinadas como tendo um risco de crédito baixo à data de relato; e
- > outros instrumentos financeiros (excepto locações a receber) sobre os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

As provisões para perdas em locações a receber são sempre mensuradas num valor igual à perda de crédito esperada ao longo da vida da locação.

O Banco considera que um título de investimento de dívida apresenta um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente compreendida de “grau de investimento”. O Banco não aplica a isenção de risco de crédito baixo a quaisquer outros instrumentos financeiros.

A Perda de Crédito Esperada em 12 meses é a parte da Perda de Crédito Esperada que resulta de eventos de incumprimento num instrumento financeiro que são possíveis dentro dos 12 meses após a data de relato. Os instrumentos financeiros para os quais é reconhecida uma Perda de Crédito Esperada de 12 meses são designados por “Instrumentos financeiros da Fase 1”. Os instrumentos financeiros alocados à Fase 1 não sofreram aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial e não estão em imparidade.

A Perda de Crédito Esperada de tempo de vida útil é a Perda de Crédito Esperada que resulta de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida útil esperada do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros para os quais é reconhecida uma perda de crédito esperada ao longo da vida útil, mas que não tenham imparidade de crédito, são designados por “Instrumentos financeiros da Fase 2”. Os instrumentos financeiros alocados na Fase 2 são aqueles que sofreram um aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas estão em imparidade.

Os instrumentos financeiros para os quais a Perda de Crédito Esperado de tempo de vida útil é reconhecida e que estão em imparidade são designados “Instrumentos financeiros de Fase 3”.

i) Mensuração da Perda de Crédito Esperada

A Perda de Crédito Esperada é uma estimativa ponderada pela probabilidade das perdas de crédito as quais são mensuradas da seguinte forma:

- > Activos financeiros que não apresentem imparidade de crédito na data de relato: como o valor actual de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber);
- > Activos financeiros com imparidade de crédito na data de relato: como a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- > Compromissos de empréstimo não realizados: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Banco se o compromisso for levantado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- > Contratos de garantia financeira: os pagamentos esperados para reembolsar ao detentor menos os valores que o Banco espera recuperar.

Para o desconto de fluxos de caixa futuros, são utilizadas as seguintes taxas:

- > Outros activos financeiros que não resultem ou que não tenham origem na imparidade de crédito, activos financeiros e recebíveis de arrendamento mercantil: a taxa de juro efectiva original ou uma taxa aproximada;
- > Compromissos de empréstimo não utilizados: a taxa de juro efectiva, ou uma aproximação dela, que seria aplicada ao activo financeiro resultante do compromisso de empréstimo;
- > Contratos de garantia financeira emitidos: a taxa que reflecte a avaliação actual do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos aos fluxos de caixa; e

- > Activos (Imparidades de Crédito): taxa de juro efectiva ajustada para o crédito.

ii) Activos financeiros reestruturados

Se os termos de um activo financeiro forem renegociados ou modificados ou um activo financeiro existente for substituído por um novo devido a dificuldades financeiras do mutuário, então é feita uma avaliação se o activo financeiro deve ser desreconhecido e a Perda de Crédito Esperada é mensurada da seguinte forma:

- > Se a reestruturação esperada não resultar no desreconhecimento do activo existente, então os fluxos de caixa esperados decorrentes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa do activo existente.
- > Se a reestruturação esperada resultar no desreconhecimento do activo existente, então o justo valor esperado do novo activo é reconhecido como o fluxo de caixa final do activo financeiro existente no momento do seu desreconhecimento. Este valor é incluído no cálculo das insuficiências de caixa do activo financeiro existente que são descontadas desde a data prevista de desreconhecimento até à data de relato, usando a taxa de juro efectiva original do activo financeiro existente.

iii) Activos financeiros em imparidade

Em cada data de relato, o Banco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado, os activos financeiros de dívida escriturados pelo justo valor através de outro rendimento integral, e os créditos de locação financeira estão em imparidade de crédito (referidos como “Activos financeiros de Fase 3”).

Um activo financeiro está “em imparidade de crédito” quando um ou mais eventos que têm um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ocorrem.

A evidência de que um activo financeiro está em imparidade de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- > dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- > uma violação de contrato, como um evento de incumprimento ou vencido;
- > a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento em termos que o Banco não consideraria de outra forma;
- > é provável que o mutuário declare falência ou solicite uma reorganização financeira; ou
- > o desaparecimento de um mercado activo de um valor mobiliário devido a dificuldades financeiras.

Um empréstimo renegociado resultante da deterioração da condição do mutuário é normalmente considerado em imparidade, a menos que haja evidências de que o risco de não receber fluxos de caixa contratuais tenha reduzido significativamente e não existam outros indicadores de imparidade. Além disso, um empréstimo vencido há 90 dias ou mais é considerado em imparidade de crédito, mesmo quando a definição regulamentar de incumprimento é diferente.

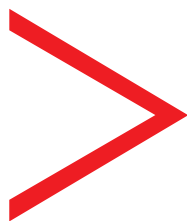
Ao avaliar se um investimento em dívida soberana está em imparidade, o Banco considera os seguintes factores:

- > A avaliação do risco de mercado, conforme reflectido no rendimento dos títulos.
- > As avaliações das classificações das agências respeitantes à idoneidade creditícia.
- > A capacidade do país em aceder aos mercados de capitais para novas emissões de dívida.
- > A probabilidade da dívida ser reestruturada, resultando em prejuízos aos detentores por meio do perdão voluntário ou obrigatório da dívida.
- > Os mecanismos de apoio internacional em vigor para fornecer o apoio necessário como “credor de última instância” a esse país, bem como a intenção, reflectida em declarações públicas, de governos e agências de usar esses mecanismos. Isso incluiu uma avaliação da profundidade desses mecanismos e, independentemente da intenção política, se havia capacidade para cumprir os critérios exigidos.

iv) Apresentação da provisão para Perda de Crédito Esperada na Demonstração da Posição Financeira

As provisões respeitantes à Perda de Crédito Esperado são apresentadas na demonstração da posição financeira como se segue:

- > Activos financeiros mensurados pelo custo amortizado: como uma dedução da quantia escriturada bruta dos activos;



- > Compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira: em geral, como provisão;
- > Quando um instrumento financeiro inclui uma fracção desembolsada e não desembolsada de capital, o Banco não pode identificar a Perda de Crédito Esperada no componente de compromisso de empréstimo separadamente daqueles da fracção desembolsada: o Banco apresenta uma provisão de perda combinada para ambos os componentes. O valor combinado é apresentado como uma dedução da quantia escriturada da fracção desembolsada. Qualquer excesso da provisão para perdas sobre o valor bruto da fracção desembolsada é apresentado como provisão; e
- > Instrumentos de dívida mensurados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral: nenhuma provisão para perdas é reconhecida na demonstração da posição financeira considerando que a quantia escriturada desses activos é o seu justo valor. A provisão para perdas é divulgada e reconhecida na reserva de justo valor.

v) Desreconhecimento

Empréstimos e títulos de dívida são desreconhecidos (parcial ou integralmente) quando não há expectativa razoável de recuperação de um activo financeiro na sua totalidade ou parte do mesmo. Esse é geralmente o caso quando o Banco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de rendimento que poderiam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos ao abate. Essa avaliação é realizada ao nível do activo individual.

As recuperações de valores anteriormente abatidos são incluídas em “perdas por redução ao valor recuperável em instrumentos financeiros” na demonstração de resultados na rubrica de outros ganhos.

Os activos financeiros que são abatidos estão sujeitos a actividades de fiscalização para cumprir os procedimentos do Banco para fins de recuperação de valores devidos.

vi) Contratos de garantia financeira

O Banco avalia se um contrato de garantia financeira detido é um elemento integrante de um activo financeiro que é contabilizado como uma componente desse instrumento ou é um contrato contabilizado separadamente. Os factores que o Banco considera ao fazer essa avaliação incluem:

- > a garantia é implicitamente parte dos termos contratuais do instrumento de dívida;
- > a garantia é exigida pelas leis e regulamentos que regem o contrato do instrumento de dívida;
- > a garantia é celebrada ao mesmo tempo e na contemplação do instrumento de dívida; e
- > a garantia é concedida pela empresa-mãe do mutuário ou outra empresa ao nível do grupo do mutuário.

Se a garantia é um elemento integrante do activo financeiro, então qualquer prémio a pagar relacionado com o reconhecimento inicial do activo financeiro é reconhecido como um custo de transacção para adquiri-lo. O Banco considera o efeito da garantia ao mensurar o justo valor do instrumento de dívida e ao mensurar a Perda de Crédito Esperada.

Se o Banco determinar que a garantia não é um elemento integrante do instrumento de dívida, então reconhece um activo representando qualquer pré-pagamento de prémio de garantia e um direito a compensação por perdas de crédito. Um activo de prémio pré-pago é reconhecido somente se a exposição garantida não estiver com perda de crédito nem tiver sofrido um aumento significativo no risco de crédito quando a garantia foi adquirida. Esses activos são reconhecidos em “outros activos”. O Banco apresenta ganhos ou perdas sobre um direito de compensação nos lucros ou prejuízos no item “perdas por imparidade em instrumentos financeiros”.

h) Reconhecimento de rédito e gastos

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento do rédito obedece aos seguintes critérios por rubrica.

i) Juros

Taxa de juro efectiva

As receitas e despesas de juros são reconhecidas nos lucros ou prejuízos através do método da taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- > a quantia escriturada bruta do activo financeiro; ou
- > o custo amortizado do passivo financeiro.

Ao calcular a taxa de juro efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos adquiridos ou originários com perda de crédito, o Banco estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não a Perda de Crédito Esperada. Para activos financeiros com perda de crédito adquirida ou originada, uma taxa de juro efectiva ajustada ao crédito é calculada usando fluxos de caixa futuros estimados incluindo a Perda de Crédito Esperada.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui custos de transacção e taxas e pontos pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção incluem custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

j) Custo amortizado e quantia escriturada bruta

O “custo amortizado” de um activo financeiro ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do capital, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre aquele valor inicial e o valor à maturidade e, para os activos financeiros, ajustados de qualquer provisão para Perda de Crédito Esperada.

A quantia escriturada bruta de um activo financeiro é o custo amortizado de um activo financeiro antes do ajustamento de qualquer provisão de Perda de Crédito Esperada.

k) Cálculo da receita e despesa de juros

A taxa de juro efectiva de um activo ou passivo financeiro é calculada no reconhecimento inicial de um activo financeiro ou passivo financeiro. No cálculo da receita e despesa de juros, a taxa de juro efectiva é aplicada à quantia escriturada bruta do activo (quando o activo não se encontra em imparidade) ou ao custo amortizado do passivo. A taxa de juro efectiva é revista como resultado da nova estimativa periódica dos fluxos de caixa dos instrumentos de taxa flutuante para reflectir os movimentos nas taxas de juro do mercado.

No entanto, para activos financeiros em imparidade após o reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro. Se o activo deixar de estar em imparidade de crédito, o cálculo do rendimento de juros reverte para a base bruta.

Para activos financeiros em imparidade no reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito ao custo amortizado do activo. O cálculo da receita de juros não reverte para a base bruta mesmo que o risco de crédito do activo melhore.

l) Apresentação

A receita de juros calculada usando o método da taxa de juro efectiva apresentado na demonstração de resultados e outro rendimento integral inclui:

- > juros sobre activos financeiros e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado;
- > juros sobre instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Outras receitas de juros apresentadas na demonstração de resultados e outro rendimento integral incluem receitas de juros sobre locações financeiras.

A despesa de juros apresentada na demonstração de resultados e outro rendimento integral inclui passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado e juros em passivos de locação.

As receitas e despesas de juros em outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de proveitos e prejuízos são apresentados na rubrica de receitas líquidas de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de proveitos e prejuízos.

m) Comissões

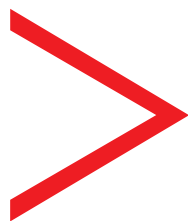
> Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através de uma diversificada rede de serviços que presta aos seus Clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias:

> Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo

São obtidas à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período em que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão de Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.




> Comissões cobradas pela prestação de serviços

A receita de honorários e comissões de contratos com Clientes é mensurada com base na remuneração especificada num contrato com um cliente. O Banco reconhece o rédito quando o serviço é prestado.

Outras despesas com honorários e comissões referem-se principalmente a taxas de transacção e serviços, que são contabilizadas como despesas quando os serviços são recebidos.

> Rendimento líquido em operações financeiras

O rendimento líquido em operações financeiras inclui ganhos e perdas das transacções em moeda estrangeira e operações de conversão dos itens monetários denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, o Banco procede ainda ao reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor.

n) IFRS 16 – Locações

No início de uma locação, o Banco avalia se o contrato é ou contém um arrendamento partindo da definição estabelecida na norma IFRS 16 que diz “um contrato constitui ou contém uma locação se comportar o direito de controlar a utilização de um activo identificado durante um certo período, em troca de uma retribuição”. Esta política é aplicada aos contratos celebrados (ou actualizados) em ou após 1 de Janeiro de 2019.

i) Banco na perspectiva de Locatário

No início ou na actualização de um contrato que contém a componente de locação, o Banco aloca a contraprestação do contrato a cada componente de locação com base no seu preço autónomo relativo. No entanto, para locações de agências e escritórios, o Banco optou por não separar as componentes não locativas e contabilizar as componentes locativas e não locativas como um único componente de locação.

O Banco reconhece um activo sob direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início da locação. O activo sob direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efectuados antes da data de início, mais quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmontar e remover quaisquer melhorias feitas nas filiais ou nas instalações do escritório.

O activo sob direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até ao final do prazo da locação. Adicionalmente, o activo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas sobre o valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação que ainda não foram efectuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita de locação ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental do Banco. Geralmente, o Banco utiliza a taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

O Banco determina a taxa incremental de empréstimos através da análise de empréstimos de várias fontes externas e faz alguns ajustes para reflectir os termos do arrendamento e o tipo de activo arrendado.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem os seguintes:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos *in-substance*,
- Pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou taxa, medidos inicialmente usando o índice ou taxa na data de início;
- Montantes que se espera pagar sob uma garantia de valor residual; e
- Preço do exercício de uma opção de compra que o Banco preveja exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tem a certeza razoável de exercer uma opção de extensão, e penalizações por rescisão antecipada de uma locação, a menos que o Banco tenha certeza razoável de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efectivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros da locação decorrentes de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma alteração na estimativa do Banco sobre o montante que se espera que seja pago sob garantia do valor residual, se o Banco alterar a sua avaliação sobre se irá efectuar uma compra, extensão ou rescisão da compra, ou se houver uma revisão do pagamento de locação fixa *in-substance*.

Quando o passivo de locação é remensurado dessa forma, um ajuste correspondente é feito ao valor contabilístico do activo de direito de uso ou é registado nos lucros ou prejuízos se o valor contabilístico do activo de direito de

uso tiver sido reduzido a zero. O Banco apresenta na demonstração da posição financeira os activos sob direito de uso em `activos tangíveis e passivos de arrendamento em ‘outros passivos’ na demonstração da posição financeira.

Locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor

O Banco optou por não reconhecer activos sob direito de uso e passivos de locação financeira para locações de activos de baixo valor e locações de curto prazo, incluindo locações de equipamentos de tecnologia de comunicação e informação. O Banco reconhece os pagamentos de locação associados a essas locações como uma despesa de forma linear durante o período da locação.

ii) Banco na perspectiva de Locador

No início ou na reavaliação de um contrato que contém uma componente de locação, o Banco aloca a contraprestação do contrato a cada componente de locação com base nos seus preços de venda autónomos relativos.

Quando o Banco actua como locador, determina, no início da locação, se é uma locação financeira ou operacional. Para classificar cada locação, o Banco avalia se todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo subjacente são ou não substancialmente transferidos para o Moza Banco. Se for esse o caso, então a locação é uma locação financeira; caso contrário, essa locação é tratada como locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera determinados indicadores, como se a locação é destinada à maior parte da vida económica do activo.

o) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, a contar da data da aquisição, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração do justo valor e são utilizados pelo Banco na gestão dos seus compromissos de curto prazo, sendo que estes são mensurados ao custo amortizado na demonstração da posição financeira.

p) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor na posição financeira seja essencialmente recuperado através da venda e que a mesma seja considerada altamente provável. Para que um activo (ou grupo de alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário que cumpra os seguintes requisitos:

- 1) A probabilidade de venda seja elevada;
- 2) O activo esteja disponível para venda no seu estado actual; e
- 3) Existir expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nessa rubrica. Contudo, os acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período para concluir a venda para além de um ano.

Os activos registados nessa rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o seu justo valor menos custos de venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas.

A Administração compromete-se a desenvolver todos os esforços tendentes a que a sua alienação se verifique no período máximo de um ano após a sua classificação nesta categoria.

q) Activos tangíveis
> Propriedades e equipamentos

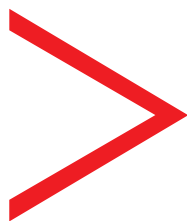
As propriedades e equipamentos são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos de manutenção, reparação e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidas em lucros ou prejuízos no período em que foram incorridos. O software adquirido que é parte integrante da funcionalidade do equipamento relacionado é capitalizado como parte desse equipamento.

Se as partes significativas de um item do imobilizado têm vida útil diferente, então elas são contabilizadas como itens separados (componentes principais) do activo. Qualquer ganho ou perda na alienação de um item de propriedade e equipamento é reconhecido em outros ganhos operacionais na Demonstração de Resultados.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como activos tangíveis apenas se for provável que os benefícios económicos futuros associados aos gastos fluirão para o Banco.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os



valores residuais dos activos, assim como a vida útil dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de relato. As vidas úteis estimadas para os activos tangíveis são as seguintes:

	2025	2024
Imóveis	50	50
Obras em edifícios arrendados	10	10
Equipamentos	10	10
Activo sobre direito de uso	10	10
Outros	4 - 5	4 - 5

O Banco efectua regularmente a análise da adequabilidade da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil estimada dos activos são reconhecidas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratados como alterações de estimativas contabilísticas.

> Propriedades de investimentos

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo custo e depreciadas de forma linear e a vida útil estimada para os activos classificados como propriedades de investimento é de 50 anos. Qualquer ganho ou perda na alienação de propriedades de investimento (calculado como a diferença entre o produto líquido da alienação e a quantia escriturada do item) é reconhecido em lucro ou prejuízo.

Quando o uso de uma propriedade muda de modo que seja reclassificada como activo tangível, o valor líquido do activo na data de reclassificação torna-se o seu custo para contabilização subsequente.

r) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis que incluem os valores de *software* (licenças) adquiridos pelo Banco são registados ao custo amortizado menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

Os custos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como activo quando o Banco consegue demonstrar que o produto é técnica e comercialmente viável, a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e podem ser fiavelmente mensurados os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos as amortizações acumuladas e menos as perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 a 5 anos.

s) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos em lucros ou prejuízos, excepto a parte relativa à combinação de negócio ou a itens reconhecidos directamente nos capitais próprios ou a outros resultados.

O Banco determina os juros e penalizações decorrentes do apuramento de imposto e quaisquer diferenças apuradas, incluindo tratamento fiscais incertos que não se enquadrem na definição de imposto sobre o rendimento, são contabilizados de acordo com a IAS 37.

i) Impostos correntes

O imposto corrente compreende o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do ano e quaisquer ajustamentos ao imposto a pagar ou a receber de anos anteriores.

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar das autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de relato

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável, resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os activos e passivos de impostos correntes podem ser compensados se determinadas condições forem satisfeitas.

ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias,

à data da posição financeira, entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis sejam suficientes para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de relato e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período em que seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data de relato.

Os activos ou passivos por impostos diferidos poderão ser compensados caso determinadas condições sejam satisfeitas.

t) Benefícios aos empregados

i) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo incluem os salários, pagamentos de férias acumuladas, remunerações variáveis, gratificações e outros benefícios não monetários, tais como contribuições para a assistência médica.

As obrigações de pagamento dos benefícios de curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada, sendo contabilizadas como custo quando o respectivo serviço é prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo de planos de bónus em dinheiro ou férias acumuladas, se o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

ii) Benefícios pelo término do contrato

Os benefícios pelo término do contrato são reconhecidos como custo, quando o Banco se compromete, sem possibilidade realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato do empregado, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses após a data de relato, então estes são descontados.

u) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Banco tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, sendo provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado de forma fiável. As provisões são mensuradas com base no valor presente dos custos que se espera que venham a incorrer para liquidar a obrigação usando uma taxa antes de impostos que reflecte a avaliação actual.

v) Depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados

Os depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são as fontes de financiamento por dívida do Banco.

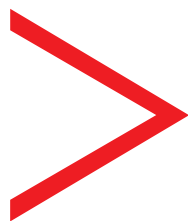
Quando o Banco vende um activo financeiro e simultaneamente celebra um acordo de recompra do mesmo (ou um activo semelhante) a um preço fixo numa data futura (acordo de venda e recompra) a contraprestação recebida é contabilizada como um depósito e o activo subjacente continua reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco.

O Banco classifica os instrumentos de capital como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio, de acordo com a substância dos termos contratuais dos instrumentos. Os depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são mensurados inicialmente pelo justo valor menos os custos directos de transacção incremental. Posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva de juros, excepto quando o Banco designa passivos ao justo valor através de lucros ou prejuízos (FVTPL).

Quando o Banco designa um passivo financeiro ao justo valor através de lucros ou prejuízos (FVTPL), o montante da variação no justo valor do passivo que é atribuível às alterações no seu risco de crédito é apresentado em outro rendimento integral (OCI) como uma reserva de crédito do passivo.

No reconhecimento inicial do passivo financeiro, o Banco avalia se a apresentação do montante da variação do justo valor do passivo que é atribuível ao risco de crédito em outro rendimento integral (OCI) criaria ou ampliaria um desajuste contabilístico nos lucros ou prejuízos. Essa avaliação é feita usando uma análise de regressão para comparar:





- > as mudanças esperadas no justo valor do passivo relacionadas com as mudanças no risco de crédito; com
- > o impacto no resultado das mudanças esperadas no justo valor de instrumentos cujas características estão relacionadas economicamente às características do passivo.

Os valores apresentados na reserva de crédito do passivo não são posteriormente transferidos para resultados. Quando esses instrumentos são desreconhecidos, o valor acumulado registado na reserva de crédito do passivo é transferido para lucros acumulados.

w) Garantias financeiras e compromissos de empréstimos

As “Garantias financeiras” são contratos que exigem que o Banco efectue pagamentos específicos para reembolsar o titular por perda em que incorra devido ao facto de um devedor específico não efectuar o pagamento quando este é exigido de acordo com os termos do instrumento de dívida. Os “compromissos de empréstimo” são compromissos firmes de concessão de crédito com termos e condições pré-estabelecidas.

As garantias financeiras emitidas ou os compromissos de concessão de empréstimos a uma taxa de juros abaixo do mercado são mensuradas inicialmente pelo justo valor. Posteriormente, são mensurados pela provisão da perda mais elevada determinada de acordo com a IFRS 9 e o valor inicialmente reconhecido, menos o valor acumulado do resultado reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15.

Os passivos decorrentes de garantias financeiras e compromissos de empréstimos são incluídos nas provisões.

x) Capital social e reservas

i. Outros instrumentos do capital próprio

O Banco classifica instrumentos emitidos como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio, de acordo com a natureza dos termos contratuais dos instrumentos.

ii. Custos de emissão de acções

Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de um instrumento de capital próprio são deduzidos da mensuração inicial dos instrumentos de capital próprio.

3. Normas Contabilísticas Emitidas

i. Normas e interpretações com data de entrada em vigor em 2025

- > Emendas à IAS 21 e ao IFRS 1 – Falta de conversibilidade (emitidas em 15 de Agosto de 2023);

ii. Normas contabilísticas emitidas, mas não implementadas.

- > IFRS 14 – Contas de diferimento regulatório (emitida em 30 de Janeiro de 2014);
- > IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras (emitida em 9 de Abril de 2024);
- > IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações;
- > Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Modificações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (emitidas em 30 de Maio de 2024);
- > Alterações ao IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7 – Melhorias anuais volume 11 (emitidas em 18 de Julho de 2024);
- > Alterações ao IAS 21 – Conversão para moeda de uma economia hiperinflacionária (emitidas em 13 de Novembro de 2025);
- > Alterações ao IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações.

4. Gestão do Risco, Objectivos e Políticas

A função de gestão de riscos no Moza Banco constitui uma actividade de extrema importância, suportada por um modelo de governação que pretende, simultaneamente, respeitar as melhores práticas na matéria, conforme estabelecido nas Directrizes de Gestão de Risco bem como garantir solidez e eficácia aos processos de Identificação, Medição, Controlo e Acompanhamento dos riscos financeiros e não financeiros a que o Moza Banco se encontra, ou possa vir a encontrar-se, exposto, nomeadamente:

- | | |
|-----------------------------|---|
| a. Risco de Crédito; | h. Risco de <i>Compliance</i> ; |
| b. Risco de Liquidez; | i. Risco de Tecnologias de Informação (TI); |
| c. Risco de Taxa de Juro; | j. Risco de Concentração. |
| d. Risco de Taxa de Câmbio; | k. Risco <i>Cyber Security</i> ; |
| e. Risco Operacional; | l. Risco de Dados; |
| f. Risco Estratégico; | m. Risco Imobiliário; |
| g. Risco Reputacional; | n. Risco Legal. |

A gestão dos riscos é efectuada de forma transversal e coordenada por uma estrutura dedicada, a Direcção de Gestão de Risco, que responde a um membro da Comissão Executiva do Moza Banco.

O Moza Banco considera, no âmbito da gestão de riscos, o quadro regulamentar aplicável emitido pelo Banco de Moçambique (Entidade Supervisora do Sistema Bancário Moçambicano), bem como as melhores práticas bancárias (*European Bank Authority* ou Banco de Portugal), assim como as normas de risco internacionalmente aceites, como sejam o Quadro Integrado de Gestão Corporativa de Risco COSO e os Princípios de Gestão de Risco ISO 31000, enquanto referencias metodológicas para a Política de Gestão de Risco do Moza Banco.

Quadro Conceptual de Gestão de Riscos do Moza Banco

O quadro conceptual de gestão de riscos do Moza Banco compreende o âmbito dos riscos, os processos, os sistemas, políticas e procedimentos necessários à gestão dos riscos, bem como as atribuições e responsabilidades dos diferentes órgãos do Banco envolvidos na sua gestão. O Moza Banco considera que, o quadro conceptual de gestão de riscos implementado se ajusta à sua dimensão e complexidade e é suficientemente abrangente para identificar os principais riscos aos quais se encontra exposto, com a flexibilidade necessária para acomodar eventuais alterações no sentido de melhoria das actividades do Banco.

É neste contexto que o Conselho de Administração do Moza Banco detém a responsabilidade pelo nível de riscos assumidos pelo Banco, aprova as estratégias globais de negócio bem como as políticas de tomada e gestão de risco do Banco, fornecendo uma clara orientação relativamente aos níveis de exposição ao risco, através da Declaração de Appetite de Risco do Banco (*RAS – Risk Appetite Statement*). Adicionalmente, as políticas e procedimentos de gestão de riscos, bem como os limites de controlo de exposição do Banco aos riscos inerentes à sua actividade, são concebidos por forma a serem consistentes com a complexidade e a dimensão de negócio, objectivos, metas e a robustez financeira do Banco.

O Banco efectua, anualmente, a revisão e actualização das políticas de gestão de risco, por forma a reflectir as alterações ocorridas ao nível do mercado, produtos e as melhores práticas do sector bancário onde se encontra inserido.

Modelo de Governo da Gestão de Risco do Moza Banco

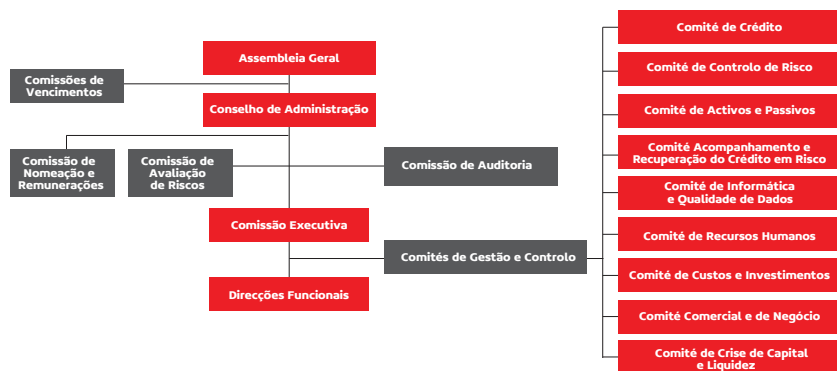
O Moza Banco, no âmbito do controlo e gestão dos riscos, adoptou um modelo de Governance que estabelece os equilíbrios necessários para que o Conselho de Administração exerça a sua fiscalização de forma eficaz, através do acompanhamento regular dos níveis globais de risco. Complementarmente este modelo assegura a conformidade com a Lei das instituições de crédito e sociedades financeiras (Lei 20/20 de 31 de Dezembro), em matéria de governação, designadamente ao nível dos comités obrigatórios, tendo em conta a dimensão do Moza Banco. O processo de acompanhamento e reporte assegura ao Conselho de Administração, que os níveis de risco do Banco encontram-se alinhados com os objectivos, os recursos financeiros disponíveis e Plano estratégico aprovado para o desenvolvimento e crescimento da actividade do Banco.

Neste sentido, o Banco tem definido um Modelo de Governance de Gestão de Risco, que incorpora dois conceitos: (i) o conceito de “Comissões” para os órgãos que emanam da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e (ii) o conceito de “Comités” para os órgãos que emanam da Comissão Executiva, conforme organograma apresentado abaixo. Complementarmente este modelo incorpora o conceito das 3 linhas de defesa, sendo que a Primeira Linha de Defesa é preenchida pelas Unidades geradoras de Risco designadamente, Rede Comercial, Direcção de Operações, Direcção de Crédito, entre outras a Segunda Linha pelas Direcções de Gestão de Risco e Compliance e a Terceira Linha de Defesa pela Auditoria e Inspeção.

O organograma abaixo descreve o Modelo de Governo em vigor no Moza Banco, seguido das principais funções/competências dos órgãos relevantes do referido modelo encontra-se descritas no relatório de gestão.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores expressos em milhares de Meticals)



Capital Económico

De acordo com a regulamentação aplicável, o Moza Banco, assegura o processo de ICAAP (*Internal Capital Adequacy Assessment Process*) através da aplicação de metodologias internas para o apuramento de requisitos de capital, para a cobertura dos riscos de pilar I e II, do Acordo de Basileia II. O objectivo principal do exercício de ICAAP é comparar as necessidades de capital económico com os recursos financeiros disponíveis, aferindo a capacidade do Banco em absorver os riscos a que se encontra exposto, tornando-se igualmente possível identificar actividades e/ou linhas de negócio geradoras de maior valor.

O processo do ICAAP incorpora um conjunto de actividades preliminares, designadamente:

- A definição do Modelo de Governo do ICAAP, ajustado à dimensão e realidade do Moza Banco;
- A definição da Taxonomia dos riscos inerentes à actividade do Banco;
- Definição de cenário base e adverso, este último caracterizado por uma deterioração significativa de alguns indicadores macroeconómicos (Inflação, Taxas de Juro, Desvalorização do Metical, PIB, entre outros). Não obstante o cenário adverso, ser hipotético, o mesmo é criado com o intuito de avaliar a solidez do Banco e a sua resiliência num ambiente económico desfavorável;
- A definição de metodologias específicas para apuramento da materialidade dos riscos.

Sem prejuízo de alterações futuras, abaixo apresentam-se os riscos considerados materialmente relevantes para efeitos do ICAAP (Pilar I - Basel II & Pilar II) e sobre os quais deverão ser quantificados os requisitos de capital para garantir a sua cobertura:



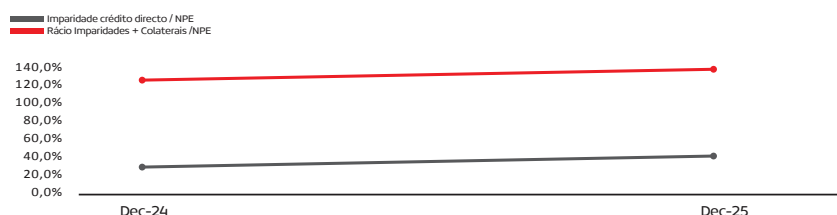
A análise qualitativa da gestão dos riscos do Moza Banco é apresentada como se segue:

4.1. Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos na estrutura económico-financeira do Banco, em resultado da incapacidade das contrapartes ou respectivos garantes honrarem com os compromissos de pagamento previamente acordados. O risco encontra-se associado a exposições com contrapartes em empréstimos, emitentes de títulos e outros compromissos efectivos ou potenciais que colocam a Instituição numa situação de dependência.

Principais Indicadores de Risco de Crédito

No quadro abaixo apresenta-se a evolução anual dos principais indicadores do risco de crédito e de cobertura da exposição do crédito entre Dezembro de 2024 e 2025:



Máxima exposição ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos na posição financeira, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar caso a garantia fosse executada. Para os compromissos de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada.

A tabela abaixo mostra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2025, relativamente ao risco de crédito na posição financeira, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito a Clientes (Empréstimos e adiantamentos a clientes, Garantias Prestadas e Cartas de Crédito) que são, fundamentalmente, hipotecas sobre imóveis, penhores financeiros, garantias prestadas pelo Estado (à ordem e a prazo) assim como penhores de equipamentos:

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço

	2025	2024
Caixa e disponibilidades em Banco Central	16 188 624	19 789 350
Disponibilidades sobre instituições de crédito	480 111	521 055
Aplicações em instituições de crédito	2 573 275	2 271 529
Activos financeiros	22 402 211	13 202 142
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14 744 797	20 871 681
Outros activos	2 819 723	3 157 204
Total	59 208 741	59 812 961

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos extrapatrimoniais

	2025	2024
Garantias	10 154 887	8 947 132
Moeda nacional	7 161 591	6 220 665
Moeda estrangeira	2 993 296	2 726 467
Cartas de crédito	145 164	297 576
Total	10 300 051	9 244 708
Total	69 508 792	69 057 669

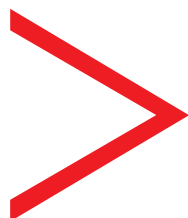
Qualidade do crédito:

O quadro abaixo, mostra a qualidade da carteira de crédito do Banco sob ponto de vista dos estágios em que se encontram as operações/clientes, tendo em conta as regras adoptadas pelo Banco para a classificação dos mesmos, no âmbito da IFRS9.

2025	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	16 188 624	-	-	16 188 624
Disponibilidades sobre instituições de crédito	480 111	-	-	480 111
Aplicações em instituições de crédito	2 573 275	-	-	2 573 275
Activos financeiros	22 402 211	-	-	22 402 211
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8 198 159	1 795 791	4 750 847	14 744 797
Outros activos	2 819 723	-	-	2 819 723
Total	52 662 103	1 795 791	4 750 847	59 208 741

2024	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	19 789 350	-	-	19 789 350
Disponibilidades sobre instituições de crédito	521 055	-	-	521 055
Aplicações em instituições de crédito	2 271 529	-	-	2 271 529
Activos financeiros	13 202 142	-	-	13 202 142
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9 612 835	2 284 454	8 974 392	20 871 681
Outros activos	3 157 204	-	-	3 157 204
Total	48 554 115	2 284 454	8 974 392	59 812 961

Em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes, a qualidade do crédito do Banco é apresentada conforme se segue:



	2025	2024
Estágio 1	8 198 159	9 612 835
Estágio 2	1 795 791	2 284 454
Estágio 3	4 750 847	8 974 392
	<u>14 744 797</u>	<u>20 871 681</u>

O crédito vencido inclui a totalidade da exposição dos clientes com prestações vencidas assim como os valores das prestações vincendas

Perda esperada de crédito

O quadro seguinte apresenta o movimento das imparidades de crédito ao longo do ano:

2025	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo a 01 Janeiro de 2025	134 141	83 344	1 671 798	1 889 283
Transferência para Estágio 1	(11 372)	5 012	6 360	-
Transferência para Estágio 2	3 171	(26 981)	23 810	-
Transferência para Estágio 3	526	2 617	(3 143)	-
Reforços	11 073	27 576	3 568 263	3 606 912
Novas entradas	29 528	29 658	172 805	231 991
Reduções	(71 740)	(45 483)	(190 116)	(307 339)
Write-offs	(1 118)	(10 484)	(3 876 077)	(3 887 679)
Saldo a 31 de Dezembro de 2025	94 209	65 259	1 373 700	1 533 168

2024	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo a 01 Janeiro de 2024	120 369	106 844	1 620 712	1 847 925
Transferência para Estágio 1	(18 819)	12 471	6 348	-
Transferência para Estágio 2	4 212	(45 594)	41 382	-
Transferência para Estágio 3	300	2 526	(2 826)	-
Reforços	9 374	34 355	455 074	498 803
Novas entradas	70 472	26 468	191 031	287 971
Reduções	(51 767)	(53 726)	(163 282)	(268 775)
Write-offs	-	-	(476 641)	(476 641)
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	134 141	83 344	1 671 798	1 889 283

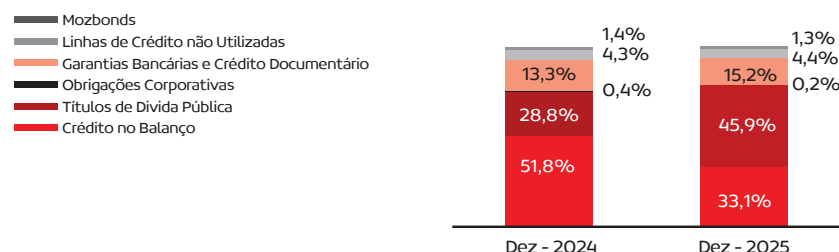
O quadro seguinte apresenta o movimento das imparidades dos compromissos de empréstimos e contractos de garantias financeiras ao longo do ano:

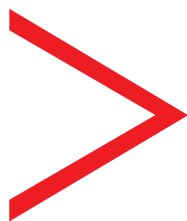
Compromisso de empréstimos e contractos de garantia financeira

	2025	2024
Exposições em extrapatrimonial		
Sado inicial	135 416	205 659
Reforço	85 973	88 888
Reversão	(78 263)	(159 131)
Regularização	-	-
Saldo final	143 126	135 416

Distribuição das Exposições Sujeitas a Imparidade

As exposições de crédito do Moza Banco sujeitas ao cálculo de perdas por imparidade, encontram-se distribuídas como mostra o gráfico abaixo e, em conformidade com as estratégias internamente aprovadas para o tratamento de cada um dos itens que constituem a carteira de crédito do Banco:





Colaterais e outras garantias de crédito

As garantias ou colaterais visam assegurar que, em caso de não pagamento do crédito pelos mutuários, as instituições de crédito conseguem, ainda assim, obter reembolso (total ou parcial) do crédito concedido, através da execução ou apropriação do colateral ou garantia, com o intuito de seguidamente transformá-lo em liquidez, por alienação, venda ou quaisquer outras opções aplicáveis.

Na listagem abaixo, encontram-se descritos os tipos de colaterais aceites e elegíveis, para a cobertura do risco de crédito:

- > Penhor de Depósitos (DP Colateral e Caução em DO) no Moza Banco;
- > Penhor de acções;
- > Garantias prestadas pelo Estado a favor do Moza Banco;
- > Garantias prestadas por Outras Instituições de Crédito;
- > Hipotecas sobre Propriedades (habitações, imóveis industriais e/ou comerciais);
- > Hipoteca de Bens Móveis;
- > Penhor de Equipamentos;

A análise da exposição de crédito face aos colaterais e outras garantias de crédito a favor do Banco, consta do quadro seguinte

2025	Máxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito/garantias bancárias	Hipotecas	Aval de Estado	Garantias líquidas	Exposição líquida
Caixa e disponibilidade em Banco Central	16 188 624	-	-	-	-	-	16 188 624
Disponibilidade sobre instituições de crédito	480 111	-	-	-	-	-	480 111
Aplicações em instituições de crédito	2 573 275	-	-	-	-	-	2 573 275
Activos financeiros	22 402 211	-	-	-	-	-	22 402 211
Empréstimos e adiantamento a clientes	-	-	-	-	-	-	-
Grandes empresas	6 678 416	46 773	-	2 278 462	1 967 987	4 293 222	2 385 194
Pequenas empresas	3 434 740	620 330	-	1 911 581	-	2 531 911	902 829
Particulares	5 932 328	180 792	-	927 500	-	1 108 292	4 824 036
Outros	232 482	3 666	-	-	140 901	144 567	87 915
Outros activos	2 819 723	-	-	-	-	-	2 819 723
	60 741 910	851 561	-	5 117 543	2 108 888	8 077 992	52 663 918

2024	Máxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito/garantias bancárias	Hipotecas	Aval de Estado	Garantias líquidas	Exposição líquida
Caixa e disponibilidade em Banco Central	19 789 350	-	-	-	-	-	19 789 350
Disponibilidade sobre instituições de crédito	521 055	-	-	-	-	-	521 055
Aplicações em instituições de crédito	2 271 529	-	-	-	-	-	2 271 529
Activos financeiros	13 202 142	-	-	-	-	-	13 202 142
Empréstimos e adiantamento a clientes	-	-	-	-	-	-	-
Grandes empresas	8 424 095	168 722	-	2 342 719	2 304 110	4 815 551	3 608 544
Pequenas empresas	6 663 181	419 166	-	4 083 484	-	4 502 650	2 160 531
Particulares	7 393 322	189 452	-	1 214 227	-	1 403 679	5 989 643
Outros	280 366	7 095	-	-	218 387	225 482	54 884
Outros activos	3 157 204	-	-	-	-	-	3 157 204
	61 702 244	784 435	-	7 640 430	2 522 497	10 947 362	50 754 882

O quadro abaixo apresenta as quantias escrituradas e o valor das garantias identificáveis (principalmente hipotecas de imóveis) a favor do Banco, para a cobertura do risco de crédito inerente à carteira de empréstimos e adiantamentos.

Para cada empréstimo, o valor das propriedades objecto de hipoteca é limitado ao valor nominal contra o qual é detido:

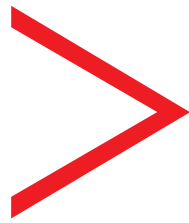
	2025			2024		
	Quantia escriturada	Hipoteca de Imóveis	Caução de DP	Quantia escriturada	Hipoteca de Imóveis	Exposição líquida
Estágio 01 e 02	10 153 417	3 525 662	827 532	12 114 774	3 711 168	778 602
Estágio 03	6 124 548	1 591 881	24 029	10 646 190	3 929 262	5 833
	16 277 965	5 117 543	851 561	22 760 964	7 640 430	784 435

Activos obtidos mediante a tomada de posse de garantias

Os detalhes dos activos financeiros e não financeiros obtidos pelo Moza Banco, durante o ano 2025, através de tomada de posse de colaterais detidos como garantias sobre empréstimos e adiantamentos encontram-se apresentados abaixo:

	2025	2024
Imóveis	3 584 813	2 907 204
	3 584 813	2 907 204

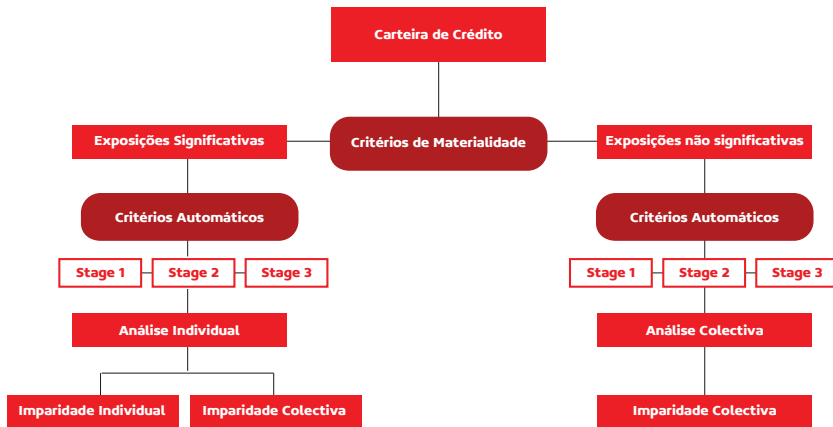




Cálculo de Imparidade da Carteira de Crédito

O modelo de cálculo de perdas por imparidade, inclui um processo de análise individual, para os clientes significativos do Banco, e ainda uma componente de análise colectiva, alinhado com as boas práticas bancárias.

No diagrama abaixo encontra-se sintetizado o modelo de perdas esperadas implementado no Moza Banco, onde é possível verificar se o critério de materialidade para apuramento de perda objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos, ou colectivamente, para activos financeiros que não sejam individualmente significativos.



Na Análise Individual de imparidade, a perda esperada é determinada com base numa avaliação individual do cliente, enquanto, na Análise colectiva de imparidade a perda esperada é determinada tendo em conta os grupos de clientes com características de risco de crédito semelhantes.

O modelo de perdas esperadas, implementado permite mensurar a ECL (*Expected Credit Loss*) não só em função da classificação dos activos por Estágio, mas também por segmento, cobertura de garantias e materialidade, conforme abaixo indicado:

- > **Estágio 1** - todos os activos financeiros em que não se verifica aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial (a não ser que sejam adquiridos ou originados com evidência objectiva de perda);
- > **Estágio 2** - todos os activos financeiros que apresentam um aumento significativo de risco de crédito;
- > **Estágio 3** - todos os activos financeiros com evidência objectiva de imparidade (*default*).

Aumento significativo do risco de crédito (Estágio 2)

De acordo com a IFRS 9, o Moza Banco para determinar se o risco de incumprimento de um instrumento financeiro aumentou, significativamente desde o seu reconhecimento inicial, avalia a existência de informação adicional disponível quanto à sua relevância, nomeadamente elementos qualitativos e/ou análises quantitativas, baseadas na experiência histórica do Banco e/ou com recurso a avaliações específicas pontuais.

O objectivo de realizar avaliações regulares é precisamente identificar a ocorrência de eventos que possam representar um aumento significativo do risco de crédito para as exposições de crédito, através da comparação entre:

- > A probabilidade de incumprimento (PD - Probabilidade de *Default*) durante a vida útil remanescente do activo financeiro, na data do reporte; e
- > A probabilidade de incumprimento durante a vida útil restante do activo financeiro, para o mesmo período estimado no momento do reconhecimento inicial da exposição.

Evidências Objectivas de Imparidade (Estágio 3)

A cada data de relato, o Moza Banco avalia a existência de evidência objectiva de que os activos, não mantidos ao justo valor através de resultados, encontram-se em imparidade.

O conceito de Estágio 3 encontra-se alinhado com a definição de *default*, e nesta medida para o modelo de imparidade implementado considera-se que um cliente se encontra em *default* quando tem pelo menos um *trigger* de *default* activo ou encontra-se ainda dentro do período de quarentena definido.

Para os *triggers* de incumprimento de crédito abatido e/ou de contencioso, os clientes entram em quarentena após deixarem de verificar o critério de entrada do trigger e tiverem menos de 30 dias de prestação vencida.

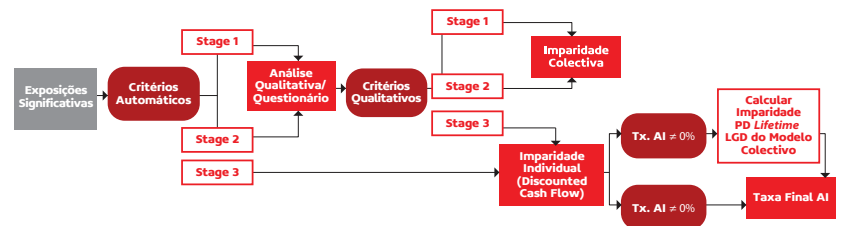
Para empréstimos e adiantamentos de activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor actual dos fluxos de caixa futuros, descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado, reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução dos colaterais, deduzidos dos custos de manutenção e da venda do colateral.

Análise individual

Para a realização da avaliação individual de imparidade é necessário observar os critérios de materialidade. Entretanto, o Moza Banco considera neste processo, a combinação entre o estágio de selecção, a exposição do cliente e eventualmente contaminação dos restantes clientes do mesmo grupo económico, que reúnam o critério de materialidade mínimo.

A actividade da análise individual, pode ser resumida no diagrama abaixo:



Consoante a classificação por estágio, as exposições nos estágios 1 e 2 que cumpram com os critérios de materialidade para análise individual, são sujeitas a um questionário de análise qualitativa onde, com base nas respostas e respectivos pesos, irá resultar uma classificação de estágio que fará o override ao estágio inicial.

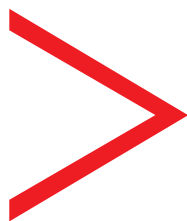
Os clientes classificados em estágio 1 e 2 após preenchimento dos questionários de análise qualitativa são reencaminhados para Análise Colectiva.

Para os clientes inicialmente classificados em estágio 3, ou classificados em estágio 3 por via dos critérios do questionário de análise qualitativa, é (i) preenchido um “questionário situação do cliente” que permita suportar a selecção do cenário de recuperação classificando o cliente em “*going concern*” ou “*gone concern*” e (ii) calculada a taxa de imparidade individual, a qual deverá estar assente numa metodologia de fluxos de caixa descontados com base em cenários de recuperação (*going concern* ou *gone concern*) conforme descrito abaixo:

- > Abordagem *going concern* - considera a continuidade do negócio, onde se assume que o devedor tem capacidade de continuar a gerar fluxos financeiros suficientes para fazer face ao serviço de dívida
- > Abordagem *gone concern* - considera que a recuperação de crédito é possível exclusivamente através do recurso a execução/dação de colaterais associados, uma vez que o devedor revela dificuldades de gerar fluxos para fazer face ao serviço de dívida.

De referir ainda que as abordagens de recuperação, permitem considerar cenários prospectivos (cenários base, cenário optimista e cenário pessimista) e respectivos ponderadores, tendo em conta a probabilidade estimada de ocorrência de cada cenário.

Tendo por base os cenários de recuperação considerados, o montante de imparidade deve ser determinado como a média ponderada dos cash-flows actualizados de cada cenário.



Análise colectiva

Para as exposições não significativas, a perda esperada (ECL) para os activos financeiros resulta, da diferença entre os cash-flows contratualmente estipulados e os cash-flows que a entidade espera receber, descontados à data de referência, considerando os parâmetros de risco como: Probabilidade de *Default* (PD), *Loss Given Default* (LGD) e *Behavioral Maturity* - Maturidade Comportamental (BM).

As Probabilidades de *Default* (PDs) são apuradas com base em populações homogéneas, que resultam da combinação entre o segmento do cliente e o *Bucket* de Risco, sendo que as curvas de PDs são estimadas com base no histórico comportamental e na projecção das variáveis macroeconómicas.

As LGDs são calculadas em função da combinação do tipo de cliente, tipologia de produtos de crédito e antiguidade de *default*, sendo as estimativas apuradas com base no histórico das taxas de recuperação efectivas, após a entrada dos clientes em *default*.

Para produtos sem maturidade definida, o Moza Banco efectua o apuramento de maturidades comportamentais por forma a identificar o período em que a instituição se encontra exposta ao risco de crédito e a percentagem de amortização esperada a cada período.

Complementarmente os factores de risco do Modelo de Imparidade, são actualizados anualmente com base na informação prospectiva, conforme recomendação das boas práticas bancárias.

Incorporação de informações prospectivas

A IFRS 9 exige a consideração de projecções razoáveis e documentadas de eventos futuros e condições económicas, à data de reporte das Demonstrações Financeiras, no cálculo das perdas por imparidade do crédito esperadas. Esta informação macroeconómica prospectiva permite que a imparidade do crédito do Banco se ajuste, de acordo com o momento económico que o Banco atravessa e as diferentes tendências possíveis, o que deve resultar em ponderadores aplicados aos cenários avaliados.

As ponderações de probabilidade de cenário aplicadas na mensuração da perda de crédito esperada (ECL) são as que abaixo se apresentam:

	2025			2024		
	Base	Pessimista	Optimista	Base	Pessimista	Optimista
Probabilidade dos cenários	70%	20%	10%	70%	20%	10%

Imparidade da Carteira de Títulos

A metodologia de cálculo da imparidade da carteira de títulos segue, de uma forma geral, a metodologia utilizada no processo de cálculo da imparidade da carteira de crédito, embora com algumas especificidades. Para a carteira de títulos deve ser utilizado como valor de exposição, o montante em balanço ou, para os títulos registados ao FVOCI, o valor que os mesmos teriam caso se encontrassem registados ao custo amortizado.

Deste modo, no cálculo da imparidade dos títulos associados à dívida pública (Bilhetes de Tesouro, Obrigações de Tesouro e MozBond) é apurada uma perda esperada para a vida do instrumento considerando o seguinte:

- i. Considerar em *default* (*stage 3*), toda exposição do Estado enquanto Governo Central;
- ii. Calcular perdas esperadas para o tempo de vida de todos instrumentos (ECL-*lifetime*), em linha com o modelo de apuramento de perdas por imparidade para a carteira de crédito;
- iii. Uma vez tratar-se de exposição individualmente significativa com expectativa de recuperação de 100% (Abordagem *Goin-Concern* com base na análise da capacidade de geração de *cash-flow* por parte do emitente), apurar uma ECL Colectiva *lifetime* do *bucket* de risco sem sinais;
- iv. Agravar o conceito de “*bucket* de risco sem sinais” para considerar a curva de *Moody’s* para todo o universo de ratings do *Speculative-Grade*, tendo em conta o enquadramento de Moçambique no universo dos países da região com rating da *Moody’s*.

Para as Obrigações Corporativas são considerados os factores de risco em vigor para o modelo da carteira de crédito, aplicados para o segmento de Grandes Empresas.

Write-off

Os empréstimos e títulos de dívida são levados a *write-off* quando não existe uma expectativa de recuperação de um activo financeiro na sua totalidade. Este é geralmente o caso em que o Moza Banco considera que o mutuário não possui activos ou fontes de rendimento que poderiam gerar fluxos suficientes, para liquidar os valores em dívida, submetendo-os a *write-off* ou abate.

Eventuais valores recuperados de operações anteriormente levadas a *write-offs* são reconhecidos na demonstração de resultados, com um efeito positivo (reversão).

Os activos financeiros levados a *write-offs* são recuperados via confissão de dívida e sujeitos a actividades de execução/recuperação específicas.

A análise dos empréstimos e adiantamento a Clientes em imparidade apresenta-se como se segue:

2025	Quantia escriturada	Imparidade de crédito	Valor líquido
Retalho	2 716 605	169 753	2 546 852
Construção civil	983 800	98 813	884 987
Energia	-	-	-
Turismo	466 388	67 222	399 166
Indústria transformadora	230 404	87 977	142 427
Particulares	5 932 328	300 588	5 631 740
Serviços	2 895 362	689 352	2 206 010
Transportes e Comunicações	2 526 754	102 648	2 424 106
Agricultura e Pescas	92 411	2 589	89 822
Outros	433 914	14 227	419 687
	16 277 966	1 533 169	14 744 797

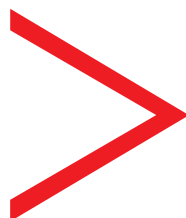
2024	Quantia escriturada	Imparidade de crédito	Valor líquido
Retalho	5 274 805	737 414	4 537 391
Construção civil	1 428 631	227 663	1 200 968
Energia	17 728	720	17 008
Turismo	514 874	32 513	482 361
Indústria transformadora	421 070	17 372	403 698
Particulares	7 393 183	434 649	6 958 534
Serviços	3 504 234	363 467	3 140 767
Transportes e Comunicações	3 023 211	34 916	2 988 295
Agricultura e Pescas	460 717	21 922	438 795
Outros	722 511	18 647	703 864
	22 760 964	1 889 283	20 871 681

Concentração do Risco de Crédito

O risco de concentração de crédito corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da concentração de exposições sobre clientes individuais, grupos económicos, agregados de clientes que operem no mesmo sector económico na mesma região geográfica, ou ainda decorrente da concentração numa mesma actividade, ou nas garantias aceites pela Instituição.

A análise da concentração do risco de crédito do Banco por indústria líquida de perdas esperadas de crédito apresenta-se como se segue:





2025	Caixa e disponibilidade em Banco Central	Disponibilidade sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos Financeiros	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governamental	-	-	-	22 213 619	140 901	-	22 354 520
Seguros	-	-	-	101 973	12	-	101 985
Financeiro	16 188 624	480 111	2 573 275	12 655	140 909	-	19 395 574
Retalho	-	-	-	-	2 546 852	-	2 546 852
Construção civil	-	-	-	-	884 987	-	884 987
Turismo	-	-	-	-	399 166	-	399 166
Indústria transformadora	-	-	-	-	142 426	-	142 426
Particulares	-	-	-	-	5 631 739	-	5 631 739
Serviços	-	-	-	-	2 065 109	-	2 065 109
Transportes e comunicações	-	-	-	73 964	2 424 107	-	2 498 071
Agricultura e pesca	-	-	-	-	89 823	-	89 823
Outros	-	-	-	-	278 766	2 819 723	3 098 489
	16 188 624	480 111	2 573 275	22 402 211	14 744 797	2 819 723	59 208 741

2024	Caixa e disponibilidade em Banco Central	Disponibilidade sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos Financeiros	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governamental	-	-	-	12 993 671	218 387	-	13 212 058
Seguros	-	-	-	32 967	-	-	32 967
Financeiro	19 789 350	521 055	2 271 529	12 655	702 157	-	23 296 746
Retalho	-	-	-	-	4 537 390	-	4 537 390
Construção civil	-	-	-	-	1 200 969	-	1 200 969
Energia	-	-	-	-	17 008	-	17 008
Turismo	-	-	-	-	482 360	-	482 360
Indústria transformadora	-	-	-	-	403 698	-	403 698
Particulares	-	-	-	-	6 958 534	-	6 958 534
Serviços	-	-	-	-	2 922 381	-	2 922 381
Transportes e comunicações	-	-	-	-	2 988 295	-	3 151 144
Agricultura e pesca	-	-	-	162 849	438 795	-	438 795
Outros	-	-	-	-	1 707	3 157 204	3 158 911
	19 789 350	521 055	2 271 529	13 202 142	3 157 204	3 157 204	59 812 961

4.2. Risco de Liquidez

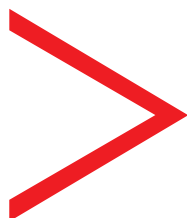
O Risco de Liquidez é a probabilidade de uma instituição enfrentar dificuldades em honrar as suas obrigações à medida que se vencem, de transformar os seus activos em cash, ou ainda, em assegurar o refinanciamento dos activos detidos no seu balanço, sem incorrer em custos ou perdas significativas (*funding liquidity risk*). Quando as condições de mercado em que a instituição opera não permitem que esta se desfaça de certos activos a preços de mercado, mas somente abaixo destes, está-se perante o que se designa por risco de liquidez de mercado (*market liquidity risk*). O processo de gestão e controlo de liquidez é realizado internamente, em linha com as métricas e limites definidos pelo Banco, que pressupõem o acompanhamento de indicadores de alerta prévio, instrumentos de mensuração e avaliação com periodicidade diária e mensal.

Este processo é complementado com a execução dos testes de stress de liquidez desencadeados pela Direcção de Gestão de Risco, com periodicidade anual. No ano de 2025, o Comité de Política Monetária reduziu a pressão sobre a liquidez do Sistema Financeiro Moçambicano com a redução dos coeficientes de reservas obrigatórias, para os passivos em moeda nacional e estrangeira (de 39,0% para 29,0% e de 39,5% para 29,0%, respectivamente). Esta decisão foi acompanhada por uma redução continua das taxas de juro de referência, reflectindo a percepção do regulador sobre as perspectivas de inflação.

Maturidades contratuais não descontadas dos passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2025	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa e disponibilidade em Banco Central	16 188 624	-	-	-	-	-	16 188 624
Disponibilidade sobre instituições de crédito	480 111	-	-	-	-	-	480 111
Aplicações em instituições de crédito	2 345 283	-	-	227 608	-	-	2 572 891
Activos financeiros	2 650 537	7 906 492	5 149 188	3 641 500	1 123 586	3 296 832	23 768 135
Empréstimos e adiantamento a clientes	1 372 340	1 478 706	2 143 500	2 733 656	6 180 783	4 921 811	18 830 796
Outros activos	2 895 223	-	-	-	-	-	2 895 223
Total dos activos não descontados	25 932 118	9 385 198	7 292 688	6 602 764	7 304 369	8 218 643	64 735 780
Passivo financeiro							
Recursos de instituições de crédito	667 184	-	-	-	-	-	667 184
Depósitos e contas correntes	22 692 229	10 815 440	7 189 988	5 268 822	4 284 557	2 969 418	53 220 454
Recursos consignados	25 067	-	-	-	-	847 140	872 207
Empréstimos obrigacionistas	29 768	5 806	35 574	1 054 017	-	-	1 125 165
Outros passivos	2 378 008	-	-	-	-	-	2 378 008
Total dos passivos não descontados	25 792 256	10 821 246	7 225 562	6 322 839	4 284 557	3 816 558	58 263 018
Gap de liquidez	139 862	(1 436 048)	67 126	279 925	3 019 812	4 402 085	6 472 762
Gap Cumulativo de liquidez	139 862	(1 296 186)	(1 229 060)	(949 135)	2 070 677	6 472 762	12 945 524

**2024**

	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa e disponibilidade em Banco Central	19 789 350	-	-	-	-	-	19 789 350
Disponibilidade sobre instituições de crédito	521 055	-	-	-	-	-	521 055
Aplicações em instituições de crédito	2 015 323	34 840	-	229 046	-	-	2 279 209
Activos financeiros	1 405 464	2 245 746	3 396 135	3 643 065	1 921 905	3 170 831	15 783 146
Empréstimos e adiantamento a clientes	1 765 258	1 637 454	2 262 359	3 581 142	7 903 659	6 353 803	23 503 675
Outros activos	3 157 204	-	-	-	-	-	3 157 204
Total dos activos não descontados	28 653 654	3 918 040	5 658 494	7 453 253	9 825 564	9 524 634	65 033 639
Passivo financeiro							
Recursos de instituições de crédito	736 368	-	-	-	-	-	736 368
Depósitos e contas correntes	17 698 138	12 762 785	8 060 451	5 064 824	2 594 262	2 222 490	48 402 950
Recursos consignados	277 590	-	-	-	121 763	242 428	641 781
Empréstimos obrigacionistas	34 062	56 608	90 670	1 449 173	1 157 691	-	2 788 204
Outros passivos	2 778 480	-	-	-	-	-	2 778 480
Total dos passivos não descontados	21 524 638	12 819 393	8 151 121	6 513 997	3 873 716	2 464 918	55 347 783
Gap de liquidez	7 129 016	(8 901 353)	(2 492 627)	939 256	5 951 848	7 059 716	9 685 856
Gap Cumulativo de liquidez	7 129 016	(1 772 337)	(4 264 964)	(3 325 708)	2 626 140	9 685 856	-

Para os passivos com prazos iguais ou superiores a um ano, espera-se que sejam recuperados ou liquidados, passados mais de 12 meses após a data da Posição Financeira.

4.3. Risco de Mercado

O Risco de mercado pode ser definido como a perda potencial resultante das alterações do justo valor dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros, devido a oscilações das variáveis do mercado do activo ou mesmo de factores exógenos que possam influenciar os preços de mercado. São exemplos desses factores de risco: os riscos relacionados com a variação das taxas de câmbio, taxas de juros, preços de obrigações e acções, de mercadorias (*commodities*), entre outros.

4.3.1 Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas das operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

O Banco controla a sua exposição, através do apuramento dos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar ou reduzir em resultado de tais flutuações, podendo gerar perdas em caso de ocorrência de movimentos não previstos.

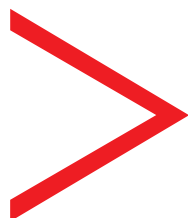
Os instrumentos financeiros com o risco de taxa de juro compreendem saldos de aplicações em outras instituições de crédito, activos financeiros, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito e passivos em arrendamento.

O quadro seguinte apresenta os instrumentos financeiros do Banco sensíveis a taxa de juros por maturidade:

2025

	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Acima de 1 ano	Sem risco de taxa de juro	Total
Activo financeiro							
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	-	-	-	-	16 188 624	16 188 624
Disponibilidade sobre instituições de crédito	-	-	-	-	-	480 111	480 111
Aplicações em instituições de crédito	2 345 667	-	-	227 608	-	-	2 573 275
Activos financeiros	2 599 340	7 587 811	4 796 646	4 210 766	3 093 714	113 934	22 402 211
Empréstimos e adiantamento a clientes	1 454 874	10 099 842	661 974	2 024 182	-	503 925	14 744 797
Outros activos	-	-	-	-	-	2 819 723	2 819 723
Total	6 399 881	17 687 653	5 458 620	6 462 556	3 093 714	20 106 317	59 208 741
Passivo financeiro							
Recursos de instituições de crédito	600 417	-	-	-	-	66 767	667 184
Depósitos e contas correntes	24 446 546	10 572 557	6 714 284	4 477 479	3 605 729	2 949 364	52 765 959
Recursos consignados	-	-	-	-	-	872 207	872 207
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	1 016 906	-	-	1 016 906
Outros passivos	-	-	-	-	-	2 378 008	2 378 008
Total	25 046 963	10 572 557	6 714 284	5 494 385	3 605 729	6 266 346	57 700 264
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	(18 647 082)	7 115 096	(1 255 664)	968 171	(512 015)	13 839 971	1 508 477





2024

	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Acima de 1 ano	Sem risco de taxa de juro	Total
Activo financeiro							
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	-	-	-	-	19 789 350	19 789 350
Disponibilidade sobre instituições de crédito	-	-	-	-	-	521 055	521 055
Aplicações em instituições de crédito	2 012 675	34 764	-	229 046	-	-	2 276 485
Activos financeiros	1 405 464	2 245 746	3 396 135	3 643 065	5 092 736	45 621	15 88 767
Empréstimos e adiantamento a clientes	15 540 006	832 706	527 258	23 223	1 115 932	2 832 556	20 871 681
Outros activos	-	-	-	-	-	3 157 204	3 157 204
Total	18 958 145	3 113 216	3 923 393	3 895 334	6 208 668	26 345 786	62 444 542
Passivo financeiro							
Recursos de instituições de crédito	8 851	-	-	-	-	727 517	1 569 261
Depósitos e contas correntes	14 411 142	8 613 577	6 012 945	2 810 176	100	15 993 45	40 240 801
Recursos consignados	-	-	-	-	-	641 169	844 363
Empréstimos obrigacionistas	34 062	56 608	90 670	1 449 173	1 157 691	-	3 341 238
Outros passivos	-	-	-	-	-	2 952 893	2 985 949
Total	14 454 055	8 670 185	6 103 615	4 259 349	1 157 791	20 315 124	48 981 612
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	4 504 090	(5 556 969)	(2 180 222)	(364 015)	5 050 877	6 030 662	5 713 998

A análise de sensibilidade constante do quadro abaixo é parte integrante dos testes de esforço relativos ao Risco de Taxa de Juro, devendo o Banco, em cada momento da sua actuação e, dependendo das condições do mercado, alterar os factores de risco a serem considerados nos referidos testes de esforço, bem como definir a magnitude dos choques que devem ser considerados, à luz das instruções emanadas na Circular n.º 05/SCO/2013 do Banco de Moçambique de 31 de Dezembro:

	Aumento/diminuição de pontos base	Impacto na Margem de Juros	Impacto nos Fundos Próprios
2025	+200 pb	(148 431)	(395 636)
	-200 pb	148 431	395 636
2024	+200 pb	(161 979)	(325 418)
	-200 pb	161 979	325 418

4.3.2 Risco de taxa de câmbio

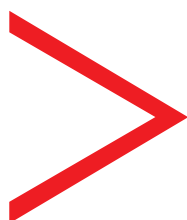
O risco da taxa de câmbio consiste na possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocadas por alterações no preço de instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira ou pela alteração da posição competitiva da Instituição devido a variações significativas das taxas de câmbio. Este risco incorpora o risco de liquidação que surge quando uma contraparte se vê impossibilitada de cumprir com os termos do contracto no prazo acordado.

As posições cambiais são monitoradas diariamente de modo a garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites regulamentares e/ou definidos internamente.

Para a medição do Risco Cambial, o Banco recolhe os dados contabilísticos relativos às operações cambiais de modo a calcular o seu nível de exposição ao risco caso existam alterações nas taxas de câmbio no mercado, reportando essa informação, no ALCO, Comité de Controlo de Risco e à Comissão de Avaliação de Riscos.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial do Banco a 31 de Dezembro:

	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activo financeiro						
Caixa e disponibilidade em Banco Central	14 018 218	2 159 499	2 251	8 651	5	16 188 624
Disponibilidade sobre instituições de crédito	3 670	330 346	2 650	133 506	9 939	480 111
Aplicações em instituições de crédito	-	2 441 522	26	109 254	22 473	2 573 275
Activos financeiros	21 845 031	557 180	-	-	-	22 402 211
Empréstimos e adiantamento a clientes	14 450 324	294 473	-	-	-	14 744 797
Outros activos	2 406 971	348 453	22 928	41 371	-	2 819 723
Total	52 724 214	6 131 473	27 855	292 782	32 417	59 208 741
Passivo financeiro						
Recursos de instituições de crédito	667 219	35	-	-	-	667 184
Depósitos e contas correntes	46 646 076	5 798 488	15 166	267 098	39 131	52 765 959
Recursos consignados	487 063	385 144	-	-	-	872 207
Empréstimos obrigacionistas	1 016 906	-	-	-	-	1 016 906
Outros passivos	1 871 949	467 676	12 764	25 619	-	2 378 008
Total	50 689 213	6 651 273	27 930	292 717	39 131	57 700 264
Exposição líquida	2 035 001	(519 800)	(75)	65	(6 714)	1 508 477



2024	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activo financeiro						
Caixa e disponibilidade em Banco Central	17 317 989	2 452 944	2 235	16 182	0	19 789 350
Disponibilidade sobre instituições de crédito	7 174	414 685	1 460	92 578	5 158	521 055
Aplicações em instituições de crédito	600 774	1 548 214	2 729	98 882	20 930	2 271 529
Activos financeiros	12 684 367	517 775	-	-	-	13 202 142
Empréstimos e adiantamento a clientes	19 670 570	1 201 111	-	-	-	20 871 681
Outros activos	2 936 829	185 341	20 221	14 813	-	3 157 204
Total	53 217 703	6 320 070	26 645	222 445	26 088	59 812 961
Passivo financeiro						
Recursos de instituições de crédito	736 201	71	-	-	96	736 368
Depósitos e contas correntes	41 263 933	6 420 346	7 853	127 003	40 481	47 841 485
Recursos consignados	625 815	15 354	-	-	-	641 169
Empréstimos obrigacionistas	2 354 732	-	-	-	-	2 354 732
Outros passivos	2 629 907	35 273	18 870	94 430	-	2 778 480
Total	47 610 588	6 471 044	26 723	221 433	22 446	54 352 234
Exposição líquida	5 607 115	(150 974)	(78)	1 022	3 642	5 460 727

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade para eventuais alterações ao câmbio em USD, mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é o mesmo que em capital próprio:

	Aumento/diminuição de pontos base	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto em capitais próprios
2025	+5%	(9 800)	(9 800)
	-5%	9 800	9 800
2024	+5%	(17 027)	(17 027)
	-5%	17 027	17 027

Os efeitos por moeda sobre os resultados, assim como sobre os capitais próprios, são determinados de forma independente, o que significa que não há nenhuma compensação económica entre eles.

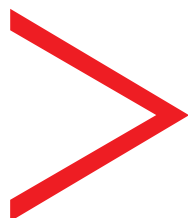
4.4. Risco Operacional

O risco operacional é definido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de erros e/ou falhas na análise, processamento ou liquidação de operações, de fraudes internas ou externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de outsourcing, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados bem como da eventual inoperacionalidade das infra-estruturas de suporte. Importa referir que a mitigação do risco operacional é uma actividade encarada e exercida por todos os níveis do Banco, dada a sua transversalidade a todos os processos, produtos, actividades e sistemas e por inerência presente em todas as unidades de estrutura do Banco, pelo que, a sua gestão é suportada por um modelo de *Governance* específico, acompanhado através de indicadores chave de risco e níveis de apetite ao risco definidos. Como medidas de mitigação, o Banco continua empenhado na implementação de actividades de controlos internos robustas e abrangentes, complementando com acções de sensibilização e formação que são desencadeadas, periodicamente com vista à disseminação de uma cultura de risco eticamente responsável onde os gestores de risco/focal points, tenham capacidade de identificar e analisar melhorias a implementar, bem como o registo e gestão de eventos ocorridos com vista a definir acções correctivas para promover e reforçar o ambiente de controlo interno.

Para o acompanhamento da evolução deste risco, existem procedimentos definidos de registo e reporte de eventos operacionais independentemente da existência ou não de perdas financeiras associadas.

Entretanto a avaliação do ambiente de controlo interno implementado, é realizada através de um exercício anual de auto-avaliação de riscos e controlos (RCSA - *Risk Control Self Assessment*) ao nível dos processos críticos do Banco cujos resultados, gaps e acções de mitigação são apreciados e aprovadas pela Gestão de Topo, que se compromete na melhoria e reforço do ambiente de controlo interno. Este exercício baseia-se no mapeamento das macro- actividades, riscos e controlos associados aos processos críticos, sendo realizado através da resposta a Questionários de Avaliação de Riscos e Controlos (Self Assessment), com o objectivo de apurar o nível de exposição do Banco aos vários riscos, tendo em consideração os controlos implementados (Risco Residual). Com o referido exercício, é obtido o grau de severidade global do risco (probabilidade e impacto) para cada processo, que permite a elaboração da matriz global de Riscos do Banco. No Moza Banco a mitigação de Risco Operacional e o reforço do Sistema de Controlo Interno, em linha com o Plano Estratégico, é realizado através do acompanhamento e da implementação de Planos de Acção identificados pelas eventuais deficiências de controlo interno ou decorrentes do Exercício de Auto-avaliação dos processos. O Banco conduz os seus esforços no sentido de mitigar os riscos com maior nível de exposição e/ou que ultrapassem o nível de apetite ao risco definido, através de uma forte estrutura governativa bem como pela implementação de um conjunto de controlos internos, que incluem uma adequada segregação de funções, controlos de acessos, autorizações e processos de reconciliação e revisão hierárquica, formação do pessoal e processos de avaliação contínuos, para além dos controlos informáticos implementados. Complementarmente existe um plano de continuidade de negócio, que permite garantir a capacidade de continuar a operar, limitando as perdas e/ou impactos negativos, em caso de uma crise ou grave interrupção de negócio. A gestão do risco operacional, é exercida a todos os níveis da Instituição, e todas as Unidades Orgânicas do Banco são chamadas a colaborar, activamente, com a Direcção de Gestão de Risco, no desenvolvimento de actividades de identificação e análise, monitoria, e controlo dos riscos. O Conselho de Administração é responsável pela aprovação e actualização das políticas internas contendo procedimentos a adoptar nos vários processos, assim como de garantir a existência das condições para um adequado ambiente de controlo interno, ajustado à dimensão, complexidade e apetite ao risco do Banco.





4.5. Gestão de Capital e Risco de Solvência

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao seu negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas, os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Neste sentido os principais objectivos da gestão de capital no Moza Banco são os seguintes:

- > Cumprir com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- > Manter uma forte e saudável notação de rácios de capital, capaz de apoiar o crescimento do negócio assim como a execução do Plano Estratégico; e
- > Apresentar uma política de continuidade, capaz de proporcionar o máximo retorno aos accionistas.

A adequabilidade de capital e a utilização do capital regulamentar são monitorados regularmente pela Administração do Banco, que avalia as metodologias implementadas e a conformidade com a regulamentação emanada pelo Banco de Moçambique. A informação requerida é apresentada mensalmente ao Banco de Moçambique, que requer que cada Banco cumpra com um rácio mínimo de solvência de capital de 12%.

O capital regulamentar do Banco é controlado pela Direcção de Gestão de Risco e é dividido em duas *tiers*:

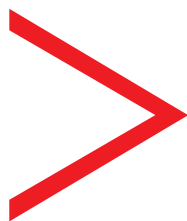
- > *Tier1* capital: capital social (líquido de quaisquer valores contabilísticos de acções próprias), resultados transitados e reservas; e
- > *Tier2* capital: dívida subordinada, provisões genéricas e ganhos não realizados de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

A ponderação do risco dos activos é mensurada através de uma hierarquia de treze riscos, classificada de acordo com a natureza e reflectindo uma estimativa de crédito, mercado e outros riscos associados a cada activo ou contraparte, tomando em consideração os colaterais elegíveis ou garantias. Um tratamento similar é adoptado para as rubricas extrapatrimoniais, com alguns ajustamentos, a fim de reflectirem uma natureza mais contingente de uma perda potencial.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Moza Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, apurado com base no recomendado pelo Banco de Moçambique, superior ao mínimo exigido e que comprova a solidez financeira do Banco.

	2025	2024
Fundos próprios de Base (Tier I Capital)		
Capital social	7 020 750	7 020 750
Reservas elegíveis e resultados transitados	(1 229 800)	2 689 742
Activos intangíveis	(589 237)	(850 546)
Imparidades do crédito de acordo com o aviso do BdM (*)	(605 187)	(3 370 920)
Reserva de justo valor	59 016	-
Fundos próprios de Base (Tier I Capital)	4 655 541	5 489 026
Montante total da participação se a mesma for superior a 10% do capital social da entidade participada		
Fundos próprios de Base (Tier I Capital) - ajustado	4 655 541	5 489 026
Fundos próprios complementares		
Outros	3 435	3 685
Outras reservas de reavaliação, pelos montantes que resultam do Artº 5 e das alíneas g) e h) do Artº 17	(44 623)	144 911
Fundos próprios complementares	(41 188)	148 595
Outros elementos a deduzir	(497 305)	(803 810)
Fundos próprios de base e complementares	4 117 049	4 833 812
Activos ponderados pelo Risco		
Na posição financeira	20 907 256	24 090 438
Fora da posição financeira	6 750 797	5 385 591
Risco operacional e de mercado	811 420	1 098 125
Total dos activos ponderados	28 469 473	30 574 154
Rácios prudenciais		
CORE TIER1 CAPITAL	20,34%	31,21%
TIER 1 CAPITAL	16,35%	17,95%
RÁCIO GLOBAL	14,46%	15,81%
Rácio de solvência requerido	13,00%	13,00%

(*) significa a diferença entre o cálculo da imparidade do crédito com base no aviso do BdM e o modelo interno.



5. Margem Financeira

A margem financeira apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	3 332 679	4 160 942
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	173 936	177 357
Juros de activos financeiros ao custo amortizado	2 012 862	1 321 562
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	451 477	648 627
	5 970 954	6 308 488
Juros e gastos similares		
Juros de recursos de clientes	2 114 121	2 603 794
Juros de passivos subordinados	276 745	423 667
Juros de recursos de Banco Central e instituições de crédito	12 620	64 728
Juros de locação	193 964	202 372
	2 597 450	3 294 561
	3 373 504	3 013 927

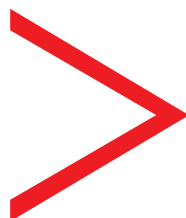
6. Serviços e comissões líquidas

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas	193 411	192 801
Por serviços bancários realizados	220 044	192 130
Outros rendimentos de serviços e comissões	504 206	506 250
	917 661	891 181
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	6 811	8 381
Por serviços bancários prestados por terceiros	52 660	42 192
VISA e Mastercard	197 802	162 145
Outros encargos com serviços e comissões	154 466	158 501
	411 739	371 219
	505 922	519 962

Tipo de serviço	Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos	Reconhecimento do rédito em conformidade a IFRS 15
Serviços bancários de retalho e empresas	<p>O Banco presta serviços bancários de retalho e empresas, incluindo a gestão de contas, concessão de créditos sob a forma de descobertos, transacções em moeda estrangeira, cartões de crédito e taxas de serviços.</p> <p>As taxas respeitantes à gestão contínua das contas são cobradas mensalmente na conta do cliente. O Banco define anualmente as taxas, separadamente, para Clientes bancários de retalho e empresas.</p> <p>As taxas aplicadas em transacções com base em comissões interbancárias, transacções em moeda estrangeira e saques a descoberto são cobradas na conta do cliente quando a transacção ocorre.</p> <p>As taxas de serviço são cobradas mensalmente e são baseadas em taxas fixas revistas anualmente pelo Banco.</p>	<p>O rédito do serviço de conta e taxas de serviço é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados.</p> <p>O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.</p>
Serviços de banca de investimento	<p>O segmento de banca de investimento do Banco fornece vários serviços relativos a finanças, incluindo administração de empréstimos e serviços de agência, administração de empréstimos sindicados, execução de transacções com Clientes com trocas e subscrição de valores mobiliários.</p> <p>As taxas de serviços em curso são cobradas anualmente no final de cada exercício na conta do cliente. No entanto, se um cliente rescindir o contrato antes de 31 de Dezembro, na rescisão será cobrada uma taxa pelos serviços executados até aquele momento.</p> <p>As taxas baseadas em transacções para administração de um empréstimo sindicados, execução de transacções e subscrição de valores mobiliários são cobradas quando a transacção ocorre.</p>	<p>O rédito de serviços de agência administrativa é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os valores a cobrar de Clientes em 31 de Dezembro são reconhecidos como contas a receber de Clientes.</p> <p>O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.</p>





7. Operações Financeiras Líquidas

As operações financeiras líquidas apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em operações cambiais	12 569 445	5 729 509
Outros ganhos em operações financeiras	15 795	5 621
	<u>12 585 240</u>	<u>5 735 130</u>
Perdas em operações financeiras		
Perdas em operações cambiais	11 948 563	5 072 021
Outras perdas em operações financeiras	16 559	1 011
	<u>11 965 122</u>	<u>5 073 032</u>
Operações financeiras líquidas	620 118	662 098

8. Imparidade do Exercício

	Nota	2025	2024
Empréstimos e adiantamentos a clientes	19	3 557 074	518 000
Activos não correntes detidos para venda	21	376 563	-
Outros activos	20	260 289	-
Activos financeiros	18	309 738	3 573
		<u>4 503 664</u>	<u>521 573</u>

Durante o exercício económico de 2025, o Banco procedeu com o reforço de imparidade, com destaque para as imparidades dos Empréstimos e adiantamento e dos Activos não correntes detidos para venda.

As imparidades dos Empréstimos e adiantamentos a clientes, o Banco efectuou o reforço das mesmas para fazer as operações de créditos que reúnem condições para o saneamento de acordo com o Aviso nº16/GBM/2013 - Regime de Provisões Regulamentares Mínimas.

Relativamente às imparidades dos Activos não correntes detidos para venda, o reforço tem como objectivo a cobertura de eventuais perdas decorrente da desvalorização do preço de mercado dos activos classificado nesta rubrica.

9. Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Vencimentos e salários	2 031 447	1 955 539
Encargos sociais obrigatórios	68 419	73 854
	<u>2 099 866</u>	<u>2 029 393</u>

Colaboradores

Em 31 de Dezembro, o número de colaboradores efectivos apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Serviços Centrais	533	546
Área Comercial	416	425
	<u>949</u>	<u>971</u>

10. Outros Gastos Operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Comunicações	112 965	117 343
Honorários profissionais	333 494	308 574
Consumíveis	39 358	42 144
Manutenção e serviços relacionados	359 657	319 026
Despesas de marketing	13 080	29 776
Rendas e alugueres	30 993	23 304
Água, energia e combustíveis	84 535	88 513
Despesas de deslocação e representação	16 880	20 333
Despesas de formação	4 197	21 700
Reversão de proveitos de exercícios anteriores	274 549	173 862
Donativos e quotizações	5 801	21 668
Seguros	15 122	15 728
Taxas	13 524	9 518
Outros	67 975	84 603
	<u>1 372 130</u>	<u>1 276 092</u>

11. Outros Ganhos Operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Serviços prestados	36 947	50 428
Outros ganhos	674 481	237 461
	<u>711 428</u>	<u>287 889</u>

Durante o exercício económico de 2025 os Outros ganhos operacionais apresentam um aumento significativo de 423 539 milhares de meticais, face ao ano transacto, resultante da recuperação de créditos anteriormente abatidos ao activo

12. Provisões do Exercício

A rubrica de Provisões apresenta-se como se segue:

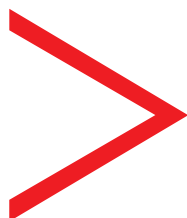
	2025	2024
Provisões para Garantias e Compromissos Assumidos	7 710	70 243
Processos Compensação	4 698	19 000
Provisão de Imposto	39 878	(34 949)
Provisões Judiciais	2 027	1 186
Provisões de Devolução de Comissões	27 940	-
Provisões Diversas	23 188	(12 513)
	<u>105 441</u>	<u>42 967</u>

Durante o exercício económico de 2025, o Banco procedeu ao reforço de provisões no montante total de 105 441 milhares de meticais, com vista a fazer face a eventuais perdas e responsabilidades contingentes. Destacam-se, neste âmbito, as provisões constituídas para pagamento de imposto adicional e para devolução de comissões a clientes.

A provisão para pagamento de imposto, no valor de 39 878 milhares de meticais, foi constituída com o objectivo de acautelar eventuais responsabilidades fiscais adicionais que possam resultar do processo de inspecção tributária em curso, relativo aos exercícios fiscais de 2019 a 2023.

No que respeita às provisões para devolução de comissões, estas visam assegurar a cobertura de eventuais reembolsos a clientes, no contexto do processo de avaliação e revisão das comissões praticadas pelo Banco, em alinhamento com as orientações e práticas do regulador do sistema financeiro moçambicano.

Relativamente à rubrica de provisões diversas, a mesma integra, essencialmente, provisões associadas a diferenças apuradas em ATM e a regularizações de saldos em aberto relacionados com dívidas de colaboradores.



13. Imposto Sobre Rendimento

	2025	2024
IRPC - Juros de Bilhetes de Tesouro	420 284	246 112
IRPC - Juros de Obrigações de Tesouro	89 202	142 320
IRPC - Juros de Permutas de Liquidez e Outros	533	5 344
	510 019	393 776

O valor do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) refere-se ao imposto retido na fonte, a título definitivo, sobre os juros provenientes de aplicações em Bilhetes do Tesouro (BT), Obrigações do Tesouro (OT) e outras aplicações realizadas no Mercado Monetário Interbancário (MMI).

O incremento do imposto retido, no montante de 116 243 milhares de meticais, no exercício económico de 2025, resulta essencialmente do aumento significativo dos juros provenientes de Bilhetes do Tesouro, que registaram um crescimento de 870 880 milhares de meticais, reforçando a estratégia prudente do Moza de aplicação do excedente de liquidez em instrumentos de rendimento fixo.

A reconciliação da taxa efectiva de imposto para 31 de Dezembro 2025 apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Resultado antes de impostos	(3 409 523)	289 955
Correcções fiscais		
Reintegrações e amortizações não aceites	96 624	20 423
Provisões ou perdas por imparidade não dedutíveis	589 928	51 542
Donativos não previstos	3 137	19 080
Outros acréscimos	475 400	419 966
Reposições de provisões tributárias	-	(51 754)
Juros sobre BT, OT e permutas de liquidez	(2 603 773)	(2 113 292)
Outras deduções	(57 284)	(46 079)
Prejuízos fiscais	(4 905 491)	(1 410 159)
Imposto corrente (32%)	-	-
Prejuízo fiscal a reportar	(4 905 491)	(1 410 159)
Imposto retido sobre juros de BT, OT e permutas de liquidez	510 019	393 776

O Banco optou por não reconhecer um imposto diferido sobre os prejuízos reportados, no entanto, de acordo com a legislação fiscal, o prejuízo fiscal pode ser utilizado durante 5 exercícios económicos subsequentes. Abaixo é apresentado a distribuição da utilização dos prejuízos fiscais ao longo dos anos.

Descrição	(em milhares de Meticais)				
	2021	2022	2023	2024	2025
Prejuízo fiscal do período	2 191 816	1 015 535	1 051 010	1 410 159	4 794 915
Datas de maturidade de prejuízos fiscais	2026	2027	2028	2029	2030

14. Resultados por Acção

Resultados por acção básicos e diluídos

O cálculo dos resultados por acção básicos e diluídos, baseia-se no prejuízo atribuído aos accionistas ordinários do Banco no valor de 3 919 542 milhares de Meticais negativos (2024: Prejuízo do período: 103 821 milhares de Meticais), e o número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até 31 de Dezembro de 2025 é de 1 385 408, calculado como se segue:

	2025	2024
Lucro atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias		
Resultado líquido	(3 919 542)	(103 821)
Número médio ponderado de acções ordinárias	1 385 408	1 385 408
Resultados por acção		
Básicos	(2,83)	0,07
Diluídos	(2,83)	0,07

15. Caixa e Disponibilidades no Banco Central

Caixa e disponibilidades no Banco Central apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Caixa	997 188	537 421
Disponibilidades no Banco Central	37 756	1 128 534
Reservas obrigatórias	15 153 680	18 123 395
	16 188 624	19 789 350

No exercício económico de 2025, a rubrica de Caixa e disponibilidades no Banco Central registaram uma redução de 3.600.726 milhares de meticais, explicado essencialmente pela diminuição de reservas obrigatórias em 2 969 715 milhares de meticais, em resultado da revisão em baixa da taxa de reservas obrigatórias, de 39% para 29%, não obstante o aumento verificado no volume de depósitos no mesmo período.

16. Disponibilidades sobre Instituições de Crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Disponibilidades em Bancos Nacionais	3 669	7 177
Disponibilidades em Bancos Estrangeiros	476 442	513 878
	480 111	521 055

17. Aplicações em Instituições de Crédito

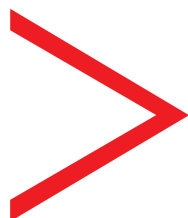
As aplicações em instituições de crédito apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Aplicações em Bancos Centrais	-	600 419
Aplicações em Outras instituições de crédito	2 573 275	1 671 110
	2 573 275	2 271 529

As aplicações em instituições de crédito por maturidade apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Até 3 meses	2 345 667	2 047 844
3 meses a 1 ano	227 608	223 685
	2 573 275	2 271 529





18. Activos Financeiros

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025			2024		
	Custo amortizado	Através de outro rendimento integral	Através de lucros ou prejuizos	Custo amortizado	Através de outro rendimento integral	Através de lucros ou prejuizos
Bilhetes de Tesouro	18 926 585	-	-	9 002 311	-	-
Obrigações de Tesouro	-	2 729 854	-	-	3 473 577	-
Obrigações Corporativas						
BAYPORT 2020-2025	-	41 851	-	-	43 497	-
BAYPORT 2021-2025	-	19 556	-	-	56 099	-
Visabeira 2020-2026	-	12 557	-	-	63 253	-
MOZ BOND	-	557 180	-	-	517 783	-
Acções						
Emose 2013 e Outras participações	-	-	101 973	-	-	32 967
SIMO	-	-	12 655	-	-	12 655
Total	18 926 585	3 360 998	114 628	9 002 311	4 154 209	45 622
			22 402 211			13 202 142

A rubrica de activos financeiros registou um incremento de 71% face ao ano transacto, explicado pelo aumento das aplicações em Bilhetes de Tesouro reforçando a estratégia prudente em aplicar o excedente de liquidez em instrumento de rendimento fixo.

Em termos de maturidade residual a 31 de Dezembro de 2025, a carteira de Bilhetes de Tesouro, apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Maturidade de 1 mês	2 598 926	1 391 423
Maturidade superior a 1 mês < 6 meses	12 136 448	4 854 459
Maturidade superior a 6 meses < 12 meses	4 191 211	2 756 429
Total	18 926 585	9 002 311

A 31 de Dezembro de 2025, a carteira de Obrigações de Tesouro, apresenta-se como se segue:

Carteira de Obrigações de Tesouro

	2025	2024
Obrigações de Tesouro		
Obrigações de Tesouro 2021-3ª série	-	93 945
Obrigações de Tesouro 2021-3ª série	-	114 822
Obrigações de Tesouro 2021-4ª série	-	103 412
Obrigações de Tesouro 2021-5ª série	132 460	131 937
Obrigações de Tesouro 2021-8ª série	-	164 294
Obrigações de Tesouro 2021-11ª série	100 076	109 672
Obrigações de Tesouro 2022-11ª série	38 532	848 605
Obrigações de Tesouro 2023- 2ª série	29 804	29 211
Obrigações de Tesouro 2023- 2ª série (*)	266 116	306 685
Obrigações de Tesouro 2023- 3ª série	991	1 004
Obrigações de Tesouro 2023- 4ª série	6 423	6 476
Obrigações de Tesouro 2023- 9ª série	1 396 757	1 549 248
Obrigações de Tesouro 2024- 4ª série	102 991	14 266
Obrigações de Tesouro 2025- 7ª série	655 704	-
Total	2 729 854	3 473 577

Os movimentos de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2025 apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Saldo inicial	9 002 311	8 571 040
Aquisições	22 894 028	9 939 691
Acréscimo de juros	1 971 598	2 460 309
Alienações/reembolso	(14 941 352)	(11 968 729)
Saldo final	18 926 585	9 002 311

Os movimentos das imparidades dos activos financeiros em 31 de Dezembro de 2025 apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Saldo inicial	67 178	63 605
Reforço	331 777	7 641
Reversão	(22 038)	(4 068)
Regularização	-	1
Saldo final	376 917	67 178

Em 31 de Dezembro de 2025, as imparidades do exercício apresentaram um reforço de 309 738 milhares de Meticais (2024: reforço de 3 573 milhares de Meticais), em resultado da depreciação do preço de títulos com destaque para as Obrigações de Tesouro.

18.1 Obrigações de Tesouro

Obrigações do Tesouro 2021 – 3ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 23 de Março de 2021 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,25%. Durante o ano de 2025, houve vencimento da Obrigação de Tesouro.

Obrigações do Tesouro 2021 – 4ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 20 de Abril de 2021 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes oito cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,0%. Durante o ano de 2025, houve vencimento da Obrigação de Tesouro.

Obrigações do Tesouro 2021 – 5ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 08 de Junho de 2021 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,25% nos primeiros dois cupões e os restantes oito cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,75%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2025 era de 132 460 milhares de Meticais.

Obrigações do Tesouro 2021 – 8ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 21 de Setembro de 2021 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,75%. Durante o ano de 2025, houve vencimento da Obrigação de Tesouro.

Obrigações do Tesouro 2021 – 11ª série

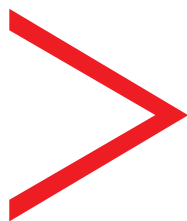
Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de dez anos e foram emitidas a 30 de Dezembro de 2021 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 2,5625% apenas para o primeiro cupão e os restantes dezanove cupões à taxa de inflação média 12 meses de Maputo, acrescido de uma margem percentual de 0,50%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2025 era de 100 076 milhares de Meticais.

Obrigações do Tesouro 2022 – 11ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 28 de Dezembro de 2022 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 17,50% nos primeiros quatro cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,00%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2025 era de 38 532 milhares de Meticais.

Obrigações do Tesouro 2023 – 2ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 08 de Março de 2023 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 19,00% nos primeiros quatro cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,75%.



O valor líquido a 31 de Dezembro de 2025 era de 295 921 milhares de Meticais.

Obrigações do Tesouro 2023 – 3ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 12 de Abril de 2023 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 19,00% nos primeiros quatro cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,75%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2025 era de 991 milhares de Meticais.

Obrigações do Tesouro 2023 – 4ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 10 de Maio de 2023 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 19,00% nos primeiros quatro cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,75%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2025 era de 6 423 milhares de Meticais.

Obrigações do Tesouro 2023 – 9ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de seis anos e foram emitidas a 10 de Outubro de 2023 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 18,00% nos primeiros quatro cupões e os restantes oito cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos de 364 dias, acrescido de uma margem percentual de 2,00% com reembolso de capital em quatro prestações anuais iguais a partir de 2026. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2025 era de 1 396 757 milhares de Meticais.

Obrigações do Tesouro 2024 – 4ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 03 de Abril de 2024 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 17,00% nos primeiros quatro cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,25% com reembolso de capital em quatro prestações anuais iguais a partir de 2029. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2025 era de 102 991 milhares de Meticais.

Obrigações do Tesouro 2025 – 7ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 26 de Dezembro de 2025 com valor nominal de 100 Meticais cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro nominal de 13,50% com reembolso de capital em cinco prestações de capital igual montante a realizar nas datas de pagamentos de juros, sendo a primeira no dia 27 de Dezembro de 2028 e a última no dia 27 de Dezembro de 2030. Cada reembolso será efectuado por redução do valor nominal dos títulos. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2025 era de 655 702 milhares de Meticais.

18.2 Obrigações Corporativas

Visabeira 2020 - 2026

Estas obrigações apresentam uma maturidade de seis anos, tendo sido emitidas pela Visabeira Moçambique em 23 de Março de 2020, com um montante nominal de 100 Meticais por obrigação. O montante total do empréstimo obrigacionista foi de 250 000 000 Meticais sendo o Moza Banco o único tomador firme e integral do empréstimo, mantendo a totalidade do mesmo em carteira própria. O presente empréstimo obrigacionista está sujeito a um período de carência de capital de doze meses, cujo reembolso será efectuado em 20 prestações trimestrais iguais e postecipadas a contar da data após período de carência, e os juros são pagos também numa base trimestral a uma taxa variável anual indexada à PRSF - 2,00% (*spread*) para o restante período de vigência do empréstimo. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2025 era de 12 557 milhares de Meticais.

Bayport 2020 – 2025 - 2ª série

Estas obrigações apresentam uma maturidade de cinco anos, tendo sido emitidas pela Bayport Financial Services Moçambique em 27 de Março de 2020, com um montante nominal de 100 Meticais por obrigação. O montante total do empréstimo obrigacionista foi de 511 000 000 Meticais sendo que o Moza Banco adquiriu para carteira própria 40 199 400 Meticais. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 18,00% no primeiro cupão e os restantes cupões a uma taxa variável indexada à média ponderada das seis últimas emissões de bilhetes de tesouro com maturidades acima de 360 dias + 6,00% (*spread*). O valor líquido a 31 de Dezembro de 2025 era de 41 851 milhares de Meticais.

Bayport 2021 – 2025 - 3ª série

Estas obrigações apresentam uma maturidade de quatro anos, tendo sido emitidas pela Bayport Financial Services Moçambique em 27 de Julho de 2021, com um montante nominal de 100 Meticais por obrigação. O montante total do empréstimo obrigacionista foi de 483 000 000 Meticais sendo que o Moza Banco adquiriu para carteira própria 52 035 000 Meticais. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 18,00% no primeiro cupão e os restantes cupões à uma taxa variável indexada à médias ponderadas das seis últimas emissões de bilhetes de tesouro com maturidades acima de 360 dias + 4,50% (*spread*). O valor líquido a 31 de Dezembro de 2025 era de 19 556 milhares de Meticais.

Moz Bond 2019 - 2031

Estas obrigações apresentam uma maturidade de doze anos, tendo sido emitidas novas obrigações em 30 de Outubro de 2019, com um valor nominal de USD 1 000 por obrigação. Este empréstimo rende juros a uma taxa fixa anual de 5% sendo os cupões pagos numa base semestral. A responsabilidade com este empréstimo está integralmente coberta por uma garantia emitida pelo Ministério das Finanças da República de Moçambique.

18.3 Acções e Outros Títulos de Rendimento Variável

Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE) e outras participações

O número de acções detidas na EMOSE (2 185 500) representa 0.74% do capital social e cada acção tem o valor nominal de 1 Metical e representa o mesmo direito de voto em relação ao restante do capital social.

Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)

O saldo da SIMO é relativo ao valor das acções detidas pelo Banco na Sociedade Interbancária de Moçambique, uma instituição financeira detida maioritariamente pelo Banco de Moçambique e com participação social dos bancos comerciais. A SIMO tem como missão enquanto entidade financeira a provisão de acesso aos serviços bancários dos seus sócios, nomeadamente, através de infra-estruturas próprias de ATM´s e POS.

Cervejas de Moçambique (CDM)

O saldo da CDM é relativo ao valor das acções detidas pelo Banco na Cerveja de Moçambique, correspondente a 960 157 acções cujo valor contabilístico é de 67 162 milhares de meticais.

Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB)

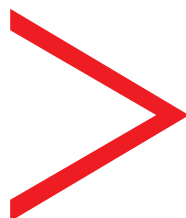
O saldo da HCB é relativo ao valor das acções detidas pelo Banco na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, correspondente a 78 934 acções cujo valor contabilístico é de 986 milhares de meticais.

19. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Empresas	10 118 048	15 054 113
Particulares	5 889 468	7 325 223
	<u>16 007 516</u>	<u>22 379 336</u>
Juros especializados e comissões	270 450	381 628
	<u>16 277 966</u>	<u>22 760 964</u>
Perdas esperadas de crédito	(1 533 169)	(1 889 283)
	<u>14 744 797</u>	<u>20 871 681</u>





Empréstimos e adiantamento por segmento

Os empréstimos e adiantamento por segmento analisam-se como se segue:

	2025	2024
<i>Corporate</i>	4 304 301	5 683 449
Retalho -Empresas	3 434 740	6 663 321
<i>Private</i>	256 591	441 588
Institucional	4 260	6 989
Instituição Pública	2 602 338	3 014 022
Retalho -Particulares	5 675 736	6 951 595
	16 277 966	22 760 964
Perdas esperadas de crédito	(1 533 169)	(1 889 283)
	14 744 797	20 871 681

A análise da concentração do risco por indústria apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Governamental	140 901	218 387
Retalho	2 546 852	4 537 390
Construção civil	884 987	1 200 969
Indústria transformadora	142 426	403 698
Particulares	5 631 739	6 958 534
Serviços	2 065 109	2 922 381
Transportes e comunicações	2 424 107	2 988 295
Outros	908 676	1 642 027
	14 744 797	20 871 681

Empréstimos e adiantamentos brutos por moeda

Os empréstimos e adiantamentos brutos por moeda analisam-se como se segue:

	2025	2024
Moeda Nacional	15 982 623	21 469 577
Moeda Estrangeira	295 342	1 291 387
	16 277 965	22 760 964

Os empréstimos e adiantamento por estágio analisam-se como se segue:

	2025	2024
Estágio 1	8 198 159	9 612 835
Estágio 2	1 795 791	2 367 798
Estágio 3	4 750 847	8 974 392
	14 744 797	20 871 681

A maturidade dos empréstimos e adiantamentos brutos apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Até 3 meses	1 776 844	3 906 882
De 3 meses a 1 ano	2 165 383	2 179 428
De 1 ano a 5 anos	8 483 236	10 418 721
Mais de 5 anos	3 852 502	6 255 933
	16 277 965	22 760 964

Imparidade de crédito

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

2025	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Valor
Saldo Inicial	134 141	83 344	1 671 798	1 889 283
Reforço	40 601	57 235	3 741 068	3 838 904
Reversão	(71 740)	(45 483)	(190 116)	(307 339)
Transferência	(7 676)	(19 351)	27 027	-
Utilização	(1 117)	(10 486)	(3 876 077)	(3 887 680)
	94 209	65 259	1 373 700	1 533 168

As utilizações de imparidade de créditos ocorridas no exercício económico de 2025, resultam de *write-off* de crédito com imparidade constituída a 100% da exposição de crédito em linha com o artigo nº11 do Aviso 16/GBM/2013.

2024	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Valor
Saldo Inicial	120 369	106 844	1 620 712	1 847 925
Reforço	79 846	60 823	646 106	786 775
Reversão	(51 767)	(53 726)	(163 282)	(268 775)
Transferência	(14 307)	(30 597)	44 904	-
Utilizações	-	-	(476 642)	(476 642)
	134 141	83 344	1 671 798	1 889 283

20. Outros Activos

Os outros activos apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Outros recebimentos	931 038	900 348
Acréscimos e diferimentos	367 414	414 148
Inventários	14 490	9 584
Activos recuperáveis*	1 772 127	1 838 181
	3 085 069	3 162 261
Imparidade de outros activos	(265 346)	(5 057)
	2 819 723	3 157 204

A variação registada na rubrica de outros activos no valor de 262 milhares de meticais deve-se essencialmente ao reforço de imparidade no montante de 185 milhares de meticais.

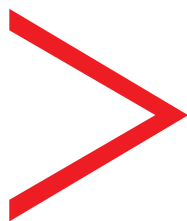
O detalhe da rubrica "Activos recuperáveis" apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Edifício Fabril	481 576	1 367 067
Edifício Multifuncional	877 422	287 163
Habituação	327 166	177 951
Edifício Comercial	85 963	6 000
	1 772 127	1 838 181

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Saldo inicial	(5 057)	(5 057)
Reforço	(184 789)	-
Activos Recuperáveis	(43 836)	-
Adiantamento de Rendas	(3 705)	-
Contas a Receber MITADER	(137 248)	-
Reversão	-	-
Saldo final	(189 846)	(5 057)

O reforço de imparidade de outros Activos, no montante de 184 789 milhares de meticais, registado no exercício económico de 2025, resulta da constituição de imparidades relativas a contas a receber do MITADER, decorrentes da extensão do prazo de recebimento dos respectivos valores, bem como do reconhecimento de imparidades associadas a activos recuperáveis provenientes de reembolsos de crédito, em resultado da desvalorização do preço de mercado de alguns imóveis.



21. Activos não Correntes Detidos para Venda

O movimento dos activos não correntes detidos para venda apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Imóveis executados	1 812 686	1 069 023
Imparidades	(511 409)	(233 389)
	1 301 277	835 634

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Saldo inicial	1 069 023	995 911
Aumentos	914 756	143 198
Diminuições	(171 094)	(70 086)
Sub-Total	1 812 686	1 069 023
Imparidades	(511 409)	(233 389)
Saldo Final	1 301 277	835 634

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Saldo Inicial	(264 064)	(301 545)
Reforço	(345 888)	(19 083)
Reversão	-	-
Utilização	98 543	56 564
Saldo final	(511 409)	(264 064)

O Banco utilizou a imparidade no valor de 98 543 milhares de Meticais no processo de alienação de imóveis.

22. Propriedades de Investimento

O movimento desta rubrica é o seguinte:

	Valor
Custo	
01 de Janeiro de 2024	264 952
31 de Dezembro de 2024	264 952
31 de Dezembro de 2025	264 952
Amortização	
01 de Janeiro de 2024	32 673
Aumento	5 183
31 de Dezembro de 2024	37 856
Aumento	5 183
31 de Dezembro de 2025	43 039
Quantia escriturada	
01 de Janeiro de 2024	232 279
31 de Dezembro de 2024	227 096
31 de Dezembro de 2025	221 913

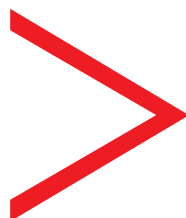
A 31 de Dezembro de 2025, o justo valor das Propriedades de Investimento era de 202 672 milhares de Meticais, distribuído em 4 (quatro) imóveis localizados na cidade e província de Maputo.

O justo valor destes activos foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes, devidamente qualificados e com experiência relevante no mercado imobiliário local. As avaliações foram efectuadas com referência a transacções comparáveis de mercado e outras técnicas de avaliação apropriadas.

O justo valor das propriedades de investimento encontra-se classificado no Nível 3 da hierarquia de justo valor, conforme definido pela IFRS 13, dado que a avaliação incorpora *inputs* não observáveis no mercado.

Durante o exercício de 2025, o Banco reconheceu perdas por imparidade no montante de 46 343 milhares de Meticais, reflectindo a revisão das estimativas do valor recuperável desses activos.





23. Activos Tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

Custos	Edifícios arrendados	Equipamentos	Investimentos em curso	Activo de direito de uso	Outros	Total
01 de Janeiro de 2024	1 138 557	1 543 664	441 079	2 616 194	2 597	5 742 091
Aumento	-	35 278	140 845	215 146	-	391 269
Abate	-	(154 864)	-	-	-	(154 864)
Transferências	-	60 633	(60 633)	-	-	-
31 de Dezembro de 2024	1 138 557	1 484 711	521 291	2 831 340	2 597	5 978 496
Aumento	6 190	57 727	-	125 919	-	189 836
Abate	(43 717)	(9 325)	(11 294)	(84 330)	-	(148 666)
Transferências	24 522	394 859	(419 381)	-	-	-
Regularizações	-	-	123 629	-	-	123 629
31 de Dezembro de 2025	1 125 552	1 927 972	214 245	2 872 929	2 597	6 143 295
Amortização						
01 de Janeiro de 2024	908 938	1 336 650	20	1 205 452	-	3 451 060
Aumento	45 488	74 946	-	241 122	-	361 556
Abate	-	(137 168)	-	-	-	(137 168)
Regularizações	-	-	-	1 539	-	1 539
31 de Dezembro de 2024	954 426	1 274 428	20	1 448 113	-	3 676 987
Aumento	30 675	184 982	-	226 228	-	441 885
Abate	(41 556)	(5 058)	-	(32 596)	-	(79 210)
31 de Dezembro de 2025	943 545	1 454 352	20	1 641 745	-	4 039 662
Quantia escriturada						
01 de Janeiro de 2024	229 619	207 014	441 059	1 410 742	2 597	2 291 031
31 de Dezembro de 2024	184 131	210 283	521 271	1 383 227	2 597	2 301 509
31 de Dezembro de 2025	182 007	473 620	214 225	1 231 184	2 597	2 103 633

Do total da rubrica dos activos tangíveis, excluindo activos de direito de uso, o valor bruto dos activos totalmente depreciados corresponde a 1 958 324 milhares de meticais.

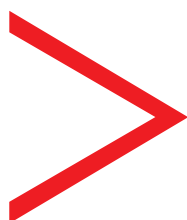
Relativamente ao montante das regularizações reflectidas no activo tangível bruto, o mesmo resulta, essencialmente, da reclassificação de determinados itens anteriormente registados na rubrica de activos intangíveis, bem como de ajustamentos relacionados durante o exercício.

24. Activos Intangíveis

O movimento dos activos intangíveis é o seguinte:

Custos	Software	Investimentos em curso	Total
01 de Janeiro de 2024	1 046 880	160 614	1 207 494
Aumento	1 183	576 909	578 092
Transferência	4 151	(4 151)	-
31 de Dezembro de 2024	1 052 214	733 372	1 785 586
Aumento	103 269	(34 930)	68 339
Transferência	196 140	(196 140)	-
Regularizações	-	(237 321)	(237 321)
31 de Dezembro de 2025	1 351 623	264 981	1 616 604
Amortização			
01 de Janeiro de 2024	890 026	-	890 026
Aumento	43 091	-	43 091
31 de Dezembro de 2024	933 117	-	933 117
Aumento	92 326	-	92 326
31 de Dezembro de 2025	1 025 443	-	1 025 443
Quantia escriturada			
01 de Janeiro de 2024	156 854	160 614	317 468
31 de Dezembro de 2024	119 097	733 372	852 469
31 de Dezembro de 2025	326 180	264 981	591 161

Do total da rubrica dos activos intangíveis, excluindo activos de direito de uso, o valor bruto dos activos totalmente depreciados corresponde a 892 036 milhares de meticais.



25. Impostos Correntes

Os activos por impostos correntes apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Pagamento por conta de IRPC	38 565	38 465
Retenção na fonte de IRPC	511 454	604 279
	550 019	642 744

A retenção na fonte do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) no valor de 511 454 milhares de meticais, é referente a retenção na fonte, o qual apresenta a natureza de imposto por conta, nos termos do nº03, do artigo 67º do Código do IRPC.

26. Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem as diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Impostos Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), IRPC (Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas) e IVA (Imposto Sobre o Valor Acrescentado), eventuais correcções à matéria colectável.

O Banco tem estado a apresentar prejuizos fiscais os quais, em sede do Código do Imposto Sobre Rendimento, conferem direito de dedução nos resultados fiscais positivos futuros até ao limite máximo de 5 anos. À luz de Norma Internacional de Contabilidade 12, estes prejuizos conferem direito ao reconhecimento de Activos por Imposto Diferido por contrapartida de resultados do exercício, podendo ser utilizados para fazer face às obrigações fiscais futuras do Banco em caso de lucros.

O plano de negócios do Banco demonstra o alcance de resultados positivos nos exercícios subsequentes, contudo, a Administração optou por reconhecer parcialmente nas demonstrações financeiras de 2025 o direito da sua recuperação nos próximos cinco anos através do registo do activo por imposto diferido.

A Administração acredita ainda ter cumprido com todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito.

A rubrica de impostos apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Activo por Imposto Diferido		
Imposto Diferido sobre Resultados	95 000	95 000
	95 000	95 000
Passivo por Imposto Diferido		
Impostos Diferidos sobre Reserva de Justo Valor	6 773	65 788
	6 773	65 788

Os movimentos nos impostos diferidos do Banco apresentam-se como se segue:

	01.01.2025	Demonstração de resultados		Capital próprio		31.12.2025
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Activos por impostos diferidos						
Prejuizos Fiscais	95 000	-	-	-	-	95 000
Activos por Impostos diferidos sobre reserva de justo valor	-	-	-	-	-	-
	95 000	-	-	-	-	95 000
Passivos por impostos diferidos						
Activos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Passivo por Impostos diferidos sobre reserva de justo valor	65 788	-	-	(59 015)	-	6 773
	65 788	-	-	(59 015)	-	6 773
					6 773	

27. Recursos de Instituições de Crédito

Os Recursos de Instituições de Crédito incluindo o Banco de Moçambique apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Depósito à ordem	657 695	724 026
Depósitos a prazo	9 489	12 342
	667 184	736 368

A maturidade dos Recursos de Instituições de Crédito incluindo o Banco de Moçambique apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Até 3 meses	657 695	724 026
De 3 meses a 1 ano	9 489	12 342
	667 184	736 368

28. Depósitos e Contas Correntes

Os depósitos e contas correntes apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Depósito à ordem	30 129 065	25 497 518
Depósitos à prazo	22 636 894	22 343 967
	52 765 959	47 841 485

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresenta-se como se segue:

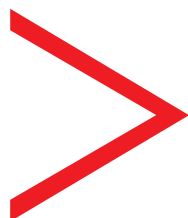
	2025	2024
À ordem	30 129 065	25 497 518
Até 3 meses	14 881 488	13 511 608
De 3 meses a 1 ano	7 755 406	8 832 359
	52 765 959	47 841 485

29. Recursos Consignados

Os recursos consignados apresentam-se como se segue:

	2025	2024
i) Ministério da Indústria (PRSP)	1 708	1 708
ii) FSA - Kuwait Fund	270 740	216 487
iii) IFAD	36 725	269 826
iv) Fundo de Fomento Agrário	79 738	97 199
v) FNDS	24 863	1 113
Juros	458 433	54 836
	872 207	641 169





i) Foi celebrado um acordo com o Ministério da Indústria e Comércio de acesso aos fundos concedidos pelo Governo italiano, sob a forma de um fundo de garantia designado (PRSP - Programa de Relançamento do Sector Privado) destinado a apoiar actividades do sector privado directamente afectadas por desastres naturais que ocorreram em 2000/2001. O fundo foi disponibilizado em 31 de Março de 2015, pelo montante de 120 Milhões de Meticais, pelo período de 5 anos, sendo que as operações abrangidas têm uma taxa fixa de 10,00% ao ano;

ii) No dia 30 de Maio de 2012, o Banco rubricou um acordo com o governo da República de Moçambique e o Kuwait Fund for Arab Economic Development, no âmbito do qual assume a gestão de um fundo destinado a financiar a agricultura e micro-negócios de produção de alimentos e serviços relacionados, sem prazo de reembolso definido.

iii) Em Abril de 2022, foi celebrado um Contrato de Gestão de Fundos entre o Moza Banco e o Projecto de Financiamento a Empreendimentos Rurais - REFP. Os referidos fundos, fazem parte de um Financiamento que o Governo de Moçambique recebeu do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) para custear as actividades de implementação do Projecto de Financiamento de Empreendimentos Rurais (REFP), Componente 1 (linha de crédito e linha de subvenção). O valor desta componente foi inicialmente definido em aproximadamente USD 30 Milhões cujos desembolsos ocorrem mediante solicitação do Moza Banco em função do Pipeline existente. A linha tinha como prazo de vencimento o dia 30 de Setembro de 2024. No entanto, os financiamentos concedidos, permanecem vigentes até a maturidade em função das datas de desembolsos de cada operação de crédito.

iv) Em Abril de 2022, foi celebrado um Contrato de Gestão de Fundos entre o Moza Banco e o Fundo de Fomento Agrário e Extensão Rural - FAR, FP Delegação Provincial de Manica, com objectivo de estabelecer uma parceria para garantir o fortalecimento das Cadeias de Valor com participação de Homens, Mulheres e Jovens através de Subvenções nas províncias de Manica e Sofala. O valor inicial do fundo é de MZN 204 480 milhares de Meticais, destinado exclusivamente à Componente de Subvenções e com um contrato válido até 31 de Dezembro de 2026.

Em Julho de 2023, foi celebrado um Contrato de gestão de fundos entre o Moza Banco e o Fundo de Fomento Agrário e Extensão Rural, FP (FAR, FP) com o objectivo de estabelecer uma parceria para garantir o fortalecimento das Cadeias de Valor de Cereais, Frutas e Hortícolas nas Províncias de Maputo, Gaza e Inhambane. O valor inicial do fundo é de 100 000 milhares de MZN e tem o seu término a 31 de Dezembro 2028.

v) Em Julho de 2020, foi celebrado um Protocolo de Parceria Técnica Financeira sobre o Fomento e Financiamento de Projectos de Desenvolvimento Rural integrados em Moçambique entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) e o Moza Banco. Este acordo, tem como objectivo a gestão por parte do Banco de uma linha de financiamento do programa denominado SUSTENTA composto por uma componente de Grant no valor de 272 002 milhares de Meticais e outra de crédito no valor de MZN 901 214 milhares de Meticais;

Os recursos consignados em função dos elementos que afectam o fluxo de caixa monetário e não monetário, apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Saldo Inicial	641 169	745 008
Alterações monetária	285 261	(49 616)
Alterações não monetária	(54 223)	- 54 223
Saldo final	872 207	641 169

30. Provisões

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Provisões para Garantias e Compromissos Assumidos	143 126	135 416
Provisões Judiciais	34 865	34 301
Outras provisões	312 204	227 170
	490 195	396 887

O movimento das provisões para garantias e compromissos assumidos durante o exercício apresenta-se como se segue:

Descrição	2025	2024
Exposições em extrapatrimonial		
Saldo Inicial	135 416	205 659
Reforço	85 973	88 888
Reversão	(78 263)	(159 131)
	143 126	135 416

Durante o exercício económico de 2025, as provisões do exercício para as garantias e compromissos assumidos, fixaram-se em 7 710 milhares de Meticais, em resultado de um reforço no valor de 85 973 milhares de Meticais e reversão no montante de 78 263 milhares de Meticais.

O movimento das provisões judiciais e de processos de compensação apresenta-se como se segue:

Descrição	2025	2024
Processos Compensação		
Saldo Inicial	176 621	65 000
Reforço	-	130 621
Reversão	-	(19 000)
Sub-total	176 621	176 621

Processos Judiciais	2025	2024
Saldo Inicial	34 301	37 171
Reforço	4 532	-
Reversão	(2 806)	(1 569)
Regularização	(1 162)	(1 301)
Sub-total	34 865	34 301

Outras provisões	2025	2024
Saldo Inicial	50 549	2 704
Reforço	96 004	47 845
Provisão para Contingências Fiscais	39 878	34 950
Provisão para Reembolso de Comissões	27 940	-
Provisões para Valores a Receber	11 619	-
Outras Provisões	16 567	12 895
Utilização	(10 970)	-
Provisão pra diferenças ATM	(10 970)	-
Sub-total	135 583	50 549
TOTAL	347 069	261 471

Provisões para Contingências Fiscais

A provisão para contingências fiscais é referente ao processo de inspecção tributária em curso, no entanto, de forma prudente o Banco constituiu a provisão referente a 50% do valor do imposto adicional requerido pela Administração Tributária no montante acumulado de 74 828 milhares de meticais.

Provisão para Reembolso de Comissões

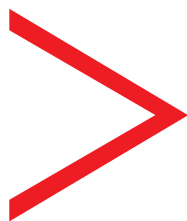
A provisão para reembolso de comissões foi constituída com o objectivo de cobrir eventuais perdas decorrentes do reembolso de comissões. Contudo, o processo de análise e identificação de possíveis comissões a serem reembolsadas ainda não se encontra concluído. Não obstante, por prudência, o Banco constituiu uma provisão no montante de 27 940 milhares de meticais.

31. Outros Passivos

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Contas a pagar	303 054	658 652
Acréscimo de gastos	260 931	153 621
Rendimentos diferidos	69 326	63 109
Passivos sobre direito de uso	1 744 697	1 903 098
	2 378 008	2 778 480

A variação registada na rubrica de contas a pagar decorre, essencialmente, da redução do saldo da conta de compensação, no âmbito do processo de regularização de transacções.



A maturidade dos passivos sobre direito de uso apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Até 3 meses	88 309	173 746
Até 1 ano	84 063	59 010
Até 5 anos	83 247	61 624
Mais 5 anos	1 489 078	1 608 718
	1 744 697	1 903 098

Os passivos sobre direito de uso em função dos elementos que afectam o fluxo de caixa monetário e não monetário, apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Saldo inicial	1 903 098	1 850 481
Alterações monetária	35 563	254 989
Alterações não monetária	(193 964)	(202 372)
Saldo final	1 744 697	1 903 098

32. Empréstimos Obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Moza Banco 2023 empréstimo obrigacionistas	994 480	2 312 180
Juros	22 426	42 552
	1 016 906	2 354 732

A maturidade dos empréstimos obrigacionistas apresenta-se como se segue:

	2025	2024
De 1 ano a 3 anos	1 016 906	2 354 732
	1 016 906	2 356 756

Obrigações Moza Banco 2023-2026 – 3ª série

O empréstimo obrigacionista apresenta uma maturidade de 3 anos, tendo sido emitidas pelo Moza Banco 8 297 800 (oito Milhões, duzentos e noventa e sete mil e oitocentos) obrigações e a liquidação financeira ocorrida em 30 de Outubro de 2023, com um valor nominal de 100 (cem) Meticais cada obrigação, com reembolso do capital na maturidade. Os juros são pagos numa base trimestral a uma taxa fixa de 20.00% nos primeiros dois (2) cupões e taxa variável indexada à média de bilhetes de tesouro com maturidades superior a 90 dias adicionado a um spread de 2 %, para os restantes 10 cupões. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2025 era de 849 626 milhares de Meticais.

Obrigações Moza Banco 2023-2026 – 4ª série

O empréstimo obrigacionista apresenta uma maturidade de 3 anos, tendo sido emitidas pelo Moza Banco 1 647 000 (um milhão, seiscentos e quarenta e sete mil) obrigações e a liquidação financeira ocorrida em 20 de Novembro de 2023, com um valor nominal de 100 (cem) Meticais cada obrigação, com reembolso do capital na maturidade. Os juros são pagos numa base trimestral a uma taxa fixa de 20,00% nos primeiros dois (2) cupões e taxa variável indexada à média de bilhetes de tesouro com maturidades superior a 90 dias adicionado a um spread de 2 %, para os restantes 10 cupões. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2025 era de 167 280 milhares de Meticais.

Os empréstimos obrigacionistas em função dos elementos que afectam o fluxo de caixa monetário e não monetário, apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Saldo inicial	2 354 732	2 364 083
Alterações monetária	(1 315 400)	33 201
Alterações não monetária	(22 426)	(42 552)
Saldo final	1 016 906	2 354 732

33. Impostos a Pagar

Os impostos a pagar apresentam-se como se segue:

	2025	2024
IVA	3 209	1 446
IRPS	33 609	58 589
IRPC	23 567	28 290
Imposto do Selo	8 786	8 775
	69 171	97 100

Os impostos a pagar foram liquidados durante o mês de Janeiro de 2026.

34. Capital Social

A 31 de Dezembro de 2025, o Capital Social do Moza Banco encontra-se totalmente subscrito e realizado, apresentando-se como se segue:

	2025	2024
Capital social	7 020 750	7 020 750
	7 020 750	7 020 750

Distribuição do capital social por accionista.

2025	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% Capital Social
Kuhanha	927 822	5	4 639 110	66,077%
Arise	431 296	5	2 156 480	30,716%
Moçambique Capitais	45 032	5	225 160	3,207%
	1 404 150		7 020 750	100%

2024	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% Capital Social
Kuhanha	927 822	5	4 639 110	66,08%
Arise	431 296	5	2 156 480	30,72%
Moçambique Capitais	45 032	5	225 145	3,21%
	1 404 150		7 020 750	100%

Durante o ano de 2025, o capital social não sofreu alterações face ao período anterior, fixando em 7 020 750 milhares de meticais.

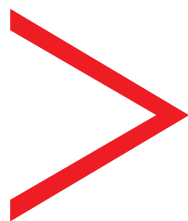
35. Reservas, prémios de emissão e resultados transitados

As reservas apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Reservas legal	4 719 441	4 719 441
Reservas de reavaliação de activos financeiros	14 392	144 912
Prémio de emissão	1 993 740	1 993 740
Resultados transitados	(4 023 439)	(3 919 618)
	2 704 134	2 938 475

O prémio de emissão reflecte os ganhos decorrentes da realização acima do par das acções emitidas ao longo de vários exercícios económicos.





36. Classificação dos Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros do Banco é a seguinte:

2025	Activos financeiros através de resultados	Activos financeiros através de outro rendimento integral	Custo amortizado	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	16 188 624	16 188 624
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	480 111	480 111
Aplicações em instituições de crédito	-	-	2 573 275	2 573 275
Activos financeiros	114 628	3 360 998	18 926 585	22 402 211
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	14 744 797	14 744 797
Outros activos	-	-	2 819 723	2 819 723
	114 628	3 360 998	55 733 115	59 208 741
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	-	667 184	667 184
Depósitos e contas correntes	-	-	52 765 959	52 765 959
Recursos consignados	-	-	872 207	872 207
Outros passivos	-	-	2 378 008	2 378 008
Empréstimos obrigacionistas	-	-	1 016 906	1 016 906
	-	-	57 700 264	57 700 264
2024				
	Activos financeiros através de lucros ou prejuizos	Activos financeiros através de outro rendimento integral	Custo amortizado	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	19 789 350	19 789 350
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	521 055	521 055
Aplicações em instituições de crédito	-	-	2 271 529	2 271 529
Activos financeiros	45 622	4 154 209	9 002 311	13 202 142
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	20 871 681	20 871 681
Outros activos	-	-	3 157 204	3 157 204
	45 622	4 154 209	55 613 130	59 812 961
	Ao justo valor através de lucros	Outros passivos financeiros	Passivos não financeiros	Total
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	-	736 368	736 368
Depósitos e contas correntes	-	-	47 841 485	47 841 485
Recursos consignados	-	-	641 169	641 169
Outros passivos	-	-	2 778 480	2 778 480
Empréstimos obrigacionistas	-	-	2 354 732	2 354 732
	-	-	54 352 234	54 352 234

36.1 Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas Demonstrações Financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem o uso do método dos fluxos de caixa descontados. Os dados de base para estes modelos são calculados em função da informação disponível dos mercados, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

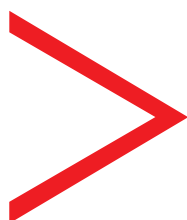
As alterações nos pressupostos acerca dos factores a seguir podem afectar o justo valor reconhecido nas Demonstrações Financeiras:

- > **Nível 1** – Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;
- > **Nível 2** – Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como preços), ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados através da utilização de preços em mercados cotados ou em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os elementos sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados de mercado;

- > **Nível 3** – Técnicas de valorização utilizando *inputs* não observáveis no mercado. Esta categoria inclui os instrumentos financeiros em que a técnica de avaliação inclui *inputs* não baseados em dados não observáveis e os *inputs* não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados activos são baseados em preços de mercado cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido e modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os *spreads* de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes do tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data do relatório, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.



Hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data da posição financeira. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- i) No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- ii) Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Banco. O justo valor do activo ou do passivo é mensurado através dos pressupostos que os participantes de mercado utilizaram para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade que um participante tem no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo no seu pleno e melhor uso ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar no seu pleno ou melhor uso.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para as quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas Demonstrações Financeiras encontram-se reconhecidos de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, baseada no mais baixo nível de inputs para a mensuração do justo valor:

- > **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração
- > **Nível 2** – Justo valor determinado com base em *inputs* de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para activo ou passivo, quer directa ou indirectamente;
- > **Nível 3** – Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em inputs que não são baseados em informação observável em mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas Demonstrações Financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de *input* para a mensuração do justo valor).

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da posição financeira apenas quando existe um mercado activo. O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos de bancos e outros passivos financeiros é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor para o Banco:

2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	16 188 624	-	16 188 624
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	480 111	-	480 111
Aplicações em instituições de crédito	-	2 573 275	-	2 573 275
Activos financeiros	3 462 971	18 939 240	-	22 402 211
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	14 744 797	-	14 744 797
Outros activos	-	2 819 723	-	2 819 723
	3 462 971	55 745 770	-	59 208 741
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	667 184	-	667 184
Depósitos e contas correntes	-	52 765 959	-	52 765 959
Recursos consignados	-	872 207	-	872 207
Outros passivos	-	2 378 008	-	2 378 008
Empréstimos obrigacionistas	-	1 016 906	-	1 016 906
	-	57 700 264	-	57 700 264

2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	19 789 350	-	19 789 350
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	521 055	-	521 055
Aplicações em instituições de crédito	-	2 271 529	-	2 271 529
Activos financeiros	4 187 176	9 014 966	-	13 202 142
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	20 871 681	-	20 871 681
Outros activos	-	3 157 204	-	3 157 204
	4 187 176	55 625 785	-	59 812 961
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	736 368	-	736 368
Depósitos e contas correntes	-	47 841 485	-	47 841 485
Recursos consignados	-	641 169	-	641 169
Outros passivos	-	2 778 480	-	2 778 480
Empréstimos obrigacionistas	-	2 354 732	-	2 354 732
	-	54 352 234	-	54 352 234

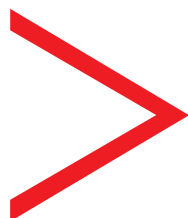
A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação do justo valor com as quantias escrituradas dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas Demonstrações Financeiras:

	2025		2024	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	16 188 624	16 188 624	19 789 350	19 789 350
Disponibilidades sobre instituições de crédito	480 111	480 111	521 055	521 055
Aplicações em instituições de crédito	2 573 275	2 573 275	2 271 529	2 271 529
Activos financeiros detidos para negociação	22 402 211	22 402 211	13 202 142	13 202 142
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14 744 797	14 744 797	20 871 681	20 871 681
Outros activos	2 819 723	2 819 723	3 157 204	3 157 204
	59 208 741	59 208 741	59 812 961	59 812 961
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	667 184	667 184	736 368	736 368
Depósitos e contas correntes	52 765 959	52 765 959	47 841 485	47 841 485
Recursos consignados	872 207	872 207	641 169	641 169
Empréstimos obrigacionistas	1 016 906	1 016 906	2 354 732	2 354 732
Outros passivos	2 378 008	2 378 008	2 778 480	2 778 480
	57 700 264	57 700 264	54 352 234	54 352 234
	1 508 477	1 508 477	5 460 727	5 460 727

A gestão considera que o Caixa e Disponibilidades no Banco Central e Disponibilidades em Instituições de Crédito aproximam-se do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo Valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.





Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- > O justo valor dos activos financeiros são obtidos com base no mercado activo, assim como obtidos através da utilização do valor presente, baseado com variáveis observáveis no mercado.
- > O Banco apresenta instrumentos financeiros derivados, tais como *Swaps*.
- > O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, tais como aplicações em instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, recursos de instituições de crédito, depósitos e contas correntes e empréstimos obrigacionistas são obtidos através do cálculo de fluxos de caixa descontados.

37. Partes Relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

		Aplicações em instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Recursos de instituições de crédito	Depósitos e contas correntes	Obrigações
Accionistas						
Kuhanha	2025	-	-	-	51	-
	2024	-	-	-	486 033	600 000
Arise. B.V	2025	-	-	-	175	-
	2024	-	-	-	175	-
Moçambique Capitais	2025	-	13	-	8 575	-
	2024	-	11	-	456	-

As transacções com partes relacionadas foram realizadas com base nos preços de mercado.

Os saldos com o pessoal do Órgão de Gestão apresentam-se como se segue:

		Empréstimos e adiantamentos a clientes	Depósitos e contas correntes	Obrigações	Juros suportados	Juros obtidos
Accionistas						
Órgão de Gestão	2025	46 821	31 174	-	12 142	5 084
	2024	55 944	61 443	207 000	38 807	5 233

Benefícios ao Órgão de Gestão

Durante o exercício de 2025, os vencimentos do Órgão de Gestão ascenderam a 188 725 milhares de Meticais, comparativamente aos 184 630 milhares de Meticais registados no exercício de 2024.

As transacções com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

		Locações operacionais	Juros suportados	Juros obtidos
Accionistas				
Kuhanha	2025	-	4 577	1
	2024	-	216 250	9
Moçambique Capitais	2025	6 488	-	-
	2024	5 989	52	1

38. Contingências e Compromissos

Contingências

	2025	2024
Garantias	10 154 887	8 947 132
Moeda Nacional	7 161 591	6 220 665
Moeda Estrangeira	2 993 296	2 726 467
Cartas de crédito	145 164	297 576
	10 300 051	9 244 708

39. Eventos Subsequentes

No decurso do mês de Janeiro de 2026, diversas regiões de Moçambique foram afectadas por cheias resultantes de chuvas intensas, as quais provocaram constrangimentos operacionais e impactos em infra-estruturas económicas e sociais em várias zonas do país.

Na sequência destes acontecimentos, o Banco registou o encerramento temporário de duas agências localizadas em zonas afectadas, designadamente em Xai-Xai e no distrito de Guijá. À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, uma das agências já retomou a sua actividade normal, mantendo-se duas agências temporariamente encerradas, prevenindo-se a reposição das condições operacionais e a respectiva reabertura ao longo do mês corrente.

Os eventos acima referidos provocaram danos em infra-estruturas físicas de uma das agências, tendo sido salvaguardados os equipamentos e demais activos operacionais. Com base numa avaliação preliminar efectuada após a data de reporte, os custos associados à reposição são estimados em aproximadamente 4 Milhões de meticais. A análise efectuada indica que eventuais ajustamentos decorrentes desta estimativa não teriam impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Ainda após a data de reporte, 31 de Dezembro de 2025, registou-se uma escalada do conflito no Médio Oriente entre os Estados Unidos da América, Israel e o Irão, com particular intensificação durante o mês de Fevereiro de 2026. Este contexto tem condicionado a circulação marítima pelo Estreito de Ormuz, por onde transita uma parcela significativa do fornecimento global de petróleo e gás, estimada em cerca de 20% do consumo mundial, contribuindo para o aumento dos preços internacionais do petróleo bruto "brent", e para o agravamento das incertezas económicas globais, com potenciais riscos de recessão e estagflação.

Moçambique, sendo um país importador de combustíveis, poderá estar exposto a preços de aquisição mais elevados, o que poderá traduzir-se em pressões inflacionárias e na redução do poder de compra dos consumidores, bem como em eventuais ajustamentos nas condições monetárias e cambiais. Este enquadramento poderá ter impactos na actividade do Banco, nomeadamente ao nível dos custos de financiamento, da concessão de crédito e da qualidade da carteira de crédito.

O Banco avaliou os eventos acima descritos de acordo com a IAS 10 – Eventos Subsequentes, tendo concluído que os mesmos configuram eventos não ajustáveis, não tendo, por conseguinte, impacto nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2025.

40. Pressuposto da Continuidade

No âmbito da preparação das presentes demonstrações financeiras, a Administração avaliou a capacidade do Banco em continuar a operar com base no pressuposto da continuidade das operações. Não obstante o resultado negativo registado no exercício, a Administração concluiu que o Banco mantém níveis adequados de capitalização e liquidez e dispõe de recursos suficientes para continuar a desenvolver as suas actividades no curso normal dos seus negócios, não tendo sido identificadas incertezas materiais relacionadas com a continuidade das operações.

Contabilista Certificado
A Administração

David Zavala
OCAM n° 888/CC/OCAM/2013

Manuel Soares

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007 - MODELO III

Balança - Contas Individuais (Activo)

31 de Dezembro de 2025

	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16 188 619		16 188 619
Disponibilidades em outras instituições de crédito	480 111		480 111
Activos financeiros detidos para negociação	19 102 565		19 102 565
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0		
Activos financeiros disponíveis para venda	3 210 539	0	3 210 539
Aplicações em instituições de crédito	2 573 274	0	2 573 274
Crédito a Clientes	16 319 363	1 533 169	14 786 194
Activos não correntes detidos para venda			
Propriedades de investimento			
Investimentos detidos até à maturidade	0	0	
Activos com acordo de recompra	0		
Derivados de cobertura	0		
Activos não correntes detidos para venda	1 812 686	511 409	1 301 277
Propriedades de investimento	264 952	43 039	221 913
Outros activos tangíveis	6 143 293	4 037 739	2 105 554
Activos intangíveis	1 616 605	1 027 368	589 237
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12 655	0	12 655
Activos por impostos correntes	550 019		550 019
Activos por impostos diferidos	95 000		95 000
Outros Activos	3 296 470	351 125	2 945 338
Total de activos			

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007 - MODELO III
(PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO)

Balança - Contas Individuais

31 de Dezembro de 2025 31 de Dezembro de 2024

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Passivo		
Recursos de bancos centrais		
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
Recursos de outras instituições de crédito	667 392	736 367
Recursos de clientes e outros empréstimos	52 765 965	47 841 465
Responsabilidades representadas por títulos	-	
Derivados de cobertura	-	
Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	
Provisões	490 195	396 886
Passivos por impostos correntes		
Passivos por impostos diferidos	6 773	65 788
Instrumentos representativos de capital	-	
Outros passivos subordinados	1 016 906	2 354 732
Outros passivos	3 409 726	3 546 266
Total de Passivo		
Capital		
Capital	7 020 750	7 020 750
Prémios de emissão	1 993 740	1 993 740
Outros instrumentos de capital	-	
(Acções próprias)	-	
Reservas de reavaliação	14 392	144 911
Outras reservas e resultados transitados	696 001	799 822
Resultado do exercício	(3 919 542)	(103 821)
(Dividendos antecipados)		
Total de Capital	5 805 342	9 855 403
Total de Passivo + Capital	64 162 298	64 796 907

Relatório e parecer sobre o relatório e contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

MOZA BANCO

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Exmos. Senhores Accionistas do Moza Banco, S.A.,

Nos termos da lei e das disposições estatutárias, e em conformidade com o mandato que lhe foi conferido em Assembleia Geral a 28 de Abril de 2023, o Conselho Fiscal do Moza Banco, S.A. (doravante designado "Moza Banco" ou "Banco"), acompanhou a actividade do Banco, verificou a exactidão dos documentos de prestação de contas e o cumprimento das normas legais e contabilísticas aplicáveis à actividade do Moza Banco.

Nos termos da Lei, apresenta-se o relatório relativo à acção fiscalizadora efectuada pelo Conselho Fiscal no decurso do ano de 2025, bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório de Gestão e a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração do Moza Banco.

Relatório

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal do Moza Banco procedeu ao acompanhamento da actividade do Banco ao longo do exercício de 2025, tendo exercido as suas funções de fiscalização com a periodicidade e extensão consideradas adequadas.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal acompanhou de forma regular a gestão do Banco, tendo estado presente nas reuniões do Conselho de Administração, onde acompanhou a evolução da actividade, a tomada de decisões estratégicas e a implementação das principais medidas de gestão.

O Conselho Fiscal analisou os relatórios de prestação de contas elaborados mensalmente pela Direcção de Contabilidade do Moza Banco, acompanhando a evolução dos resultados e dos principais indicadores económico, financeiros e prudenciais, nos termos legais e estatutários aplicáveis. No âmbito desse acompanhamento, foram elaborados e emitidos os respectivos relatórios trimestrais, em conformidade com as disposições legais em vigor.

Página 1

MOZA BANCO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Foram efectuadas as verificações julgadas convenientes, designadamente no que respeita à regularidade dos livros, registos contabilísticos e respectiva documentação de suporte, tendo o Conselho Fiscal obtido sempre, quer do Conselho de Administração, quer da Comissão Executiva e dos serviços do Banco, os esclarecimentos e informações solicitados, não se tendo verificado quaisquer limitações ao exercício das suas funções.

O exercício de 2025 decorreu num contexto macroeconómico particularmente desafiante, marcado pelos efeitos do período pós-eleitoral, que condicionaram o normal funcionamento da economia, bem como por constrangimentos ao nível da disponibilidade de divisas e atrasos na liquidação de obrigações do Estado, com impacto na liquidez do sistema económico e financeiro. Este enquadramento foi ainda caracterizado por revisões em baixa do rating soberano da República, contribuindo para um ambiente de maior aversão ao risco e pressão sobre as condições de financiamento.

A evolução do Produto Interno Bruto em 2025 foi marcada por um contexto recessivo, tendo a economia moçambicana registado uma contração anual estimada em 0,52%, em reversão da trajectória de crescimento observada em períodos anteriores. Em termos trimestrais, a actividade económica apresentou contrações consecutivas ao longo dos três primeiros trimestres do ano, evidenciando uma recessão técnica, tendo-se observado apenas uma recuperação no quarto trimestre, com um crescimento estimado de 4,67%, insuficiente para compensar o desempenho negativo acumulado ao longo do exercício.

No plano da política monetária, o Banco de Moçambique adoptou, ao longo de 2025, uma orientação progressivamente expansionista, materializada na redução das taxas de juro de referência, com destaque para a descida acumulada da taxa MIMO, visando estimular a actividade económica. Esta trajectória foi acompanhada por uma redução da Prime Rate do sistema financeiro. Não obstante, a transmissão destas medidas à economia real foi condicionada por factores estruturais, designadamente a escassez de divisas, constrangimentos de liquidez e o aumento da percepção de risco.

Neste contexto, é de assinalar a evolução de alguns indicadores da Demonstração de Resultados, com destaque para o crescimento do produto bancário, impulsionado sobretudo pela melhoria da margem financeira. O resultado bruto de exploração apresentou igualmente uma evolução positiva, reflectindo uma maior capacidade de geração operacional. Adicionalmente, verificou-se uma melhoria dos níveis de eficiência, traduzida na redução do rácio cost-to-income.

No que respeita à qualidade dos activos, o exercício de 2025 ficou marcado por um reforço significativo das imparidades de crédito, em linha com as exigências regulamentares aplicáveis, tendo o Banco procedido ao reconhecimento de perdas associadas a exposições com maior nível de risco. Paralelamente, foi levado a cabo um processo de saneamento da carteira de crédito,

Página 2

MOZA BANCO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

incluindo o abate de operações vencidas e/ou totalmente provisionadas, bem como a reestruturação de determinadas exposições, com vista à melhoria dos indicadores de qualidade do activo e ao reforço dos níveis de cobertura.

No que respeita ao resultado líquido do exercício, o mesmo apresenta um valor negativo no montante de 3.919.542 milhares de Meticals. Os capitais próprios do Banco fixaram-se em 5.805.342 milhares de Meticals no final do exercício, reflectindo o resultado apurado no período.

No que respeita aos indicadores prudenciais do Moza Banco, os Fundos Próprios Regulamentares, calculados de acordo com as regras do Banco de Moçambique, ascenderam a 4.117.049 milhares de Meticals (2024: 4.833.812 milhares de Meticals), correspondendo a um rácio de 16,35% (2024: 17,85%). O rácio de liquidez apresenta um valor de 47,29% (2024: 37,14%) e o rácio de solvabilidade um valor de 14,46% (2024: 15,81%).

O Conselho Fiscal reuniu, no decurso dos trabalhos de auditoria, com o Auditor Independente do Banco, a Mazars, tendo obtido os esclarecimentos necessários sobre o planeamento, execução e conclusões dos trabalhos efectuados. Foi apreciado o Relatório do Auditor Independente, datado de 27 de Março de 2026, relativo às Demonstrações Financeiras do Moza Banco referentes ao exercício de 2025, o qual apresenta uma opinião não modificada, com a qual concordamos.

O Conselho Fiscal tomou igualmente conhecimento da matéria de ênfase incluída no referido Relatório, relativa ao reforço de imparidades da carteira de crédito a clientes no exercício de 2025, no montante de aproximadamente 3.838.904 milhares de Meticals, bem como à utilização de imparidades no montante de aproximadamente 3.887.680 milhares de Meticals, resultante, em grande medida, de abates de créditos com imparidade constituída a 100% da respectiva exposição, em conformidade com o disposto no artigo 11.º do Aviso n.º 16/GBM/2013 do Banco de Moçambique.

O Conselho Fiscal considera que estes movimentos, pela sua materialidade, são relevantes para a adequada compreensão da posição financeira do Banco, notando que, conforme referido pelo Auditor Independente, os mesmos não afectam a opinião expressa sobre as Demonstrações Financeiras.

Foi examinado o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2025, tendo sido concluído que o mesmo permite uma clara compreensão da situação económica, da evolução dos negócios e do desempenho do Moza Banco no exercício em análise.

No que concerne à proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, a qual contempla a transferência do resultado líquido negativo do exercício, no montante de 3.919.542.015 Meticals, para a rubrica de Resultados Transitados, foi verificada a

Página 3

MOZA BANCO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, com especial atenção ao disposto no artigo 89.º, n.ºs 1 a 3 do Código Comercial e no artigo 82.º, n.º 1 da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Parecer

Face ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação dos Estatutos, da Lei e dos Regulamentos emanados pelo Banco de Moçambique, enquanto entidade reguladora, o Conselho Fiscal é do parecer que a Assembleia Geral proceda nos termos seguintes:

- Aprove as contas referentes ao exercício de 2025;
- Aprove o Relatório de Gestão do Conselho de Administração;
- Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Como nota final, o Conselho Fiscal expressa, ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva e aos trabalhadores do Moza Banco em geral, o seu profundo agradecimento pela colaboração prestada no exercício da sua acção de fiscalização.

Maputo, 31 de Março de 2026

O Conselho Fiscal

Irene Maurício – Presidente do CF

Anastácia C. Cuna – Vice-Presidente do CF

Nuno Domingues – Vogal

Isaltina Nhabinde – Suplente

Página 4



Relatório do Auditor Independente

forvys mazars

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do Moza Banco, S.A.

Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Audítamos as demonstrações financeiras anexas do Moza Banco, S.A. (de ora adiante também designado de "Banco" ou "Moza Banco"), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2025, a Demonstração de resultados, a Demonstração do resultado integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na excepção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras abaixo. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a Auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 10 - Empréstimos e adiantamentos a Clientes do anexo às demonstrações financeiras, o Banco procedeu no exercício de 2025 a um reforço da imparidade da carteira de crédito a clientes no montante de aproximadamente 3.838.904 milhares de Meticals, sendo que a utilização de imparidade neste exercício ascendeu a aproximadamente 3.887.680 milhares de Meticals. As utilizações de imparidade de créditos ocorridas no exercício económico de 2025 resultam essencialmente de abates de créditos com imparidade constituída a 100% da exposição de crédito, em conformidade com o que se encontra descrito no artigo nº11 do Aviso 16/GBM/2015 do Banco de Moçambique, sendo estes movimentos significativos para a compreensão da posição financeira do Banco. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

forvys mazars

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na Auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da Auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação do opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

Perdas por imparidade da carteira de crédito concedido a clientes	
Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Conforme divulgado na Nota 1.3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Uso de estimativas e julgamentos") e na Nota 2 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), as perdas por imparidade da carteira de crédito concedidos a clientes, registadas nas demonstrações financeiras, representam a melhor estimativa do Órgão de Gestão quanto às perdas implícitas na sua carteira de crédito.	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados, destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliação e teste à concepção e eficácia operacional dos controlos instituídos no processo de quantificação das imparidades sobre a carteira de crédito do Banco. Estes controlos incluem aqueles relacionados com a identificação dos créditos em imparidade, os níveis de tolerância e os registos contabilísticos efectuados, relativamente à imparidade quantificada da carteira de crédito a clientes. Realização de testes substantivos ao modelo de imparidade do Banco, numa base de amostragem, com vista à revisão crítica do modelo instituído. Estes procedimentos de Auditoria incluíram a avaliação dos critérios e metodologia adoptados na determinação dos parâmetros de risco e da imparidade colectiva, recorrendo à extração das informações utilizadas no modelo (input), reexecução dos cálculos e revisão da análise de sensibilidade

forvys mazars

Considerando a materialidade e natureza subjectiva das imparidades da carteira de crédito concedido a clientes, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.

efectuado pelo Banco, relativamente aos pressupostos críticos subjacentes. Esta revisão teve também como objectivo garantir o alinhamento do modelo instituído com os requisitos da Norma Internacional de Relato Financeiro n.º 9 (IFRS 9).

- Para as imparidades apuradas de forma individual, foram efectuados testes aos controlos implementados pelo Banco sobre a identificação atempada de créditos potencialmente em imparidade e para uma amostra de créditos concedidos a clientes, analisadas as fichas individuais, preparadas pelo Banco, analisando criticamente os pressupostos assumidos e analisando se o evento de perda (ponto de reconhecimento da imparidade) foi identificado em momento apropriado, analisando as projecções de cash-flow estimadas e utilizadas no cálculo das imparidades respectivas, analisando as respectivas garantias consideradas no cálculo da "LGD"; e
- Avaliação sobre a adequação das divulgações constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, relacionadas com esta matéria.

forvys mazars

Activos por impostos diferidos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Conforme divulgado na Nota 1.3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Uso de estimativas e julgamentos") e na Nota 2 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), o reconhecimento dos Activos por impostos diferidos compreende a formação de juízos de valor por parte do Órgão de Gestão, nomeadamente quanto (i) à geração de lucros tributáveis, em montantes e momentos adequados à reversão futura das diferenças temporárias tributadas, existentes, e (ii) às estratégias de planeamento fiscal adoptadas.	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados, destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliação crítica dos pressupostos utilizados na projecção dos lucros tributáveis futuros do Banco, constantes no seu último plano de negócios aprovado para os próximos anos; Revisão da base de apuramento dos impostos diferidos que originou a existência de diferenças temporárias; Revisão da correspondente taxa de imposto utilizada para efeitos de apuramento dos impostos diferidos, tendo em consideração a legislação em vigor e a taxa efectiva que tem vindo a ser verificada no Banco; e Avaliação sobre a adequação das divulgações constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, relacionadas com esta matéria.

Atendendo ao montante de Activos por impostos diferidos, reconhecidos pelo Banco, juntamente com as incertezas que a sua realização comporta - geração de lucros tributáveis em montantes e momentos adequados, assim como eventuais alterações futuras na legislação fiscal, esta matéria foi considerada como relevante na nossa Auditoria.

forvys mazars

Activos não correntes detidos para venda

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Conforme divulgado na Nota 1.3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Uso de estimativas e julgamentos") e na Nota 2 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), os Activos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e estes estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados, destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Verificação do correcto registo contabilístico decorrente das avaliações de imóveis, face aos montantes apresentados nas últimas avaliações obtidas; Análise crítica aos relatórios de avaliação elaborados por peritos avaliadores independentes, contratados pelo Banco, desafiando os pressupostos significativos e aferindo sobre a sua razoabilidade, tendo por base as condições de mercado; e Avaliação sobre a adequação das divulgações efectuadas nas notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, considerando o referencial contabilístico aplicável (IFRS).

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de custos de venda. O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda, obtido através de avaliações periódicas, realizadas por peritos independentes.

As avaliações envolvem um elevado nível de julgamento, envolvendo diferentes pressupostos e metodologias.

Assim, a validação dos activos não correntes detidos para venda foram considerados uma matéria relevante de Auditoria, dada a materialidade dos montantes envolvidos e o grau de julgamento subjacente ao método de avaliação adoptado, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras do Banco.

forvys mazars

Activos financeiros

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Conforme divulgado na Nota 1.3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Uso de estimativas e julgamentos") e na Nota 2 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), as metodologias de valorização dos instrumentos financeiros requerem, por vezes, a utilização de pressupostos e julgamentos na determinação do seu justo valor.	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados, destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificação, compreensão e avaliação dos controlos-chave implementados no Banco, relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros; Verificação dos preços provenientes de fontes externas para as posições detidas pelo Banco e sua comparação com os preços utilizados, analisando quaisquer diferenças significativas; Para posições menos líquidas, revisão, em base de amostragem, dos modelos e principais pressupostos (quando aplicável) e dos suportes adequados para a validação adoptada pelo Banco; e Por fim, avaliação se as divulgações efectuadas pelo Banco, nas notas anexas às demonstrações financeiras, relativamente aos Activos Financeiros, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Os instrumentos financeiros apresentados na Demonstração da posição financeira, na rubrica de "Activos financeiros", apresentam um montante global de 22.631.708 milhares de Meticals, representando aproximadamente 35% do total do Activo do Banco, em 31 de Dezembro de 2025.

Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de Auditoria face à materialidade dos montantes envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à selecção da base de mensuração para cada natureza de investimento, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.

forvys mazars

Continuidade das Operações

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Conforme divulgado na Nota 4.0 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Pressuposto da continuidade"), a Administração do Banco avaliou a capacidade do Banco no que concerne à continuidade das suas operações.	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados, destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Discussão e indagação com o Órgão de Gestão sobre a avaliação efectuada pelo mesmo, quanto ao pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras; Revisão e avaliação do Plano de Recuperação do Banco; Obtenção e análise de documentação de suporte adicional, nomeadamente o último Plano de negócios aprovado, por forma a concluir se o uso do pressuposto da continuidade das operações é apropriado; e Por fim, avaliação se as divulgações efectuadas pelo Banco, nas notas anexas às demonstrações financeiras, relativamente a este assunto, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Segundo o pressuposto da continuidade, uma entidade é geralmente vista como continuando a actividade no futuro previsível sem a intenção ou necessidade de liquidação, cessar operações, ou procurar protecção dos credores. Deste modo, os activos e passivos são registados no pressuposto de que a entidade será capaz de realizar os seus activos e liquidar os seus passivos no decurso normal da actividade.

Considerando a importância e a existência de alguma subjectividade na avaliação efectuada pelo Órgão de gestão, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.

Outra informação

O Órgão de Gestão é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a informação incluída no documento intitulado "Relatório de Gestão 2025". A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de Auditoria nem qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

forvys mazars

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exigê-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Órgão de Gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Órgão de Gestão tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista sendo liquidado.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com a ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade

forvys mazars

As suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de Auditoria para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinuas as suas actividades.

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com o encarregado da governação, incluindo o Órgão de Fiscalização, sobre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o Órgão de Fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e as que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- Declaramos ao Órgão de Fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

Forvis Mazars SCAC, Lda.
 Sociedade de Auditores Certificadas: 17/SCAO/CAM/2016
 Representada por:
 Dipak Lalji Lic. N.º 17/SCAO/CAM/2016
 Auditor Certificado: 17/CAOCAM/2012
 Maputo, 27 de Março de 2026